

ELLEN LUCY TRISTÃO

**A ATIVIDADE DE SERVIÇOS NA VALORIZAÇÃO DO CAPITAL:
um estudo sobre a natureza do trabalho docente no
Ensino Superior Capitalista**

Monografia apresentada ao
Departamento de Economia da FCL/CAr,
UNESP, para obtenção do título de
bacharel em Ciências Econômicas.

ORIENTADOR: Prof. Benedito Rodrigues de Moraes Neto

EXAMINADOR: Prof. José Ricardo Fucidji

ARARAQUARA, SP
Dezembro - 2007

**A ATIVIDADE DE SERVIÇOS NA VALORIZAÇÃO DO CAPITAL:
um estudo sobre a natureza do trabalho docente no
Ensino Superior Capitalista**

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos aqueles que se fizeram presentes nestes anos de estudo contribuindo para a elaboração desse trabalho. Ao meu orientador Prof. Benedito Moraes Neto, que nos últimos quatro anos me acompanhou pacientemente, e cuja obra e presença foram imprescindíveis não só para este trabalho como também para a minha formação acadêmica. Ao Prof. José Ricardo Fucidji, pela leitura atenta desde o projeto até o trabalho final e cujas contribuições foram de grande valor.

Aos professores Maria Orlanda Pinassi, Adilson Marques Gennari e Newton Duarte, por me auxiliarem através da indicação de textos, de suas aulas e em frutíferas conversas, e aos quais admiro pela luta em defesa de uma sociedade emancipada e resistência contra as investidas da contra-revolução burguesa, tão intensas nesta faculdade. Ao Prof. Jorge Miglioli, o qual me incentivou a iniciar essa pesquisa e com quem muito aprendi nos agradáveis meses de convivência na “casa de madeira”.

Agradeço aos professores, alunos, e diretores de Instituições de Ensino Superior Privadas, que colaboraram com nossas conclusões através de conversas e entrevistas informais.

Aos colegas Romildo, Marcelo e Idaleto do GT “Trabalho e pensamento social no século XX”, do programa de Pós-Graduação em Sociologia, desta faculdade, presentes nos primeiros passos dessa pesquisa e cujas discussões muito me auxiliaram.

Às eternas amigas conquistadas em Araraquara, essenciais para que eu descobrisse a essência desumana dessa sociedade regida pelo capital.

Aos amigos da república na “casa de madeira”: à Carol Alves, amiga e mulher guerreira, que me ensina a encarar face a face os problemas do mundo; à Renatinha, companhia sempre alegre e disposta a nos auxiliar em todos os momentos; à Stela, pela compreensão e apoio nos momentos difíceis na “rua zero” e por ter me ensinado a enfrentar a luta discente com seriedade; à Fran, “radical e intratável”, companheira das batalhas diárias no Curso de Ciências Econômicas; ao Motoca, sempre amigo e grande incentivador da práxis.

Aos “meninos” da Viracopos, cuja convivência me ensinou muito, inclusive que para ser crítico ao capital tem-se que estudar em dobro: ao Cocada, que me apresentou os bons sambas brasileiros; ao Labareda, “neto” favorito, que sei poder contar em qualquer momento e em qualquer lugar; ao Tupã, grande amigo cujo dom é nos alegrar e por ser alguém que queremos sempre próximo; ao Tubarão, cujas discussões são sempre um

grande aprendizado; ao Bonsai, que sempre reserva um tempo na agenda para cultivar as velhas amizades. Agradeço também as novas amizades que estes amigos me trouxeram, em especial à Dani, à Carla, e a “minha” família de Bauru.

Às “ex-bixetes”, hoje grandes amigas, que me auxiliaram a “sobreviver” nestes últimos anos em Araraquara. À Aruana, grande amiga, que enfrenta as questões do mundo, que não desiste nunca e cuja amizade me ajuda a crescer; à Janaína, cuja afinidade nas coisas sérias e também festivas da vida me faz tê-la como uma amiga-irmã; à Lisandra, que, em sua luta diária neste curso nada emancipatório, conseguiu enxergar uma brecha para uma pesquisa que faça sentido aos homens e não ao capital.

Agradeço a tantos outros que fizeram parte de minha caminhada nestes anos de graduação: à Robertinha, amiga de tantos momentos e cuja amizade data dos primeiros dias de graduação, ao Rafael Fiorini da 4ª Turma de C. Econômicas (noturno); aos novos amigos da “casa de madeira”: Paulinha, Curtina, Laura, Aline, Maíra, Mayara e Marcelinha; e aos colegas do CACEF que ainda não mencionei: Lango, Zinho, Marcos, Lívia e Ulisses.

À minha família, que sempre me apoiou nesta conquista que não é só minha, mas nossa. À minha querida mãe Ana, exemplo de luta e sensibilidade, que me deu forças e apoiou desde meus primeiros passos em busca dos meus sonhos; ao meu pai Elvis, que me ensinou o belo hábito da leitura e a ser independente desde cedo na conquista do meu próprio caminho. Aos meus irmãos: Júnior, sempre disposto a ajudar a todos da família em suas escolhas; Élide, minha irmã e melhor amiga, menina meiga e mulher decidida, o equilíbrio do lar; Estevão, que saberá construir um grande futuro, não só para ele, mas que lutará por um mundo melhor.

À nova família, muito querida por me apoiar nestes últimos quatro anos: à D. Marlene, uma segunda mãe, exemplo de luta; ao Geli, cunhado que tanto nos ajudou; ao Cenildo e à Lilian, companheiros em todos os momentos; ao Gelci, à Joyce e aos seus lindos filhos Heloísa e Henrique.

Agradeço em especial ao meu companheiro Márcio Lupatini, essencial em todos os momentos, sem o qual essa pesquisa não se realizaria e que me ensinou muito do que sei nesta dura jornada pelo mundo acadêmico. Sem seu carinho e dedicação eu seria incompleta.

*Ao meu companheiro Márcio,
à minha família,
e a todos que se mantêm na luta contra o capital.*

O Poeta

*E não sentis quão torpe é tal ofício?
Quão pouco digno é do genuíno artista?
Vejo que da ralé o mísero artifício,
Convosco, como axioma se registra.*

O Diretor

*Eu digo-vos, daí mais, daí mais, e sempre mais,
E nunca haveis de errar o intento;
Basta que os homens aturdais,
Árduo é lidar a seu contento...
Que te acomete? é êxtase, ou é dor?*

O Poeta

*Vai-te e procura outro servidor!
Deve o poeta esbanjar seu máximo direito
E dom da natureza, o inato humano alento,
Criminalmente em teu proveito?*

O Diretor

*Palavras houve já de sobra,
Dai-me, enfim, feitos; vamos à obra!
Enquanto estais na prosa fútil,
Podíamos ver algo útil.
Falar de estímulo é irrisório, pois
De quem vacila foge a via.
Já que dizeis que poeta sois,
Deveis reger a poesia.
O que nos pedem, já não falte:
Forte porção que empolgue e exalte;
Ponde a fervê-la com urgência e afã!*

GOETHE, *Fausto*
(trechos de “Prólogo no Teatro”)

RESUMO

Neste trabalho abordamos as especificidades da atividade de serviços quando utilizadas para valorizar capital. Karl Marx nos coloca que os serviços apresentam um limite para sua exploração, limite que se manifesta na impossibilidade de subsumi-los realmente ao capital. Constatamos isso ao analisar o trabalho docente no Ensino Superior Privado. A subsunção real só se dá quando, na essência, a produção é realizada diretamente pelo capital, tornando o trabalhador supérfluo, porém o professor detém saber e atributos humanos que não podem ser expropriados e incorporados pelo capital.

Palavras-chave: Economia Política; Trabalho; Setor de Serviços; Educação.

SUMÁRIO

Agradecimentos	i
Epígrafe	iv
Resumo	v
Sumário.....	vi
Índice de Tabelas	vii
INTRODUÇÃO.....	1
I. TRABALHO PRODUTIVO E IMPRODUTIVO NA ATIVIDADE DE SERVIÇOS	5
I.1. Concepções de trabalho produtivo e improdutivo	5
I.2. O trabalho produtivo como trabalho que produz mais-valia.....	15
I.2.1. <i>A atividade de serviços como trabalho produtivo</i>	20
II. SUBSUNÇÃO REAL E FORMAL NA PRODUÇÃO CAPITALISTA.....	26
II.1. Subsunção formal e subsunção real	26
II.2. Considerações sobre as formas subsunção na história do processo produtivo	30
II.2.1. <i>Cooperação, Manufatura e Grande Indústria</i>	30
II.2.2. <i>O trabalho no século XX: Taylorismo, Fordismo e Ohnoísmo</i>	36
II.3. “Trabalho imaterial”, “Pós-modernismo” e marxismo no entendimento da produção capitalista no final do Século XX.	42
II.3.1. <i>A defesa da centralidade do trabalho</i>	43
II.3.2. <i>Pensamento “Pós-moderno” e “Trabalho imaterial”</i>	49
II.3.3. <i>As contradições do capital: trabalho e desmedida do valor</i>	54
III. O TRABALHO DOCENTE E O ENSINO SUPERIOR CAPITALISTA	60
III.1. Alguns aspectos da mercantilização da educação superior no Brasil.....	60
III.2.1. <i>Primeiro período (1889-1960): disputa entre elites católicas e laicas pelo controle do Ensino Superior no Brasil</i>	61
III.2.2. <i>Segundo período (1961-1980): ensino cada vez mais técnico e soberania do Ensino Laico e Privado</i>	62
III.2.2. <i>Terceiro período (1980-atual): a mercantilização da educação – o Ensino Superior na valorização de capital.</i>	64
III.2. Especificidades do trabalho docente e sua subsunção ao capital	71
III.3. Considerações acerca do trabalho docente nas IES Capitalistas	80
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	89
Referências Bibliográficas	91
Anexos.....	95
Anexo 1: Constituição Federal de 1988 – Diretrizes para Ensino Superior.....	95
Anexo 2: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/1996).....	97
Anexo 3: Decreto 5.773 de 09 de maio de 2006	99

ÍNDICE DE TABELAS

TABELA 1	<i>Distribuição do emprego em bens e serviços (em milhares) EUA: 1870-1920</i>	23
TABELA 2	<i>Distribuição do Emprego (%) por setor produtivo EUA: 1920-1991.....</i>	24
TABELA 3	<i>Número de Instituições de Ensino Superior Brasil: 1980-2005.....</i>	65
TABELA 4	<i>Número de Matrículas no Ensino Superior Brasil: 1980-2005</i>	65
TABELA 5	<i>Número de IES Privadas, criadas ou que ampliaram sua oferta de cursos no período 1985-1996, por região e localização geográfica</i>	66
TABELA 6	<i>Número de IES Privadas, organizadas em Institutos Isolados e Universidades Brasil - 1980 a 1995</i>	67
TABELA 7	<i>Número de Instituições de Ensino Superior por Organização Acadêmica Brasil 1999-2002-2005.....</i>	69

INTRODUÇÃO

O Poeta não quer trabalhar? Por que rejeita e menospreza tão incisivamente o seu “ganha pão”? No “Prólogo no Teatro” de Goethe temos explícita uma realidade que se efetiva mais e mais a cada momento. O Poeta, para sobreviver, se submete a apresentações nas quais sabe que o seu talento não pode ser plenamente desenvolvido, tem que se sujeitar e adaptar-se às exigências do “consumidor”, um público que da arte só quer o espetáculo. Mal sabia o Poeta que seu destino cruel seria o mesmo de tantos outros poetas, artistas, escritores, pesquisadores, enfim: homens das artes e do saber. Mas esse é apenas o fim de uma história de dois personagens, os trabalhadores e o capital, a qual começou nos séculos XIV e XV, como contaremos a seguir...

Desde que se tornou forma dominante de produção e reprodução da vida, o capital explorou os trabalhadores, dos quais, em sua acumulação primitiva, expropriou os meios de vida. Sem o capital os trabalhadores não podiam mais garantir sua reprodução material. Como homens “livres”, inclusive dos meios para sua sobrevivência, reduzidos a meros proprietários de força de trabalho, foram obrigados a submeter-se ao capital, a produzir apenas o que este exigia. Porém, o capital avançou se valorizando crescentemente, e não satisfeito em ter o domínio do produto do trabalho e dos meios de produção, precisava dominar o homem, dominar o seu saber. Retirou assim o conhecimento dos trabalhadores acerca do que estes produziam, fragmentou seu trabalho, tornou-os ferramenta viva. Do terno, o antigo alfaiate só sabia agora pregar o botão. Os trabalhadores perderam, mas o capital acelerou sua valorização. O capital, no entanto, escondia sua essência, justificando o esvaziamento do saber humano na fantasia aparente de que trazia o benefício da produção em escala para a sobrevivência dos próprios homens. Porém, o capital sentia-se ainda preso. Preso a esse ser tão insignificante, o qual, no entanto, lhe controlava o ritmo e ao qual tinha que conceder direitos: direito de descanso, direito de ir para casa, direito a uma vida, mesmo que vazia. Era preciso livrar-se da sua dependência do trabalho humano. Já que o trabalho que o homem realizava era tão simples, tão fragmentado, tão vazio, porque não substituir o homem pelo seu próprio produto? E foi assim que o capital criou, com o trabalho humano, uma nova mercadoria: a máquina. Retirou então as ferramentas das mãos dos trabalhadores e colocou-as em mecanismos automáticos, os quais interligados produziam agora tudo o que os trabalhadores faziam antes, tornando o homem supérfluo. Então o capital colocou

máquinas para produzir máquinas, se livrando, enfim, do inconveniente saber humano. O capital conseguia expropriar os trabalhadores de seu saber, e colocar esse saber em função da produção capitalista.

Porém, a solução encontrada pelo capital não era tão boa assim...

O capital não percebia que só se valorizava devido ao trabalho humano. A máquina no lugar do homem não criava valor, embora produzisse objetos úteis à vida humana, mas não era esse o objetivo do capital. Na essência, em seu processo de trabalho, os trabalhadores valorizavam o capital, tornando este processo de trabalho: processo de valorização. O capital, uma contradição em processo, precisava encontrar uma saída, pois poucos eram os trabalhadores que permaneciam no processo produtivo imediato. Não podia mais se valorizar produzindo produtos para a sobrevivência material da sociedade, pois esta já era função das máquinas e de reduzido número de trabalhadores supérfluos e desqualificados... Foi aí que ele se voltou para a produção não material: por que não subjugar os trabalhos das artes, do ensino, da saúde, dos serviços para a sua valorização? E foi assim que, alguns séculos depois de se tornar hegemônico, o capital resolveu usar trabalhos cujos atributos eram imanentemente humanos para se valorizar, assim como o trabalho do Poeta de Goethe. Mas desses trabalhos o capital não podia se livrar do inconveniente saber humano...

A verdadeira história do desenvolvimento do modo de produção capitalista não é linear, como colocamos. Assim como “o capital” não é um ser dotado de vida. O modo de produção capitalista é antitético. Suas classes são os trabalhadores e os burgueses, esses últimos proprietários, cujo interesse é valorizar seu capital explorando os primeiros. Em nossa história apenas ilustramos o processo de desenvolvimento do capital em sua relação com o trabalho.

Desde as últimas décadas do século XX, com o processo de automação, de base microeletrônica, o processo de produção prescinde cada vez mais do trabalho vivo. Esse processo, somado ao advento do ideário neoliberal, resultou em desemprego e precarização do trabalho. Porém, observa-se desde a década de 1950, um crescimento significativo do trabalho no setor de serviços.

A atividade de serviços se caracteriza por ser trabalho que é útil enquanto atividade e não enquanto objeto, de forma que grande parte dos serviços não resulta em nenhum objeto material após o término da execução.

O objetivo desse nosso trabalho é entender como o capital utiliza os serviços para se valorizar, prática crescente que acompanha o “esvaziamento” das fábricas. Pela leitura

das obras de Karl Marx temos que essa utilização apresenta um limite para a valorização do capital, e em nosso entendimento esse limite se manifesta no saber e atributos imanentemente humanos dos serviços. Saber e atributos que o capital não consegue expropriar do trabalhador, como o fez com o trabalho manual no desenvolvimento da atividade produtiva material.

Nossa monografia está estruturada em três capítulos, dois dos quais apresentam caráter teórico, enquanto o último aborda também elementos empíricos.

O primeiro capítulo se estrutura numa análise teórica, a qual pretende revelar a natureza do capital em seu processo de valorização através da exploração do trabalho vivo. No primeiro item apresentamos as categorias econômicas de trabalho produtivo e improdutivo. Partimos dos conceitos desenvolvidos pela Escola Fisiocrata e pela Economia Política, de A. Smith e D. Ricardo, mostrando seus avanços e contradições no entendimento da produção de riquezas no modo de produção capitalista. No segundo item apontamos como a teoria valor trabalho de K. Marx, da qual se originam suas definições de trabalho produtivo e improdutivo, supera a de seus antecessores, resolvendo suas contradições e revelando a essência do modo de produção capitalista, a apropriação pelo capital do tempo de trabalho excedente do trabalhador. Das conclusões de Marx acerca da valorização do capital apresentaremos a especificidade da atividade de serviços, apontando sua importância nos dias atuais, e mostrando que – apesar de, na maioria das vezes, não resultar em produto material – esta atividade pode se caracterizar como trabalho produtivo, ou seja, trabalho que produz excedente para o capitalista.

No segundo capítulo apontaremos o limite encontrado pelo capital para a utilização dos serviços em seu processo de valorização, partindo das categorias de subsunção real e formal do trabalho ao capital, desenvolvidas por Marx. No primeiro item apontamos para a conclusão de Marx acerca desse limite e desenvolvemos seus conceitos de subsunção real e formal. Em seguida – como mediação para explicitarmos a impossibilidade da subsunção real dos serviços ao capital – apresentamos no segundo item algumas considerações acerca das formas de subsunção presentes no processo produtivo material, desde os primórdios do capitalismo e adentrando pelo século XX. No terceiro item, na análise das especificidades do trabalho no final do século XX, apresentaremos as conclusões de autores que, fundamentando-se numa análise através das categorias marxianas, desenvolvem diferentes conclusões acerca das formas de subsunção presentes nas formas de trabalho contemporâneas, as quais são mais qualificadas e predominantemente caracterizadas como

serviços. Deste debate fica-nos claro quão complexa é a análise da utilização capitalistas de atividades que envolvam atributos imanentemente humanos como dos serviços.

Exatamente pela complexidade dessa análise, no terceiro capítulo tratamos de um objeto específico, a saber: o trabalho docente no Ensino Superior Capitalista. No primeiro item contextualizamos historicamente o processo de mercantilização do Ensino Superior no Brasil, demarcando três períodos específicos (1889-1960; 1960-1980 e 1980-atual), cada qual apresentando funções diferentes para o Ensino Superior Privado no Brasil, as quais representam desde uma disputa por poder político até interesses propriamente econômicos. Apontamos a importância do papel do Estado nesse processo, e a proximidade das estratégias dos empresários da educação, a partir da década de 1980, frente aos capitalistas de qualquer outra atividade produtiva. Esse item se desenvolve com base em textos específicos acerca do Ensino Superior no Brasil, como também pela análise de estatísticas, matérias jornalísticas e da legislação brasileira pertinente ao Ensino Superior.

No segundo item consideramos a especificidade do trabalho docente, utilizando-nos de textos de autores da área, alguns dos quais também tratam, mesmo que pontualmente, das formas de subsunção do trabalho docente ao capital. Através dessa especificidade apontamos nossa conclusão acerca da impossibilidade de subsunção real do trabalho docente ao capital.

No terceiro item apresentamos nossas considerações acerca do trabalho docente nas Instituições de Ensino Superior (IES) Capitalistas, cujo objetivo é valorizar capital. Para isso utilizamo-nos dos conceitos e conclusões teóricas desenvolvidos nos três capítulos. Baseamo-nos também nas especificidades do Ensino Superior no Brasil, principalmente na década de 1990, e – em menor grau – em informações primárias, não objetivas, coletadas através de entrevistas e conversas informais com professores, alunos e diretores de algumas IES Capitalistas localizadas no interior de São Paulo (predominantemente regiões de Araraquara e Campinas).

CAPÍTULO I

TRABALHO PRODUTIVO E IMPRODUTIVO NA ATIVIDADE DE SERVIÇOS

Para uma análise da atividade de serviços como atividade que produz mais-valia, apresentaremos as concepções de trabalho produtivo e improdutivo da Fisiocracia, da Economia Política e de Karl Marx.

A análise desse percurso se faz necessária, pois a valorização do valor, através da produção de mais-valia, é o cerne do modo de produção capitalista e a definição mais acabada de trabalho produtivo é ser exatamente trabalho que se troca por capital, produzindo mais-valia. Com intuito de entender o trabalho, mais especificamente os serviços, como atividade que produz mais-valia, fazemos um resgate do desenvolvimento das concepções do trabalho produtivo – mediadas pela teoria valor trabalho – desde os primeiros apontamentos da Escola Fisiocrata até a revelação feita por Karl Marx em relação à produção de mais-valia e a utilização da força de trabalho nesta produção. Ressaltamos que uma análise da teoria valor trabalho não é o objetivo deste capítulo, portanto perpassamos por ela apenas enquanto meio de apontar contradições e entender o trabalho produtivo.

1.1. Concepções de trabalho produtivo e improdutivo

Ao objetivar seu trabalho em um objeto o homem cria um valor de uso, ou seja, um objeto que por suas características é útil à vida humana. Isso nada mais é do que a apropriação e transformação da natureza exterior pelo homem para a satisfação de suas necessidades. Como explícita Marx: “(...) o trabalho é um processo entre o homem e a Natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a Natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural como uma força natural. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes à sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para sua própria vida” (MARX, 1983, p. 149). Durante os vários séculos de história da humanidade existiram inúmeras formas da sociedade se organizar para se reproduzir. A partir do século XIV começa a surgir a sociedade burguesa, a qual se consolida nos séculos XVIII e XIX. A indústria se torna então a principal forma de reprodução das condições de existência do homem, através da produção de mercadorias.

A sociedade burguesa transforma o trabalho humano em fonte de acumulação e reprodução de riquezas, mais especificamente riqueza produzida por uns e apropriada como propriedade privada por outros; o trabalho deixa então de servir à reprodução da vida humana e passa a servir à reprodução sempre crescente do capital. Nesta sociedade – após um processo de acumulação primitiva que durou mais de três séculos – alguns homens se tornaram proprietários dos meios necessários à transformação da natureza em objetos úteis, ou seja, dos meios de produção (ferramentas, terra, matérias-primas), enquanto a muitos outros nada restou, a não ser seu próprio corpo e o trabalho que potencialmente poderiam realizar (MARX, 1984 e 1991 e MARX e ENGELS, 1991). Este trabalho em potencial denominou-se força de trabalho.

Entender qual trabalho produz riqueza e como esta riqueza é produzida e distribuída tornou-se um objetivo dos economistas nos primórdios deste modo de produção e reprodução da vida, o qual se chamou de modo de produção capitalista. Para essa análise os economistas utilizaram as categorias trabalho produtivo e trabalho improdutivo.

O trabalho produtivo é caracterizado como o trabalho que produz um excedente, ou seja, produz mais riqueza do que consome no processo de transformação da natureza. A primeira escola a procurar entender o trabalho produtivo foi a Escola Fisiocrata. Esta escola deixou de lado o pensamento Mercantilista que defendia ser toda a riqueza originada no comércio.¹ No entendimento da Fisiocracia, a agricultura tornava-se a única atividade produtiva. Um de seus principais expoentes, François Quesnay, escreveu:

A classe produtiva é a que faz renascer, pelo cultivo do território, as riquezas anuais da nação (...). A classe estéril é formada por todos os cidadãos ocupados em outros serviços e trabalhos que não a agricultura, e cujas despesas são pagas pela classe produtiva e pela classe dos proprietários, os quais, por sua vez, tiram suas rendas da classe produtiva. (QUESNAY, 1996, p. 211)

A atividade agrícola seria a única capaz de produzir excedente, pois além de alimentar os trabalhadores da terra – classe produtiva –, ainda remunerava toda classe estéril, fornecia as matérias-primas e pagava por ferramentas para uma nova produção, e

¹ Segundo Eric Roll “(...) os metais preciosos, isto é, o dinheiro, é a primeira forma de riqueza (...)” (ROLL, 1962, p. 48). Isso levava aos Mercantilistas a identificar um país rico como aquele que acumulasse tesouros “(...) o desejo de entesourar era comum a todos os mercantilistas (...)” (ROLL, 1962, p. 53). O meio para conseguir essa riqueza era o comércio: “a circulação dos bens foi a base da atividade econômica, enquanto o comércio era a força dominante do desenvolvimento econômico. Seu fim, a acumulação de dinheiro(...)” (ROLL, 1962, p. 49). Antes da Escola Fisiocrata, conceituados economistas ingleses, tais como William Petty, já entendiam a produção de excedente não como fruto da acumulação de metais preciosos e do comércio. Petty em 1662, em seu *Tratado dos impostos e contribuições*, afirmava: “(...) o trabalho é o pai e princípio ativo da riqueza, da mesma forma que as terras são a sua mãe” (PETTY, 1996, p. 11). Porém, para os objetivos desse trabalho nos deteremos no pensamento econômico a partir da Fisiocracia, pois esta parte da divisão do trabalho nas categorias de trabalho produtivo e improdutivo para suas considerações.

gerava um valor excedente em relação ao investido no início do ciclo, excedente que era destinado à classe dos proprietários. A produção de excedente e a distribuição da riqueza entre as três classes consideradas por Quesnay são explicitadas em seu *Tableau economique*. Na análise desse quadro a classe produtiva produziria cinco bilhões tendo consumido apenas três bilhões no processo produtivo. A classe dos proprietários consumiria esse excedente de dois bilhões, sem nada produzir, e a classe estéril produziria apenas o equivalente ao que teria consumido, não gerando nenhum excedente.²

Um importante avanço da Fisiocracia foi o de definir trabalho produtivo como aquele que produz excedente e, o mais importante, excedente para o proprietário e não para si. O excedente para os fisiocratas é aquele que ultrapassa o consumo dos trabalhadores produtivos. Numa análise do trabalho manufatureiro perceberiam que o produto do trabalho dos operários da manufatura também ultrapassa o seu consumo, porém não o fazem.³ Eric Roll firma que os fisiocratas não faziam distinção entre valor de uso e valor de troca. Para eles o valor excedente deveria se materializar num produto excedente:

As aparentes contradições dos fisiocratas, ao explicarem o problema do valor, se devem ao fato de que, embora tivessem feito do trabalho o único criador do excedente (cuja fonte era a natureza), só pensaram no valor a este respeito como valor de uso, e, portanto, quando tiveram que examinar a troca, se viram obrigados a recorrer a explicação diferente. (ROLL, 1962, p. 123)

A fonte produtora de excedente seria uma propriedade da natureza e não do trabalho, assim o trabalho na indústria apenas combinaria valores e não os produziria. O valor para os Fisiocratas é medido pelo valor de uso do próprio trabalho – no caso o trabalho agrícola, o qual consome menos produtos em espécie do que produz – e não pelo tempo de trabalho, que se tornou a medida de valor adotada pela Economia Política, assim

² Neste quadro o produto anual seria de 5 bilhões. No início do ciclo a *classe produtiva* consome 2 bilhões em alimentos e sementes, lhe restando 3 bilhões em espécie (2 bilhões em alimentos e 1 bilhão em matérias-primas para manufatura), esta possui também todo o dinheiro do país, o equivalente a 2 bilhões, resultante do ciclo anterior. A *classe estéril* possui 2 bilhões em produtos manufaturados produzidos no período anterior. E a *classe dos proprietários* não tem nada, porém assim que o ciclo se inicia recebe os 2 bilhões em dinheiro da *classe produtiva*, os quais representam títulos de renda. Os *proprietários* destinam então 1 bilhão à *classe estéril* para compra de manufaturados e 1 bilhão para a classe produtiva para a compra de alimentos. A *classe estéril* recebendo esse 1 bilhão já o destina à classe produtiva na compra de alimentos. A *classe produtiva*, agora de posse de 2 bilhões, destina a metade à *classe estéril* na compra de manufaturados, e a *classe estéril* já os reverte em matéria-prima, retornando o valor à *classe produtiva*. No final do ciclo a *classe produtiva* esta de posse de 2 bilhões em dinheiro, e tendo consumido 2 bilhões para sua alimentação e para sementes e 1 bilhão em manufaturados, poderá iniciar uma nova produção, através da qual combinando esses 3 bilhões produzirá o produto bruto de 5 bilhões. A *classe dos proprietários* terá consumido 1 bilhão de alimentos e 1 bilhão de manufaturados, sem nada produzir, iniciando o ciclo seguinte sem nada. E a *classe estéril* estará de posse de 1 bilhão de alimentos e 1 bilhão de matérias-primas que irão se combinar para produzir os 2 bilhões de manufaturados para o ciclo seguinte. (QUESNAY, 1996 e ROLL, 1962)

³ Como afirma Karl Marx em sua obra *Teorias da mais-valia*.

que essa encarou o valor de troca.

Um importante economista político foi Adam Smith, o qual em suas análises avançou em relação aos fisiocratas. Smith encara a riqueza como poder de comandar trabalho alheio, ou de comandar todo produto do trabalho:

Riqueza é poder, como diz Hobbes. Mas a pessoa que adquire ou herda uma grande fortuna não necessariamente adquire ou herda, com isto, qualquer poder político, civil ou militar. Possivelmente sua fortuna pode dar-lhe os meios de adquirir esses dois poderes, mas a simples posse da fortuna não lhe assegurará nenhum desses dois poderes. O poder que a posse dessa fortuna lhe assegura, de forma imediata e direta, é o poder de compra; um certo comando sobre todo o trabalho ou sobre todo o produto do trabalho que está então no mercado. Sua fortuna é maior ou menor, exatamente na proporção da extensão desse poder; ou de acordo com a quantidade de trabalho alheio ou – o que é a mesma coisa – do produto do trabalho alheio que esse poder lhe dá condições de comprar ou comandar. O valor de troca de cada coisa será sempre exatamente igual à extensão desse poder que essa coisa traz para seu proprietário. (SMITH, 1983, p. 63-64)

O valor de troca é uma das expressões do valor. A outra se refere ao seu valor de uso, o qual corresponde à utilidade do objeto. Já o valor de troca é igual à quantidade de trabalho alheio que uma mercadoria pode comprar: “(...) o valor de qualquer mercadoria, (...), é igual à quantidade de trabalho que essa mercadoria lhe dá condições de comprar ou comandar” (SMITH, 1983, p. 63). Isso, pois “(...) somente o trabalho, pelo fato de nunca variar em seu valor, constitui o último e real com base no qual se pode sempre e em toda parte estimar e comparar o valor de todas as mercadorias” (SMITH, 1983, p. 65)

Para Smith o trabalho é a medida do valor. A partir dessa consideração Smith desenvolve a concepção acertada dos fisiocratas de que trabalho produtivo é aquele que produz excedente para o proprietário/capitalista. Para discutirmos as suas conclusões apontamos a citação:

Existe um tipo de trabalho que acrescenta algo ao valor do objeto sobre o qual é aplicado; e existe outro tipo, que não tem tal efeito. O primeiro, **pelo fato de produzir um valor**, pode ser denominado produtivo; o segundo, trabalho improdutivo. O trabalho de um manufator **acrescenta algo ao valor dos materiais com que trabalha: o de sua própria manutenção e o do lucro do seu patrão**. Ao contrário o trabalho de um criado doméstico não acrescenta valor algum a nada. (grifo nosso) (SMITH, 1983, p. 285)

Nesta primeira citação Smith mostra que o trabalho na manufatura também é produtivo. Mas devemos ressaltar que isso não se deve somente à possibilidade desse trabalho produzir valor, mas por produzir um valor que remunere o trabalhador e que crie o lucro do patrão. Elucidamos isso porque não é objetivo do capitalista apenas reproduzir o valor investido, mas sim gerar um excedente a este valor.

Para Smith apenas a agricultura e a manufatura seriam trabalhos produtivos. Atividades como dos serviços seriam improdutivas, pois não resultam, na maioria das vezes, em nenhum objeto no qual “algo” possa ser acrescentado ao seu valor, possibilitando assim a troca deste por quantidade igual de trabalho.

Cabe aqui ressaltar que Smith defronta-se, em sua obra, com duas teorias valor trabalho, a saber: I) *a do trabalho incorporado*: que corresponde à quantidade de trabalho empregado na produção de uma mercadoria, a qual seria igual ao valor do trabalho (salário); e II) *a do trabalho comandado*: correspondente à quantidade de trabalho que uma mercadoria pode obter após a sua venda, a qual seria igual ao valor da mercadoria.⁴ Essa diferença pode ser percebida na seguinte citação:

(...) não se pode dizer que **a quantidade de trabalho normalmente empregada para adquirir ou produzir uma mercadoria [trabalho incorporado]** seja a única circunstância a determinar **a quantidade que ele normalmente pode comprar, comandar [trabalho comandado]** ou pela qual pode ser trocada. É evidente que **uma quantidade adicional é devida pelos lucros do capital**, pois este adiantou os salários e forneceu os materiais para o trabalho do operário. (grifo nosso) (SMITH, 1983, p. 79)

Nesta citação percebe-se que o trabalho incorporado é menor que o trabalho comandado, e é este último que mede o valor da mercadoria. A diferença entre essas duas medidas de trabalho seria determinada pelo lucro, ou seja, a remuneração do capital adiantado.

Em outra passagem Smith afirma que o produto do trabalho é a recompensa do trabalho, o salário. Sendo assim, o valor do produto do trabalho deveria se igualar ao valor do salário. Porém, afirma: “(...) esse estado original de coisas, no qual o trabalhador desfrutava do produto integral de seu trabalho, já não pode perdurar quando se começou a introduzir a apropriação da terra e a acumular capital”. No momento que surge a propriedade privada o proprietário da terra exige uma renda, e “sua renda é a primeira dedução do produto do trabalho empregado na terra” enquanto “(...) o **lucro representa** uma segunda **dedução do produto do trabalho** empregado na terra” (grifo nosso) (SMITH, 1983, p. 92). E a mesma dedução se aplica ao produto do trabalho nas manufaturas.

Analisando as duas passagens percebemos que na primeira o lucro é a “quantidade adicional” ao valor e na segunda é uma “dedução” do produto do trabalho. Mas o lucro não

⁴ A terminologia “trabalho incorporado” e “trabalho comandado” na análise da obra de Smith é atribuída a David Ricardo.

pode ser uma “quantidade adicional” ao valor, exatamente por ser, segundo o próprio Smith, regulado de acordo com o capital adiantado, ou seja, “(...) regulado por princípios totalmente distintos, não tendo nenhuma proporção com a quantidade (...) desse suposto trabalho de inspecionar e dirigir [o qual muitas vezes é realizado pelo capitalista]” (SMITH, 1983, p. 78). Nesse caso o valor seria igual à quantidade de trabalho incorporado somado ao lucro, o qual, diferentemente do trabalho, não é um valor invariável. Por esse raciocínio a teoria valor trabalho não forneceria mais uma medida invariável de valor.

Já na segunda passagem, o lucro como dedução do produto do trabalho pressupõe que esse produto seja igual ao valor do trabalho, o salário para Smith. Segundo Belluzzo é exatamente essa a contradição de Smith, a qual o levaria a se defrontar com duas teorias valor trabalho:

A origem da incoerência está na manutenção da igualdade entre o valor do trabalho (salário) e o valor do produto do trabalho, a qual (...) é correta para a análise da troca em uma sociedade de produtores independentes, mas errônea quando se trata da sociedade capitalista. Mantendo a igualdade, isto é, medindo o tempo de trabalho gasto na produção da mercadoria pelo salário pago ao trabalhador, A. Smith, além de incorrer em descabida tautologia, compromete sua concepção sobre a origem do lucro e da renda da terra. (BELLUZZO, 1998, p. 32-33)

Eis uma contradição da teoria valor trabalho “smithiana”. Porém, não é a única. Em suas definições de trabalho produtivo e improdutivo, apesar de seus avanços, Smith apresenta outra contradição.

Ao definir valor como quantidade de trabalho, Smith avança em relação aos fisiocratas, pois considera o excedente mensurável pelo valor de troca⁵ e não pelo valor de uso – pois quando se considera o valor de uso, o excedente de um produto só pode ser medido em produtos excedentes. Mas, apesar de considerar o excedente mensurável pelo valor de troca, Smith aponta os serviços como atividade improdutivo devido ao seu resultado, ou seja, por cessar de existir ao término da execução. Porém, a definição de trabalho produtivo como aquele que “acrescenta algo ao valor do objeto sobre o qual é aplicado”, na qual o valor a ser aplicado deve resultar em um objeto, não é a única definição de Smith. Na citação seguinte este define trabalho produtivo e improdutivo por sua relação com o capital, e o seu resultado material deixa de ser determinante:

⁵ Para Smith o valor de troca seria invariável na medida em que representa o preço real de uma mercadoria, ou seja, a quantidade de trabalho dessa mercadoria. Mas haveria ainda o preço natural (quando se vigoram as taxas naturais de salário, renda e lucro) e o preço de mercado (aquele pelo qual a mercadoria é efetivamente vendida). Estes dois últimos poderiam variar de acordo com o país.

A parte da produção anual da terra e do trabalho de qualquer país que repõe capital, nunca é imediatamente empregada para outra finalidade que não seja de pessoas produtivas. Essa parte paga exclusivamente salários do trabalho produtivo. A parte que se destina imediatamente a constituir renda, como lucro ou como renda da terra, pode ser empregada para manter, indiferentemente, pessoas produtivas ou pessoas improdutivoas. Toda parcela do estoque que um proprietário emprega como capital, ele sempre espera que lhe seja repostada com lucro. (...) Toda vez que ele empregar qualquer parte do mesmo para manter pessoas improdutivoas de qualquer espécie, esta parte, a partir desse momento, é retirada de seu capital e colocada em seu estoque reservado para consumo imediato. Os trabalhadores improdutivoos, e os que não trabalham, são todos mantidos por uma renda (...). (SMITH, 1983, p. 286-87)

Nessa citação Smith define trabalhadores produtivos como aqueles cujo trabalho é trocado por capital, ou seja, pela parte do produto anual destinado a repor capital e criar o lucro, enquanto o trabalho improdutivo seria trocado por renda que se destina ao consumo imediato. Por essa definição qualquer trabalho que se destine a repor capital e produzir lucro é trabalho produtivo, mesmo se o resultado não for material. Um capitalista que contrate um professor para usufruir os conhecimentos que este lhe transmite está utilizando seu dinheiro (renda) para consumo imediato, o que caracteriza o professor como trabalhador improdutivo. Mas se o capitalista monta uma escola e coloca ao seu serviço diversos professores com o objetivo de obter lucro, este estará utilizando dinheiro na função de capital, tornando os professores trabalhadores produtivos.

Diante dessa nova definição questionamos o que teria levado Smith a definir o trabalho produtivo como aquele que se materializa em um objeto. Essa resposta aponta para dois sentidos: a) para uma contradição de Smith relacionada à “durabilidade” e “materialidade” da riqueza; e b) à sua percepção do que Marx considera como uma “tendência” do desenvolvimento da própria produção capitalista.

Um aspecto dessa contradição pode ser encontrado na hierarquia criada por Smith entre produtos duráveis e não duráveis, através da qual os primeiros poderiam ser acumulados e com isso minimizariam os gastos do dia seguinte, enquanto os segundos não:

A renda de um indivíduo pode ser gasta em coisas consumidas de imediato – caso em que a despesa de um dia não pode aliviar nem sustentar a de outro – ou em coisas de maior durabilidade, as quais podem ser acumuladas – caso em que o gasto de cada dia pode, a seu critério, aliviar ou sustentar e aumentar o efeito do gasto do dia seguinte. (...) Se duas pessoas de igual riqueza fossem gastar suas rendas, uma, sobretudo, da primeira forma indicada, a outra, da segunda, veríamos que a magnificência da pessoa que gastou sobretudo em mercadorias duráveis aumentaria continuamente, já que a despesa de cada dia contribuiria em algo para sustentar e aumentar o efeito da despesa do dia seguinte; ao contrário, a magnificência da outra não seria maior no fim do período do que no início. (SMITH, 1983, p. 297)

O fato de o indivíduo gastar sua renda na compra de objetos duráveis, e com isso enriquecer, não pode se relacionar com o valor do produto. Para sermos mais claros, pela própria teoria valor trabalho de Smith a durabilidade de uma mercadoria não pode ser considerada como determinante do valor, a menos que necessite de maior quantidade de trabalho para ser produzida. Então não é essa a questão. Mas a idéia de durabilidade como essencial para acumulação e aumento da riqueza pode ser reconhecida nos Mercantilistas ao tratarem de metais preciosos como representação da riqueza, e um dos motivos para isso é que estes metais podiam ser acumulados.⁶ Marx, ao citar essa passagem, afirma que: “(...) é inegável que aí A. Smith retroage a idéia mercantilista da ‘durabilidade’, da efetiva qualidade inconsumível” (MARX, 1980, p. 153). Ora, segundo o próprio Smith “não foi por ouro ou por prata, mas pelo trabalho, que foi originalmente comprada toda a riqueza do mundo (...)” (SMITH, 1983, p. 63), e como vimos em seu conceito de riqueza, somente o comando do trabalho pode garantir o poder que a fortuna propicia a um indivíduo.

O outro aspecto dessa contradição está na definição de trabalho produtivo como aquele que “(...) realiza-se em um objeto específico ou mercadoria vendável, a qual perdura, no mínimo, algum tempo depois de encerrado o trabalho” (SMITH, 1983, p. 285). Essa definição remonta a idéia de produto líquido, pois o que é “vendável” após a produção material é o que não foi consumido por ela e pelos trabalhadores que executam o processo produtivo. Mas ao se considerar valor de troca, o que está em questão é um valor que não é mensurável em objetos, mas em tempo de trabalho. Nesta definição de Smith podemos encontrar uma contradição, pois após ter avançado em relação aos fisiocratas ao considerar o valor de troca, retrocede (também) à concepção fisiocrata ao apontar características concretas do produto resultante do trabalho, ou seja, do valor de uso produzido, como determinante do trabalho que produz ou não valor.

No entanto, Marx nos mostra que um fato real pode ter levado Smith a essa concepção errônea de trabalho produtivo. Observa Marx:

(...) com a extensão do jugo do capital à produção inteira, isto é, com a produção de toda mercadoria para o comércio e não para o consumo imediato, e com o desenvolvimento da produtividade do trabalho, cada vez mais se firmará uma diferença material entre trabalhadores produtivos e improdutos, pois os primeiros, com raras exceções, produzirão exclusivamente *mercadorias*, e os últimos, com raras exceções, realizarão apenas serviços pessoais. Assim, a primeira classe produzirá a riqueza imediata, material, consistente em mercadorias (...). Este é um dos ângulos que levam A. Smith a acrescentar outras diferenças [resultado material ou não, separável ou inseparável do ato de produzir] à primeira diferença

⁶ Vide nota 1, p. 6.

específica [trabalho que se troca por capital ou por renda], a determinante principal [de trabalho produtivo e improdutivo]. (MARX, 1980, p. 140)

O que Marx afirma na citação é que com o desenvolvimento do modo de produção capitalista existe uma tendência de que toda a produção material seja realizada pelo trabalho produtivo, o qual se destina a repor capital e produzir o lucro do patrão, como diz Smith, enquanto apenas atividades de serviços pessoais (criados, médicos, professores) restariam fora do jugo do capital, sendo então fruto do trabalho improdutivo.⁷ Porém, essa é apenas uma relação aparente, que, por sua vez, não demonstra a essência da produção capitalista, a qual será revelada por Marx, mas por ora ficamos ainda nas considerações da Economia Política.

Apesar de não desenvolver concepções sobre o caráter de trabalho produtivo ou improdutivo,⁸ David Ricardo, importante representante da Economia Política, considera as atividades de serviços que formem valor de troca como atividades produtivas, por exemplo, o trabalho do engenheiro, como explicita no seguinte trecho:

(...) ao estimar o valor de troca das meias, por exemplo, descobriremos que o seu valor, comparado com o de outras coisas, depende da quantidade total de trabalho necessário para fabricá-las e lançá-las no mercado. Primeiro, há o trabalho necessário para cultivar a terra na qual cresce o algodão; segundo, o trabalho de levar o algodão ao lugar em que as meias são fabricadas – no que se inclui o trabalho de construção do barco no qual se faz o transporte e que é incluído no frete dos bens –; terceiro, o trabalho do fiandeiro e do tecelão; quarto, uma parte do trabalho do engenheiro, do ferreiro, do carpinteiro que construíram os prédios e a maquinaria usados na produção; quinto, o trabalho do varejista e de muitos outros que não vem ao caso mencionar. (RICARDO, 1982, p. 50)

Porém, todas essas atividades resultariam em um bem material, não incluindo aí as atividades cujos efeitos se findam ao término de sua execução. Assim como Smith, Ricardo também considera o resultado material como condição para denominar uma atividade como atividade produtiva.

Apesar de não fugir das determinações de trabalho produtivo e improdutivo de Smith, Ricardo tenta avançar na discussão da teoria valor trabalho.

⁷ Mais adiante veremos que essas atividades tornam-se cada vez mais trabalho produtivo. Além disso, a citação de Marx sugere que a forma material da mercadoria seria, de certa maneira, mais adequada à produção capitalista. Atividades cujo resultado não se separa do ato de execução apresentariam alguma barreira para a apropriação capitalista, pois não são incorporadas para valorização de capital, diferentemente do trabalho cujo resultado é material, o qual ainda se mantém como fonte de valor para o capital. Mas disso trataremos no capítulo II (item II.3.3.) desse trabalho.

⁸ Em suas *Notas aos princípios de economia política de Malthus*, Ricardo faz alguns comentários quanto às análises de Malthus acerca de trabalho produtivo e improdutivo. Porém sua crítica a Malthus se restringe a tratar do trabalho agrícola e não faz considerações acerca dos serviços.

Ao tentar resolver a contradição apresentada por Smith, Ricardo assume que é “(...) a quantidade de trabalho contida nas mercadorias que determina seu valor de troca (...)” (RICARDO, 1982, p. 44), ou seja, assume que é o trabalho incorporado numa mercadoria que determina seu valor de troca. Para Ricardo a idéia de trabalho comandado, ou seja, quantidade de trabalho pelo qual determinada mercadoria se pode trocar, seria uma medida-padrão de Smith, por sua vez incoerente ao igualar valor do trabalho à quantidade de trabalho do produto, ou seja, ao valor do produto:

Como medida-padrão ele [A. Smith] se refere (...) ao trabalho; não à quantidade de trabalho empregada na produção de cada objeto, mas à quantidade que este pode comprar no mercado, como se ambas fossem expressões equivalentes e como se, em virtude de se haver tornado duas vezes mais eficiente o trabalho de um homem, podendo este produzir, portanto o dobro da quantidade de uma mercadoria, devesse esse homem receber, em troca, o dobro da quantidade que antes recebia. Se isso fosse verdadeiro, se a remuneração do trabalhador fosse sempre proporcional ao que ele produz, **a quantidade de trabalho empregada numa mercadoria e a quantidade de trabalho que essa mercadoria compraria seriam iguais**, e qualquer um deles poderia medir com precisão a variação de outras coisas. **Mas não são iguais**. A primeira é, sob muitas circunstâncias, um padrão invariável, que mostra corretamente as variações das demais coisas. A segunda é sujeita a tantas flutuações quanto as mercadorias que a ele sejam comparadas. (grifo nosso) (RICARDO, 1982, p. 45)

Ricardo admite, assim, que existe a diferença entre a remuneração do trabalhador e o trabalho que pode ser adquirido com o valor da mercadoria por ele produzida. Determina então o tempo de trabalho necessário à produção como determinante do valor – trabalho incorporado – e determina salário – ou seja, valor do trabalho – como equivalente à quantidade fixa de mercadorias que compõe a “cesta de consumo” dos trabalhadores (meios de subsistência)⁹, e que o valor do trabalho não teria nenhuma influência sobre o valor da mercadoria. Para Ricardo somente o trabalho incorporado determinaria o valor da mercadoria. E como vimos em outro momento, todas as fases do processo produtivo até a comercialização do produto constariam neste valor.

Segundo Belluzzo, ao determinar que “a quantidade de trabalho empregada numa mercadoria e a quantidade de trabalho que essa mercadoria compraria” não são iguais, Ricardo admite implicitamente que não há troca de equivalentes “(...) registra o fato, mas abandona a discussão neste ponto” (BELLUZZO, 1998, p. 48). Com esse abandono o lucro surgiria da diferença entre produção e consumo necessário para se obter a produção. Como

⁹ Para Ricardo o salário é o preço natural do trabalho, o qual deve corresponder a “(...) quantidade de alimentos, gêneros de primeira necessidade e confortos materiais que, devido ao hábito, se tornarem para ele indispensáveis (...)”, permitindo “(...) que os trabalhadores, em geral, subsistam e perpetuem sua descendência, sem aumento ou diminuição” (RICARDO, 1982, p. 81).

percebemos, apesar de conclusões diferentes, Ricardo não resolve a contradição de Smith, apenas deixa de considerá-la como existente. Belluzzo explicita:

Se, por um lado, a noção de lucro como “excedente” sobre consumo necessário à produção é compatível com o procedimento de Ricardo relativo à determinação dos salários (que estão a longo prazo sempre fixados em nível de subsistência), de outra parte a consecução desse resultado só é possível mediante a supressão silenciosa do princípio da equivalência, no momento crucial do intercâmbio entre capital e trabalho. (BELLUZZO, 1998, p. 52)

Tanto Ricardo quanto Smith apontam para a diferença entre produto do trabalho e remuneração do trabalho. Porém essa questão ou não é resolvida – no caso de Smith – ou o é em detrimento a uma das características essenciais da teoria do valor: a de que cada mercadoria só pode ser trocada pelo seu valor equivalente – como o faz Ricardo.

Marx irá resolver essa contradição ao observar que a produção de excedente decorre exatamente da diferença, já percebida por Smith e Ricardo, entre produto do trabalho e remuneração do trabalho, como explicitaremos a seguir.

1.2. O trabalho produtivo como trabalho que produz mais-valia

O que as concepções de trabalho produtivo e improdutivo da Economia Política não consideravam é o processo de valorização que ocorre junto com o processo de trabalho. A produção de valor de uso, fruto do processo de trabalho, independe da forma social – existe no modo de produção capitalista ou em qualquer outro modo de produção – porém, a criação de valor e a valorização desse mesmo valor são específicas da forma capitalista de produção, e se fundam na diferença entre a remuneração do trabalhador e o valor decorrente de seu trabalho.

Antes de demonstrarmos como se dá esse processo de valorização, é preciso apontar que Karl Marx irá utilizar em suas concepções as definições acertadas de Smith acerca de trabalho produtivo e improdutivo. São definições acertadas de Smith: a) a de que o trabalho produtivo é aquele que produz um excedente para o patrão (concepção herdada dos fisiocratas); e b) a de que trabalho produtivo é aquele que se troca por capital e não por renda. Marx explicita sua posição de concordância com essas definições. Na citação a seguir Marx define trabalho produtivo:

Trabalho produtivo no sentido da produção capitalista é o trabalho assalariado que, na troca pela parte variável do capital (a parte do capital despendida por salário), além de reproduzir essa parte do capital (ou valor da própria força de trabalho), ainda produz mais-valia para o capitalista. (MARX, 1980, p. 132)

A seguir Marx demonstra como Smith, partindo das idéias fisiocratas, chega a essa definição de que o excedente é produzido para o capitalista:

Essa concepção de trabalho produtivo é consequência natural do modo como A. Smith vê a origem da mais-valia, por conseguinte a natureza do capital. Quando sustenta essa concepção segue uma direção tomada pelos fisiocratas (...) [os quais] sustentaram o ponto de vista certo de que, do ângulo capitalista, só é produtivo o trabalho que gera mais-valia, não para si mesmo e sim para o proprietário das condições de produção; trabalho que cria um produto não para si mesmo, mas para o dono das terras. (MARX, 1980, p. 133)

Apesar de Marx utilizar termos como “mais-valia” e “capital variável” – categorias que não podiam ainda ser vislumbrados por Smith, pois ele não percebe que o capitalista paga ao trabalhador o valor equivalente à sua força de trabalho e não o equivalente ao trabalho que produz – isso não altera a essência do que percebe Smith (e os fisiocratas): de que o excedente é fruto do trabalho alheio apropriado pelos capitalistas (pelo “patrão” no caso de Smith, ou pela “classe dos proprietários” no caso dos fisiocratas)

Quanto à segunda definição acertada de Smith, Marx é ainda mais explícito em sua concordância:

(...) A. Smith penetrou no âmago da questão, acertou na mosca, e um dos seus maiores méritos científicos (...) é o de ter definido o trabalho produtivo como trabalho *que se troca de imediato por capital* – troca em que as condições de produção do trabalho e o valor em geral, dinheiro ou mercadoria, antes de tudo se transformam em capital (e o trabalho em trabalho assalariado na acepção científica). (MARX, 1980, p. 137)

Aqui Marx reconhece que Smith acertou ao definir trabalho produtivo como aquele que “se troca de imediato por capital”, pois somente é capital o valor utilizado para se valorizar, pois todos os valores que servirem para o consumo imediato de seu detentor se resumem à renda.

Apesar de utilizar-se dessas definições para suas conclusões, Marx irá avançar em relação à Economia Política ao demonstrar o processo de valorização que ocorre durante o processo de trabalho na produção de mercadorias, no qual o capitalista irá consumir a força de trabalho do trabalhador. Força de trabalho é definida como trabalho em potencial, uma mercadoria que tem um valor de troca e um valor de uso como qualquer outra mercadoria. Pela teoria valor trabalho de Marx temos que: “tempo de trabalho socialmente necessário é aquele requerido para produzir um valor de uso qualquer, nas condições dadas de produção socialmente normais, e com grau social médio de habilidade e intensidade do trabalho. (...) É, portanto, apenas o *quantum* de trabalho socialmente necessário ou tempo de trabalho

socialmente necessário para produção de um valor de uso o que determina a grandeza de seu valor” (MARX, 1983, p. 48). Por essa definição o valor de qualquer mercadoria é dado pelo tempo de trabalho socialmente necessário para produzi-la. Esse mesmo princípio se aplica na formação do valor da força de trabalho. E essa é uma relação fundamental para entender a essência da produção capitalista.

Partindo da primeira concepção acertada de Smith, Marx esclarece a função específica do modo de produção capitalista:

A função verdadeira, função específica do capital enquanto capital é pois a produção de valor excedentário e esta (...) não é mais que a produção de sobretrabalho, apropriação – no decurso do processo de produção real – de trabalho não pago, que se apresenta à vista e se objetiva como mais-valia. (MARX, 1985, p. 42-43)

Aí o avanço de Marx está no desenvolvimento da categoria mais-valia (excedente/trabalho não pago) a partir da categoria força de trabalho, e desta maneira demonstra o processo de valorização, que ocorre durante o processo de trabalho na produção das mercadorias. O processo de valorização é possível pois ao comprar a força de trabalho do trabalhador o capitalista a compra pelo seu valor de troca (salário), que corresponde ao tempo de trabalho socialmente necessário para produzir os meios de subsistência indispensáveis ao seu portador. Porém, o que o capitalista utilizará é o valor de uso dessa força de trabalho, a qual, pertencendo ao capitalista como qualquer outra mercadoria comprada, poderá ser utilizada como seu “dono” determinar, e neste caso, em tempo de trabalho superior ao tempo de trabalho necessário para produzi-la. Essa idéia está clara na seguinte citação:

O valor de um dia de trabalho importava em 3 xelins, porque nela mesma está objetivada meia jornada de trabalho, isto é, porque os meios de subsistência necessários para produzir diariamente a força de trabalho custam meia jornada de trabalho. (...) O fato de que meia jornada seja necessária para mantê-lo vivo durante 24 horas não impede o trabalhador, de modo algum, de trabalhar uma jornada inteira. O valor da força de trabalho e sua valorização no processo de trabalho, são, portanto, duas grandezas distintas. (MARX, 1983, p. 159)

Dessa maneira entende-se a produção de excedente. O capitalista compra do trabalhador sua força de trabalho por seu valor equivalente – como o de qualquer outra mercadoria – porém, o trabalhador produz mais valor, ou seja, trabalha mais tempo do que o necessário para pagar seu salário, e essa diferença é apropriada pelo capitalista na forma de mais-valia. Através dessa apropriação de trabalho não pago é que se dá o processo de valorização.

Voltando a definição de trabalho produtivo de Marx – o qual se troca por capital, na forma de salário e que produz mais-valia – não basta que o trabalhador produza mercadorias que tenham valor de troca. Não basta o trabalhador reproduzir apenas o valor investido pelo capitalista, deve produzir algo a mais, ou seja, o “lucro do patrão”, como já afirmava Smith. Marx aponta para essa especificidade da produção capitalista:

A produção capitalista não é apenas produção de mercadorias, é essencialmente produção de mais-valia. O trabalhador produz não para si, mas para o capital. Não basta portanto, que produza em geral. Ele tem de produzir mais-valia. **Apenas é produtivo o trabalhador que produz mais-valia para o capitalista ou serve à autovalorização do capital.** (grifo nosso) (MARX, 1984, p. 105)

Marx revela, assim, o que seus antecessores não conseguiram resolver, ou seja, a essência do modo de produção capitalista que se baseia na apropriação de mais-valia, a qual corresponde à diferença entre a remuneração do trabalhador (valor da força de trabalho e não valor do trabalho) e o valor produzido pelo trabalhador. Como vimos, Smith se defronta com duas teorias valor trabalho – a do trabalho incorporado e a do trabalho comandado – por igualar valor do trabalho ao valor do produto do trabalho. Já Ricardo considera que existe uma diferença entre o valor do trabalho e o valor do seu produto, mas por não considerar a mercadoria força de trabalho – a qual se troca por salário que é medido pelo tempo de trabalho necessário para produzi-la e reproduzi-la – assume que não existe equivalência na troca de capital por trabalho, como afirma Belluzzo.

Diante dessa lógica capitalista de produção de mais-valia, Marx mostra então que o capital retira do trabalho a sua função específica de produção de objetos úteis à vida e o torna produtor de valor. Afirma-nos Marx: “ao desaparecer o caráter útil dos produtos do trabalho, desaparece o caráter útil dos trabalhos neles representados, e desaparecem também, portanto, as diferentes formas concretas desses trabalhos, que deixam de diferenciar-se um do outro para reduzir-se em sua totalidade a igual trabalho humano, a trabalho humano abstrato” (MARX, 1983, p. 47). O trabalho se caracteriza como substância do valor, e é exatamente o trabalho abstrato “dispêndio de energia do homem” o trabalho destinado a produzir valor. Nesse sentido o trabalho abstrato só tem sentido de ser enquanto for socialmente trabalho para produzir valor e não trabalho para produzir valores de uso, embora essa seja uma condição necessária, pois sem valor de uso uma mercadoria não pode ser vendida. A esse tipo de trabalho destinado a produzir mercadorias úteis à vida humana se chama trabalho concreto, trabalho útil.

Dessa maneira, o trabalho produtivo, ou seja, aquele que cria e valoriza valor, é trabalho abstrato. Independente se o que se produz como valores de uso são sapatos, roupas ou uma ferramenta, uma vez que se devem abstrair as qualidades físicas do produto, sua utilidade, para se mensurar o valor de uma mercadoria enquanto *quantum* de trabalho socialmente necessário para sua produção. Assim, trabalho produtivo, como o trabalho abstrato, é trabalho que reproduz valor e produz mais-valia, independente de seu resultado material.

Aqui é necessário apontar a consequência mais direta do trabalho abstrato para o operário. O trabalho no capitalismo torna-se trabalho alienado:

O conceito de alienação de Marx tem quatro aspectos principais, que são os seguintes: a) o homem está alienado da natureza – [“expressa a relação do trabalhador com o produto de seu trabalho, que é ao mesmo tempo, segundo Marx, sua relação com o mundo exterior dos sentidos, os objetos da natureza”]; b) está alienado de si mesmo (de sua própria atividade) – [“é a expressão da relação do trabalho com o ato de produção dentro do processo de trabalho”]; c) de seu “ser genérico” (de seu ser como membro da espécie humana); d) o homem está alienado do homem (dos outros homens) (MÉSZÁROS, 2006, p. 20).

O trabalho alienado reflete a essência da produção capitalista (MARX, 1993). A troca de mercadorias torna-se a única forma de relação entre os homens, que de relação social se torna relação coisificada: “a relação social entre os homens (...) para eles aqui assume a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas” (MARX, 1983, p. 71). Por trás de cada mercadoria existe um homem sendo expropriado por outro, porém essa relação fica oculta, o que se vê é apenas a troca de mercadorias por um equivalente em dinheiro. Essa relação é denominada *fetichismo* da mercadoria.

Ao se comprar uma mercadoria não se vê que o que se adquire é valor, mas não só isso, adquire-se valor valorizado, através da exploração de homens por outros homens, representados cada qual por uma classe, a proletária e a burguesa, respectivamente. Para Marx: “é exatamente essa forma acabada – a forma dinheiro – do mundo das mercadorias que objetivamente vela, em vez de revelar, o caráter social dos trabalhos privados e, portanto, as relações sociais entre os produtores privados” (MARX, 1983, p. 73). A partir do momento em que os homens se relacionam apenas como valores, não é mais o homem que domina o processo de produção, mas é este último que “domina” os homens. A atividade vital do homem, o trabalho, de essência humana torna-se apenas meio para sua existência. E tudo isso é visto, ainda hoje, como relação natural e imutável para a reprodução da vida humana, o capitalismo é visto como eterno, mesmo que não sirva ao homem, mas a si mesmo.

I.2.1. A atividade de serviços como trabalho produtivo

Existe uma forma de trabalho humano que normalmente não cria valores de uso que se materializam em um objeto, mas são úteis apenas como atividade, ou seja, sua utilidade cessa de existir quando o trabalho termina – dentre elas temos o trabalho do médico, do professor, do escriturário, do militar, do artista. Essas atividades são chamadas de serviços. Essas atividades envolvem, em sua grande maioria, atributos imanentemente humanos, como é o caso do saber do médico e do professor, da criatividade do *designer*, entre outros. Temos então, que grande parte dos serviços se caracteriza pela qualificação do trabalhador, a qual, na maioria das vezes, torna-se imprescindível à execução da atividade.

As atividades de serviços – também denominadas como setor de serviços, ou setor terciário – vêm conquistando crescente importância como tema de estudo nas Ciências Econômicas. Um dos elementos para este fato é a crescente participação do emprego nesta atividade. Já na década de 1950, o emprego neste setor ultrapassava os 50% nos EUA (dados de CASTELLS, 1999). No Brasil, guardadas as especificidades regionais, a mesma tendência se observa: em 1982 o percentual de pessoal ocupado em serviços era de 59,1% e em dezembro de 2002 já atingia 71,1%. (IBGE, 2006)

As atividades de serviços cumprem diferentes funções no modo de produção capitalista, das quais citamos algumas:

- 1) Realizar ou auxiliar na realização da mais-valia, ou seja, na venda do produto. Existem inúmeros serviços que contribuem para que o produto seja vendido, somente com a venda do produto é que o capitalista pode se apropriar da mais-valia produzida. Sendo assim, essas atividades – que vão do comércio às atividades de publicidade, criação de marcas, *designers* de produtos que facilitem a venda – são de grande importância para a produção capitalista.
- 2) Outra importante função é a movimentação da mais-valia social. Esta função, ligada à primeira, é de grande importância no capitalismo contemporâneo financeirizado, além de ter sido crucial no período do Estado do Bem-Estar Social (1945-1970) colaborando para a formação da demanda efetiva.¹⁰

¹⁰ Francisco de Oliveira em seu livro *Crítica a razão dualista* de 1972 aborda elementos desses dois aspectos da atividade de serviços fazendo uma crítica ao pensamento desenvolvimentista, o qual considerava o setor de serviços “inchado” nos países subdesenvolvidos. A tese desses autores afirmava que as atividades de serviços, na medida em que não se convertem em objetos materiais, desviariam riqueza do setor industrial produtivo. Apesar de essas teses terem surgido 170 anos depois da *Riqueza das Nações* de Adam Smith, elas se assemelham ao avaliar o gasto com serviços como sendo desperdício. Oliveira conclui: “(...) o crescimento do Terciário, na forma em que se dá, absorvendo crescentemente trabalho, tanto em termos absolutos como relativos faz parte do modo de acumulação urbano adequado à expansão do sistema capitalista no Brasil; não se está em presença de nenhuma ‘inchação’, nem de nenhum segmento ‘marginal’ da economia” (OLIVEIRA, 2003, p. 54-55).

- 3) Como a maioria das atividades no modo de produção capitalista, os serviços também cumprem a função de reproduzir a relação social baseada na propriedade privada. Essa função é tanto *política*, na medida em que colabora para a interiorização da ideologia burguesa pela classe trabalhadora; como também *econômica*, na medida em que produz mais-valia.

Para os objetivos de nosso trabalho não podemos ignorar esses papéis dos serviços, principalmente quando escolhemos como objeto de análise o serviço em uma atividade da educação. Porém, nossa ênfase será à utilização dos serviços como atividade que diretamente produz excedente, mais-valia. Essa função por si só já carrega diversas contradições que procuraremos apontar e é basicamente nelas que poderemos nos deter.

Para iniciarmos nossa análise dos serviços recorreremos a Marx, que como vimos, vai além da Economia Política, e em sua crítica a essa escola podemos encontrar elementos para esse entendimento. Marx afirma: “(...) serviço não é em geral mais do que uma expressão para o valor de uso particular do trabalho, na medida em que este não é útil como coisa mas como atividade” (MARX, 1985, p. 118). Esta afirmação não se contrapõe à definição de serviços de Smith ou Ricardo. Mas, como vimos, o objetivo do capital, segundo Marx, é a valorização do valor através do processo de produção capitalista (D-M-D’ – dinheiro – mercadoria – dinheiro + mais-valia). Diante dessa lógica capitalista várias atividades dos serviços são atividades produtivas, uma vez que o que define o trabalhador como produtivo ou improdutivo não é o processo de trabalho ao qual se submete, mas se ele participa ou não do processo de valorização do capital.

Existem, porém, diferenças entre o trabalho dentro de uma fábrica capitalista e os serviços. O primeiro utiliza a força de trabalho assalariada e produz mercadorias que existem separadamente do ato de produção, ou seja, cujo resultado é material, já nos serviços o produto pode existir de duas maneiras:

- 1) O seu resultado são mercadorias que existem separadamente do produtor (...) por exemplo, livros, quadros, todos os produtos artísticos que existem separadamente da atividade artística do seu criador e executante (...).
- 2) O produto não é separável do ato de produção. (MARX, 1985, p. 119-20)

Não é, no entanto, o resultado separável ou não do ato de produção o que determina a diferença entre o trabalho produtivo e improdutivo. A diferença fundamental consiste na finalidade de sua troca por dinheiro: se é por dinheiro apenas como dinheiro (rendimento), o que é vendido é o valor de uso do trabalho; se é por dinheiro como capital, o que o trabalhador vende é sua força de trabalho, que irá valorizar capital. “A diferença entre o

trabalho produtivo e o improdutivo consiste apenas em que, em si, o trabalho é trocado por dinheiro como dinheiro e em dinheiro como capital” (MARX, 1985, p. 119)¹¹. Para ilustrar esse fato, Marx nos dá alguns exemplos, como nos mostra a citação:

Uma cantora que canta como um pássaro é uma trabalhadora improdutiva. Na medida em que vende o seu canto é uma assalariada ou uma comerciante. Porém, a mesma cantora contratada por um empresário que a põe a cantar para ganhar dinheiro, é uma trabalhadora produtiva, pois produz diretamente capital. Um mestre-escola que é contratado com outros para valorizar, mediante o seu trabalho, o dinheiro do empresário da instituição que trafica conhecimento é um trabalhador produtivo. (MARX, 1985, p. 115)

Como percebemos essa definição para trabalho produtivo e improdutivo é elaborada por Marx a partir da segunda definição acertada de Smith, ou seja, a de que trabalho produtivo se troca por capital enquanto trabalho improdutivo se troca por renda.

Para Marx a definição de trabalho produtivo e improdutivo em função do seu conteúdo material deriva de uma visão fetichista “(...) que é peculiar do modo de produção capitalista e deriva da essência do mesmo, segundo a qual há determinações econômicas formais, como, por exemplo, *mercadoria*, *trabalho produtivo* etc., que constituem uma qualidade inerente em si e para si aos depositários materiais destas determinações formais ou categóricas” (MARX, 1985, p. 117-18). Para entender melhor o que seria essa visão fetichista que faz com que se tome a aparência pela essência, podemos apontar o que Marx entende por materialização do trabalho:

Quando falamos da mercadoria como materialização do trabalho – no sentido de seu valor de troca –, trata-se apenas de uma simples maneira de ser ideal, isto é, meramente social de mercadoria, e nada tem a ver com sua realidade corpórea; concebe-se a mercadoria como determinada quantidade de trabalho social ou de dinheiro. É possível que o trabalho concreto de que resulta, nela não deixe vestígio. (MARX, 1980, p. 151)

Por essa passagem vemos que para Marx o trabalho objetivado, materializado, pode não resultar em um produto que exista separadamente do ato de produção, que não “deixe vestígio”. Sendo assim é trabalho social, trabalho abstrato, que produz a mercadoria enquanto forma de valorizar o capital, o trabalho concreto é apenas um meio e não um fim, pois pouco importam as características de seu resultado, enquanto valor de uso, para a

¹¹ Ruy Fausto, em *Marx: lógica e política* (Tomo II), nos esclarece que Marx no *Capítulo VI Inédito de O Capital* e nas *Teorias da mais-valia*, ao tratar de trabalho produtivo e improdutivo, afirma se referir apenas ao interior do “processo imediato de produção”. Isso significa que o “capital” pelo qual o trabalho produtivo se troca é o capital destinado à produção imediata de mercadorias, no caso, o “capital industrial”. Quando se trata do “processo global de produção” devemos considerar o “capital comercial” e o “capital ‘a juros’”, os quais podem se trocar por trabalho, sem que esse trabalho, embora faça parte do processo global de valorização do capital, produza diretamente mais-valia.

produção de mercadorias. Essa análise torna-se imprescindível quando tratarmos das concepções de “trabalho imaterial”.

Já esclarecidos quanto à classificação de um serviço enquanto trabalho produtivo ou improdutivo para o modo de produção capitalista, ou seja, quando o trabalhador produz mais-valia e quando apenas vende o valor de uso de seu trabalho,¹² apontamos agora mais uma consideração de Marx acerca dessa atividade:

(...) [Os serviços] embora possam ser explorados de maneira diretamente capitalista, constituem grandezas insignificantes se os compararmos com a massa da produção capitalista. (MARX, 1985, p. 116)

Essa afirmação de Marx se deve principalmente ao seu momento histórico, no qual a atividade de serviços se caracterizava quase que apenas por serviços pessoais que representavam o luxo da antiga aristocracia, além do que a participação dos trabalhadores nesta atividade era muito pequena. Daniel Bell nos mostra que em 1870, nos EUA, apenas 23,2% das pessoas se empregavam em atividades de serviços. A partir dessa estatística temos uma idéia quanto à diferença de importância desse setor no século XIX se comparado com os dias de hoje, em que representa mais de 2/3 dos trabalhadores assalariados (vide Tabelas 1 e 2).¹³

TABELA 1

<i>Distribuição do emprego em bens e serviços (em milhares)</i>					
<i>EUA: 1870-1920</i>					
Ano	Bens	%	Serviços	%	Total
1870	10.630	82,4	2.990	23,2	12.900
1900	19.620	67,7	9.020	31,1	29.000
1920	23.600	56,7	15.490	37,2	41.600

Fonte: Elaboração própria a partir de Bell (1979).

Nota: Os totais nem sempre correspondem, por não terem sido consideradas as quantidades muito reduzidas e por terem sido arredondados os números.¹⁴

¹² Como já indicamos, o fato do serviço não produzir mais-valia não significa que não seja útil ao capital.

¹³ Utilizamos somente dados dos EUA, por ser o único país ao qual tivemos acesso à uma série de dados mais longa, com início em 1870. No Brasil a tendência atual é a mesma. De acordo com dados do SEADE (2006) em 2003 na Região Metropolitana de São Paulo eram 78% de trabalhadores assalariados nas atividades dos serviços. O IBGE (2006) em dezembro de 2002 aponta que 71,08% dos trabalhadores em todo o Brasil se ocupam das atividades de serviços.

¹⁴ Nota retirada de Bell (1979, p. 150).

TABELA 2

<i>Distribuição do Emprego (%) por setor produtivo</i>				
<i>EUA: 1920-1991</i>				
Ano	Extrativismo	Transformação	Serviços	Total
1920	28,9	32,9	38,4	100
1930	25,4	31,6	43,2	100
1940	21,3	29,8	49,0	100
1950	14,4	33,9	51,7	100
1960	8,1	35,9	56,1	100
1970	4,5	33,1	62,7	100
1980	4,5	29,6	65,7	100
1985	4,0	27,2	68,9	100
1990	3,5	25,0	71,0	100
1991	3,5	24,7	71,8	100

Fonte: Elaboração própria a partir de Castell (1999).

O crescimento no setor serviços observado no século XX se configura como indicamos a seguir¹⁵: a) aumento de serviços pessoais – que hoje se caracterizam não apenas no serviço individual prestado nos lares daqueles que os adquirem, mas também se materializam em hotéis, restaurantes, postos de serviços para automóveis, viagens, diversões, esportes e outras atividades de lazer, como também de luxo; b) serviços auxiliares à indústria – transporte, comércio, escritórios contábeis, assim como atividades que auxiliam na venda do produto, tais como escritórios de publicidade e *marketing*; c) atividades de desenvolvimento científico e tecnológico – caracterizados por centros de pesquisa, inovação e desenvolvimento; e d) serviços bancários e financeiros. Além dessas formas de serviços que aumentaram muito no século XX, houve também considerável aumento em serviços de saúde, educação e serviço social, os quais também podem ser considerados como serviços pessoais.¹⁶

Neste capítulo apontamos que a especificidade do modo de produção capitalista é a criação e valorização do valor através do trabalho. Neste processo não importa o valor de uso da mercadoria produzida, nem as características do trabalho concreto que a produz. Porém, apesar da atividade de serviços poder se caracterizar como atividade produtiva, ela apresenta várias dificuldades de análise. Uma dessas principais dificuldades se refere à qualificação do trabalhador. Os dados apontados acima demonstram apenas uma aparente

¹⁵ Análises detalhadas sobre a configuração econômica dos serviços no século XX podem ser encontradas em Bell (1979) e mais recentemente em Kon (1992, 1996 e 2004).

¹⁶ Muitos desses serviços já existiam no século XIX, porém tinham pouca importância econômica. A primeira análise econômica das atividades dos serviços foi feita por Colin Clark somente em 1940 no seu livro *The Conditions of Economic Progress*, o que nos mostra o papel econômico secundário dessa atividade até então. (KON, 2004 e OLIVEIRA, 2003)

mutação na forma de produzir riqueza, mas se trata essencialmente de algo muito mais complexo. O capital enfrenta agora o que consideramos graves problemas para a sua própria reprodução, tais quais, o da mensuração do valor e o da subsunção do trabalho nos serviços. Para esse trabalho tentaremos analisar e apontar algumas considerações sobre esses dois elementos, porém, a complexidade do tema nos permitirá apenas alguns apontamentos, mas nada conclusivos, principalmente no que tange a mensuração do valor.

Para nossa análise é importante definirmos quais os papéis, para a produção capitalista de cada uma das faces dos serviços, já apontadas, em sua configuração atual, tais quais: a) serviços pessoais; b) serviços auxiliares à indústria; c) atividades de desenvolvimento científico e tecnológico; e d) serviços bancários e financeiros.¹⁷

As formas “b” e “c” são serviços ligados à indústria, à produção imediata de mercadorias; e a última se relaciona ao “movimento” do capital em geral. Essas atividades em sua maioria são consideradas improdutivas, ou que diretamente não produzem mais-valia. Disso Marx trata nos Livros II e III de *O Capital*, e não serão objetos desse trabalho.

No próximo capítulo trataremos das especificidades dos serviços e em nosso capítulo terceiro veremos como uma atividade dos serviços pessoais, a educação, pode ser utilizada diretamente na produção de mais-valia e como as características do trabalho docente propriamente dito (ensino, pesquisa e extensão) tornam-se uma barreira à sua utilização para a valorização do capital.

¹⁷ Essa divisão foi feita para facilitar a análise a que nos propusemos, porém não coincide com as divisões oficiais de institutos de estatísticas, como também é elaborada de maneira diferente por outros autores.

CAPÍTULO II

SUBSUNÇÃO REAL E FORMAL NA PRODUÇÃO CAPITALISTA

A grande importância dos serviços hoje nos leva à reflexão sobre uma questão que encontramos nas obras de Marx quanto às atividades dos serviços. Esta se refere aos limites que Marx aponta para a aplicação da produção capitalista aos serviços em suas duas formas, já citadas:

1) O seu resultado são mercadorias que existem separadamente do produtor (...). **A produção capitalista só se pode aplicar aqui de maneira muito limitada.** (...) 2) O produto não é separável do ato de produção. **Também aqui o modo de produção capitalista só tem lugar de maneira limitada,** e só pode tê-lo, devido à natureza da coisa, em algumas esferas. (grifo nosso) (MARX, 1985, p. 119-20)

Após apontar a existência desses limites Marx segue o texto sem explicitar que limites seriam esses. Na busca de uma explicação nos parece frutífero abordar a questão das formas de subsunção do trabalho ao capital, pois Marx aponta uma diferença entre o trabalho imediato na atividade fabril e o trabalho nos serviços ao tratar das idéias de subsunção real e formal. Ao contrário do trabalho na fábrica, os serviços só seriam subsumidos formalmente pelo capital: “(...) a maior parte destes trabalhadores [produtivos nos serviços], do ponto de vista da forma, apenas se submetem formalmente ao capital (...)” (MARX, 1985, p. 115)

Na língua portuguesa o termo “subsumir” – assim como *subsumieren* no alemão – vem do latim “*sub*” (posição inferior) + “*sumere*” (tomar), ou, como encontrado no *Novo Dicionário Aurélio*: “1. Conceber (um indivíduo) como compreendido numa espécie. 2. Conceber (uma espécie) como compreendida em um gênero (...)”. Quando se trata de entender a subsunção do trabalho ao capital, não podemos nos reter apenas a essa significação – a qual expressa que o trabalho, quando subsumido ao capital, é compreendido como parte integrante deste, ou tomado em posição inferior – mas a todas as mediações através das quais essa relação se expressa. E é nessa análise mais ampla que tentaremos desenvolver as categorias de “subsunção formal” e “subsunção real” de Marx.

II.1. Subsunção formal e subsunção real

A subsunção formal do trabalho ao capital existe a partir do momento em que se inicia a produção capitalista, ou seja, quando um capitalista, detentor dos meios de

produção, coloca sob sua direção trabalhadores os quais a ele venderam sua força de trabalho, a qual o capitalista utilizará para valorizar o seu capital:

O essencial na subsunção formal é o seguinte: 1) A relação puramente monetária entre aquele que se apropria do sobretrabalho e o que o fornece (...). É apenas na sua condição de possuidor das condições de trabalho que, neste caso, o comprador faz com que o vendedor caia sob sua dependência econômica; não existe nenhuma relação política, fixada socialmente, de hegemonia e subordinação. 2) O que é inerente à primeira relação – caso contrário o operário não teria que vender a sua capacidade de trabalho – é que as suas condições objetivas de trabalho (meios de produção) e as suas condições subjetivas de trabalho (meios de subsistência), monopolizadas pelo aquisidor da sua capacidade de trabalho, se lhe opõem como capital. (...) O processo de trabalho, do ponto de vista tecnológico, efetua-se exatamente como antes, só que agora como processo de trabalho subordinado ao capital. (MARX, 1985, p. 94-95)

Por essa citação entendemos que uma relação de subsunção significa não apenas uma relação subordinação, mas também uma relação de dependência do trabalhador frente ao capital devido às suas necessidades de subsistência. Esse tipo de relação se diferencia das relações anteriores, como, por exemplo, do feudalismo, pois o capitalista subjuga o trabalhador não como um ser humano subjugando outro por poder político ou por tirania, mas utiliza o produto do trabalhador – seus meios de produção e de subsistência – para confrontá-lo. É uma relação de coisas e não de homens. Nas palavras de Marx (1980, p. 385): “(...) essa relação já é uma perversão, personificação da coisa, e coisificação da pessoa”.

Apesar do produto de seu trabalho enfrentar o trabalhador como algo que lhe é estranho (“o homem está alienado da natureza” – MARX, 1993; MÉSZÁROS, 2006), com o processo de trabalho não se dá o mesmo. O processo de trabalho depende do trabalhador, de suas habilidades: “a execução continua artesanal e, portanto, dependente da força, habilidade, rapidez e segurança do trabalhador individual no manejo do seu instrumento” (MARX, 1983, p. 269). Como nos indica Marx no trecho citado: o capitalista não exerce nenhum domínio sobre o processo de trabalho, o qual depende inteiramente do saber do operário. Essa dependência se torna um obstáculo para o modo de produção capitalista, e este obstáculo é elucidado por Andrew Ure citado por Marx:

“A fraqueza da natureza humana”, exclama o amigo Ure, “é tão grande que quanto mais hábil for o trabalhador, tanto mais ele se torna voluntarioso e mais difícil de ser tratado e, por conseguinte, causa grande dano ao mecanismo global, por meio de seus caprichos tolos”. (MARX, 1983, p. 288)

Enquanto não se modifica a natureza do processo de trabalho, o saber do operário permanece como uma barreira ao aumento de produtividade¹⁸, logo, ao aumento da mais-valia. Como ilustra Moraes Neto, na subsunção formal é como se o trabalhador permanecesse sob uma “redoma de vidro” impenetrável aos olhos do capitalista.

É apenas com o desenvolvimento do modo de produção especificamente capitalista que surge a subsunção real do trabalho ao capital. Apenas quando as formas de trabalho também enfrentarem o trabalhador como coisa e dele não mais dependerem é que o capital subsumirá realmente o trabalho. Nesse momento o capital tem todo o domínio sobre o processo de produção, retirando do trabalhador a “redoma de vidro”:

Na subsunção real ao capital (...) desenvolvem-se as forças produtivas sociais do trabalho e, graças ao trabalho em grande escala, chega-se à aplicação da ciência e da maquinaria à produção imediata. Por um lado, o modo de produção capitalista, que agora se estrutura como um modo de produção *sui generis*, origina uma forma modificada de produção material. Por outro lado, essa modificação da forma material constitui a base para o desenvolvimento da relação capitalista, cuja forma adequada corresponde, por conseqüência, a determinado grau de desenvolvimento alcançado pelas forças produtivas do trabalho. (MARX, 1985, p. 105)

As “forças produtivas sociais do trabalho” são a forma de desenvolvimento do capital a qual se dá a partir do desenvolvimento das formas de trabalho social, tais quais: cooperação, manufatura e grande indústria. Em conseqüência do desenvolvimento das formas do trabalho social, a ciência e as forças naturais se tornam forças produtivas do trabalho. Na subsunção real as forças produtivas sociais do trabalho são estranhas ao trabalhador, ou seja, a relação de produção não mais depende dele e o enfrenta como coisa, mesmo sendo produto de seu trabalho capitalizado. Esse processo se torna mais acentuado sob duas condições: a) quando o processo de trabalho não pode mais ser efetuado de forma autônoma ao processo capitalista de produção e o trabalhador individual não mais consegue produzir; e b) quando com a aplicação tecnológica da ciência se transformam forças naturais em maquinaria, a qual substitui o trabalhador e o subjuga, tornando-o supérfluo. Marx explicita essas condições:

A unidade na cooperação, a combinação na divisão do trabalho [na manufatura], o emprego, na maquinaria para fins produtivos, das forças naturais e da ciência junto com os produtos do trabalho, tudo isso se opõe aos próprios trabalhadores individuais como algo *estranho e coisificado*, (...) as formas sociais de seu próprio trabalho ou as formas de seu próprio trabalho social são relações constituídas de maneira que deles em nada depende; **os trabalhadores, subsumidos ao capital, tornam-se elementos dessas formações sociais, mas essas formações sociais não**

¹⁸ “a produtividade do capital, antes de mais nada, consiste (...) na coerção para se obter trabalho excedente, trabalho acima da necessidade imediata” (MARX, 1980, p. 385).

lhe pertencem. Enfrentam-nos portanto como estruturas do próprio capital (...) distintas da força de trabalho individual, oriundas do capital e nele incorporadas. E isto assume feição tanto mais real quanto mais essas formas modificam a própria força de trabalho – tornando-a impotente para ação autônoma, isto é, fora do relacionamento capitalista, e destruindo-lhe a capacidade autônoma de produzir – e quanto mais as condições de trabalho, com o desenvolvimento da maquinaria, se patenteiam, no plano tecnológico, dominantes do trabalho e ao mesmo tempo o substituem, subjagam e o tornam supérfluo nas formas independentes. (grifo nosso) (MARX, 1980, p. 386)

Como vemos, o que Marx chama de “modo de produção especificamente capitalista” é aquele no qual o trabalho é subsumido realmente, através de um desenvolvimento do próprio trabalho social em conjunto com a aplicação da ciência, tornando os trabalhadores supérfluos, estranhos à relação de produção, que agora independe deles quanto mais se autonomiza através do desenvolvimento da maquinaria. Com relação a esta questão, Marx afirma com precisão:

A ciência manifesta-se, portanto, nas máquinas, e aparece como estranha e exterior ao operário. O trabalho vivo encontra-se subordinado ao trabalho materializado, que age de modo autônomo. Nessa altura, o operário é supérfluo (...). (MARX, 1978a, p. 221)

A subsunção real do trabalho ao capital já era vislumbrada por Marx no século XIX, quando este observa a indústria têxtil, como nos mostra Moraes Neto:

(...) a máquina surge da manufatura e a nega, arrancando o instrumento das mãos do trabalhador e colocando-o em um mecanismo automático, fazendo com que o processo de produção seja agora uma aplicação tecnológica da ciência (...). Marx está afirmando essas coisas no início da segunda metade do século XIX (...). Ele está observando a **tendência imanente ao capitalismo**, observando o que está efetivamente ocorrendo em sua época: a introdução maciça de maquinaria, o revolucionamento do processo de produção, principalmente na indústria têxtil. Já se tem, portanto, no século XIX, a base material capitalista plenamente constituída, enquanto caráter, enquanto natureza a se generalizar. (grifo nosso) (MORAES NETO, 2003, p. 19)

Apesar das especificidades no desenvolvimento do processo produtivo no decorrer do século XX, que em muitos setores caminhou na contracorrente do que seria o “modo de produção especificamente capitalista”¹⁹, a qual Moraes Neto diz ser a “tendência imanente do capitalismo”, temos nos dias de hoje essa tendência se generalizando na maioria dos

¹⁹ No item II.2. explicitaremos essa idéia ao tratarmos das formas de subsunção nas diferentes formas de trabalho social.

setores produtivos, que, com a aplicação tecnológica da ciência, prescindem cada vez mais do trabalho vivo imediato.²⁰

Como já apontamos, Marx afirma que os serviços podem ser subsumidos apenas formalmente. Neste trabalho desenvolveremos a idéia de que essa impossibilidade se manifesta devido à qualificação do trabalhador na atividade de serviços, as quais, em sua grande maioria, são trabalhos qualificados e que envolvem atributos imanentemente humanos. Desenvolveremos esse argumento quando formos tratar de uma atividade dos serviços específica, o trabalho docente, em nosso terceiro capítulo. Por ora fica esse apontamento como “fio condutor” de nosso raciocínio. Essa especificidade dos serviços torna-se importante para entendermos o movimento do capital na atualidade, pois com o desenvolvimento do “modo de produção especificamente capitalista”, através da introdução de maquinaria nas fábricas, a atividade nos serviços vem se tornando cada vez mais importante.

Antes de apresentarmos elementos que nos levem ao entendimento desse movimento do capital, apontaremos no próximo item as formas de subsunção presentes nas diversas formas de desenvolvimento do trabalho social. Explicitar aqui nosso entendimento é essencial para a compreensão do debate atual sobre o trabalho no século XX, do qual trataremos ainda nesse capítulo.

II.2. Considerações sobre as formas de subsunção na história do processo produtivo

II.2.1. Cooperação, Manufatura e Grande Indústria

Karl Marx em *O Capital* explicita três formas distintas de trabalho social, a saber: cooperação, manufatura e grande indústria. Neste item não apresentaremos uma análise mais profunda dessas formas de trabalho, apenas lhes apontaremos as características que nos permitam especificar qual forma de subsunção se apresenta em cada uma delas.

No processo de transição do modo de produção feudal para o modo de produção capitalista a “forma técnica”²¹ de trabalho para a produção de objetos úteis era o artesanato. O artesão era dono de seus meios de produção, sua atividade era qualificada,

²⁰ No Brasil, em 1982 25,5% dos trabalhadores estavam empregados na indústria de transformação, em dezembro de 2002 esse número era apenas de 15,7%. (IBGE, 2006)

²¹ As expressões “forma técnica” e “forma social” são utilizadas por Moraes Neto em diversos textos de sua obra. Por forma técnica de produção entendemos a organização do processo de trabalho, assim como a tecnologia utilizada para a produção. Por forma social de produção, as relações sociais de produção, no caso produção capitalista. Aqui é importante diferir forma social de produção do que Marx trata por formas de trabalho social, tais quais, cooperação simples, manufatura e grande indústria.

qualificação do tipo *skill*²², e seu envolvimento e interesse pelo trabalho eram tais, a ponto de lhe “(...) despertar um certo senso artístico (...)”, como nos afirmam Marx e Engels (1991, p. 121). Nessa forma de trabalho pré-capitalista, o artesão tinha total domínio sobre o processo de trabalho e sobre o produto do trabalho.

A cooperação – “(...) forma de trabalho em que muitos trabalham planejadamente lado a lado e conjuntamente, no mesmo processo de produção ou em processos de produção diferentes, mas conexos (...)” (MARX, 1983, p. 259) – surge então como a primeira forma de trabalho social da produção capitalista, a qual começa:

(...) de fato, apenas onde um mesmo capital individual ocupa simultaneamente um número maior de trabalhadores, onde o processo de trabalho, portanto, amplia sua extensão e fornece produtos numa escala quantitativa maior que antes. A atividade de um número maior de trabalhadores, ao mesmo tempo, no mesmo lugar (...) para produzir a mesma espécie de mercadoria, sob o comando do mesmo capitalista, constitui histórica e conceitualmente o ponto de partida da produção capitalista. (MARX, 1983, p. 257)

A cooperação simples é a produção em maior escala, sob domínio de um capitalista, mas que, como nos diz Marx (1983, p. 266): “(...) não constitui nenhuma forma característica fixa de uma época particular de desenvolvimento do modo de produção capitalista”. Como forma de trabalho capitalista, temos que o domínio dos meios de produção e do produto do trabalho não pertence ao trabalhador. No item anterior vimos que a subsunção formal se caracteriza pela posse dos meios de produção por um capitalista, ao qual o trabalhador vende sua força de trabalho para poder adquirir seus meios de subsistência. Sendo assim, podemos definir a cooperação simples como uma forma de trabalho social na qual o trabalho é subsumido, ao menos, formalmente pelo capital.

Ao analisarmos a forma técnica que caracteriza a cooperação simples percebemos que cada trabalhador continua executando todo o processo de trabalho, assim como o fazia no artesanato. Ou seja, ele tem pleno domínio sobre o processo de trabalho, mesmo não sendo o dono dos meios de produção ou do produto de seu trabalho. Moraes Neto, citando Marx, afirma:

Tem-se, nesse caso, o que Marx chamou de “subsunção formal” do trabalho ao capital, quando as modificações da forma social ainda não permitiram uma

²² Por *skill* entendemos: “(...) um conjunto de experiências exercitadas, que pode envolver não apenas a aquisição de conhecimento, mas também um grau maior ou menor de aptidão natural e regras implícitas de operação. *Skills* são adquiridos individualmente e envolvem a combinação de aprendizagem abstrata, aptidão e experiência (...)” como define Kaplinsky *apud* Moraes Neto (2003, p. 47).

“modificação essencial na forma e maneira real do processo de trabalho, do processo real de produção”. Observa-se que “a subsunção do processo de trabalho no capital se opera com base em um processo de trabalho preexistente, anterior a essa sua subsunção no capital e com uma configuração baseada em diversos processos de produção anteriores e outras condições de produção (...)”. (MORAES NETO, 1987, p. 19)

Percebemos pela citação que, embora a forma social de produção tenha se tornado capitalista, a forma técnica não se alterou, continua artesanal. Como diz Marx (1983, p. 257): “a oficina do mestre-artesão é apenas ampliada”. Concluimos, assim, que na cooperação simples a subsunção é apenas formal e não real, uma vez que o processo de trabalho continua sob domínio das habilidades do trabalhador. Como ilustra Moraes Neto, uma “redoma de vidro” se põe sobre o trabalhador, impedindo o domínio do processo de trabalho pelo capital, o qual subsume seu trabalho apenas formalmente.

Na manufatura o processo de trabalho sofrerá sua primeira transformação. A manufatura se caracteriza como um processo de cooperação, mas não mais de cooperação simples – na qual cada trabalhador executa todo o processo produtivo e todos executam a mesma atividade. Na manufatura a atividade antes executada apenas por um trabalhador é agora parcelada, ou seja, o trabalho artesanal é decomposto em diversas operações parciais. Essas operações variam das mais simples, como a de cortar o arame na manufatura de alfinetes descrita por Smith, às mais complexas, as quais ainda exigem *skill*. Essa diferença na complexidade dos trabalhos na manufatura cria uma hierarquia entre os trabalhadores, na qual o trabalhador simples (peão) é trabalhador desqualificado e aparece em número muito maior do que o trabalhador qualificado (artífice). Na cooperação simples todo trabalho era executado apenas pelo trabalhador qualificado, na manufatura as portas da fábrica se abrem para os extratos desqualificados da população.

Através da divisão manufatureira do trabalho, o capital consegue elevar a força produtiva do trabalho.²³ Dentre as causas apontamos que a repetição de uma mesma atividade simples faz com que ela seja executada em menos tempo. Marx explicita:

O trabalhador coletivo combinado, que constitui o mecanismo vivo da manufatura, compõe-se porém apenas de tais trabalhadores parciais unilaterais. Em comparação com o ofício autônomo [do artesão ou do trabalhador da cooperação simples] produz por isso mais em menos tempo ou eleva a força produtiva do trabalho. O método do trabalho parcial também se aperfeiçoa, após tornar-se autônomo, como função exclusiva de uma pessoa. A repetição contínua da mesma ação limitada e a

²³ Adam Smith, no Capítulo 1: “A Divisão do Trabalho”, de sua obra *A Riqueza das Nações*, associa a divisão do trabalho ao aumento da eficiência produtiva. Ainda que haja ambigüidades no referido capítulo, acerca da divisão manufatureira do trabalho e da divisão social do trabalho, esta vinculação é um dos pilares de seu argumento.

concentração e atenção nela ensinam, conforme indica a experiência, a atingir o efeito útil desejado com um mínimo de gasto de força. Mas como as diferentes gerações de trabalhadores convivem simultaneamente e cooperam nas mesmas manufaturas, os truques técnicos do ofício assim adquiridos se consolidam, acumulam e transmitem rapidamente. (MARX, 1983, p. 269)

As vantagens da manufatura frente à cooperação simples não se resumem apenas aos ganhos de produtividade. Mas nos cabe agora algumas observações acerca da subsunção do trabalho na manufatura. Com esse intuito apontamos a seguinte citação:

(...) antes de mais nada, a análise do processo de produção em suas fases particulares coincide inteiramente com a decomposição de uma atividade artesanal em diversas operações parciais. Composta ou simples, a execução continua artesanal e portanto depende da força, habilidade, rapidez e segurança do trabalhador individual no manejo de seu instrumento. O ofício permanece a base. (MARX, 1983, p. 268-69)

Na citação Marx nos coloca que a atividade manufatureira mantém como base a atividade artesanal, mesmo que decomposta. Não houve nenhum revolucionamento que alterasse materialmente as bases do processo produtivo, embora sua forma tenha se modificado. Na atividade executada pelo artífice a forma técnica coincide quase que completamente com o trabalho presente na cooperação simples. O artífice continua detendo o saber e a qualificação (*skill*) do antigo artesão. Esse fato mantém o “velho” problema apontado por Andrew Ure:

Uma vez que a habilidade artesanal continua a ser a base da manufatura e que o mecanismo global que nela funciona não possui nenhum esqueleto objetivo independente dos próprios trabalhadores, o capital luta constantemente com a insubordinação dos trabalhadores. (...) Por todo período manufatureiro continua, por isso, a queixa sobre a falta de disciplina dos trabalhadores. (MARX, 1983, p. 288)

Dessa maneira, temos que o trabalho do artífice é subsumido apenas formalmente pelo capital. Este trabalhador continua tendo o domínio sobre o processo de trabalho, assim como o trabalhador da cooperação simples. Porém, ao analisarmos o trabalho do peão surge uma dificuldade na determinação da forma de subsunção. O trabalho desqualificado do peão é predominante na manufatura e sobre esse trabalho o capital tem maior domínio do que sobre o trabalho do artífice. Por um lado, o trabalho na manufatura apresenta caráter cada vez mais de trabalho social e, no caso do peão, cada vez mais desqualificado. Por outro, além do trabalho do artífice continuar lastreado de *skill*, não houve um revolucionamento material do processo produtivo adequando-o ao modo de produção especificamente capitalista. Marx não define a forma de subsunção presente na

manufatura,²⁴ portanto, apenas concluímos que com o trabalho de caráter mais social e mais desqualificado, apesar da existência do artífice, a manufatura está mais próxima da subsunção real do que a cooperação simples.

Da divisão manufatureira do trabalho surgem, porém, os meios para que o capital subsuma realmente o trabalho. Devido ao trabalho parcial, as ferramentas se tornam cada vez mais especializadas para cada movimento e como explicita Marx:

Esse produto da divisão manufatureira do trabalho produziu, por sua vez – máquinas. Elas superam a atividade artesanal como princípio regulador da produção social. Assim, por um lado, é removido o motivo técnico da anexação do trabalhador a uma função parcial, por toda a vida. Por outro lado, caem as barreiras que o mesmo princípio impunha ao domínio do capital. (MARX, 1983, p. 289)

Com as ferramentas especializadas, ligadas a um mecanismo automático, surge o princípio da máquina, a qual como produto do trabalho social, através de princípios científicos e naturais, retirará do trabalhador o domínio sobre o processo de trabalho, tornando-o estranho aos seus olhos. Com esse revolucionamento da forma técnica a execução não depende mais do trabalhador. Surge a máquina-ferramenta:

(...) [Na] máquina-ferramenta ou máquina de trabalho propriamente dita (...) reaparecem (...) os aparelhos e ferramentas com que o artesão e o trabalhador da manufatura trabalham, não como ferramentas do homem, porém agora como ferramentas de um mecanismo ou ferramentas mecânicas. (...) A máquina-ferramenta é, portanto, um mecanismo que, ao ser-lhe transmitido o movimento correspondente, executa com todas as suas ferramentas as mesmas operações que o trabalhador executava antes com ferramentas semelhantes. (MARX, 1984, p. 8-9)

Com o desenvolvimento da maquinaria, o trabalhador perde cada vez mais o domínio do processo produtivo. O processo produtivo por sua vez – quando várias máquinas se articulam num sistema de máquinas, formando um verdadeiro “autômato” (MARX, 1978a), através do qual a matéria-prima se transforma no produto útil à vida – torna-se independente do trabalho vivo imediato. Agora o homem, até então elemento subjetivo, passa a ser um elemento supérfluo. Marx explicita:

[1] Como maquinaria, o meio de trabalho adquire um modo de existência material que pressupõe a substituição da força humana por forças naturais e da rotina empírica pela aplicação consciente das ciências da Natureza.

[2] Na manufatura, a articulação do processo social de trabalho é puramente subjetiva, combinação de trabalhadores parciais; no sistema de máquinas, a grande indústria tem um organismo de produção inteiramente objetivo, que o operário já

²⁴ Essa nossa afirmação se refere exclusivamente às obras do autor utilizadas na elaboração desse trabalho e as quais tivemos acesso em nossos estudos no período de graduação.

encontra pronto, como condição de produção material. Na cooperação simples e mesmo na [cooperação] especializada pela divisão do trabalho [na manufatura], a supressão do trabalhador individual pelo socializado aparece ainda como sendo mais ou menos casual. A maquinaria (...) só funciona com base no trabalho imediatamente socializado ou coletivo. O caráter cooperativo do processo de trabalho, torna-se agora, portanto, uma necessidade técnica ditada pela natureza do próprio meio de trabalho. (MARX, 1984, p. 17)

Através dessa citação de Marx, encontramos os elementos para afirmar que com a maquinaria a subsunção do trabalho ao capital torna-se real. No item II.1., com base em Marx, dissemos que o processo de subsunção real se torna mais acentuado sob duas condições:

- a) *quando o processo de trabalho não pode mais ser efetuado de forma autônoma ao processo capitalista de produção e o trabalhador individual não mais consegue produzir.*
- b) *quando com a aplicação tecnológica da ciência se transformam forças naturais em maquinaria, a qual substitui o trabalhador e o subjuga, tornando-o supérfluo.*

A primeira condição se expressa no caráter coletivo do trabalho, ou seja, o processo de trabalho toma caráter diretamente social, de forma que o trabalhador não possa produzir individualmente o produto. Essa condição coincide com a caracterização que Marx faz da maquinaria “a maquinaria (...) só funciona com base no trabalho imediatamente socializado ou coletivo”. Temos assim, na segunda parte da citação, que com a maquinaria realiza-se a primeira condição para que o trabalho seja subsumido realmente ao capital, ou seja, trabalho de caráter diretamente social ou coletivo. A segunda condição manifesta-se na objetivação do processo produtivo, de forma que este se torne estranho ao trabalhador. O trabalhador, desqualificado e até mesmo supérfluo, cede lugar de centro do processo produtivo às forças naturais transformadas em forças produtivas do capital através da aplicação consciente da ciência. E é exatamente essa transformação material do processo produtivo um dos aspectos que Marx expressa ao caracterizar a maquinaria, como apontamos na primeira parte da citação. Dessa forma, as duas condições apresentadas por Marx para a efetivação da subsunção real do trabalho ao capital manifestam-se como princípios da produção na grande indústria através da aplicação da maquinaria.

A idéia de que com a maquinaria a subsunção do trabalho ao capital passa a ser real, também fica explícita nas seguintes citações:

A ciência manifesta-se, portanto, nas máquinas, e aparece como estranha e exterior ao operário. O trabalho vivo encontra-se subordinado ao trabalho materializado, que age de modo autônomo. Nessa altura, o operário é supérfluo (...). (MARX, 1978a, p. 221)

[Na subsunção real do trabalho no capital] (...) desenvolvem-se as *forças produtivas sociais do trabalho* e, graças ao trabalho em grande escala, chega-se à aplicação da ciência e da maquinaria à produção imediata. (MARX, 1985, p. 105)

Com o processo de subsunção real do trabalho na fábrica pelo capital, a “redoma de vidro” foi retirada de sobre o trabalhador e colocada sobre a máquina (MORAES NETO, 1987), ou seja, o capital agora tem domínio sobre o processo produtivo. Não só o produto do trabalho tornou-se algo estranho ao trabalhador, mas o mesmo ocorreu com o próprio processo de trabalho, o qual, agora, o enfrenta como “coisa”, como algo que lhe é estranho e independente dele. O processo de trabalho é objetivado.

Já no século XX os princípios para adequar o processo produtivo ao modo de produção especificamente capitalista já estavam dados. Através da subsunção real o capital não mais dependeria do saber do trabalhador, o qual se tornaria simples apêndice do processo produtivo, ou até mesmo supérfluo. No próximo item apontaremos elementos característicos do processo produtivo no século XX. Veremos que em importantes setores industriais a alternativa encontrada para adequar a produção ao modo de produção especificamente capitalista se distanciou da aplicação da maquinaria.

II.2.2. O trabalho no século XX: Taylorismo, Fordismo e Ohnoísmo

No século XX, os princípios da maquinaria já estavam postos. Em alguns setores estes princípios já se aplicavam, principalmente através da automação de base técnica eletromecânica, como na indústria têxtil; e na indústria de processo (química e siderúrgica). Porém, uma indústria de grande importância para a dinâmica de acumulação do capital, a metal-mecânica, manteve o homem – “(...) um instrumento muito imperfeito de produção de movimento uniforme e contínuo” (MARX, 1984, p. 10) – como centro da produção imediata.

Na indústria metal-mecânica do início do século XX, nos EUA, os problemas apontados por Marx quanto à dependência do capital frente ao “saber” do operário estavam colocados. Taylor, um torneiro mecânico da Midvale Steel Works, promovido a gerente, propôs uma solução para diminuir a dependência do capital frente ao trabalho. Taylor sabia que os operários, conscientes da ignorância dos capitalistas frente ao processo produtivo, produziam através do marca-passo sistemático, reduzindo o ritmo de produção a até um terço de sua capacidade (BRAVERMAN, 1977). Esses trabalhadores estavam sob a “redoma de vidro”, sendo subsumidos apenas formalmente. Mas a proposta para solução de Taylor não foi no sentido do desenvolvimento de uma forma técnica adequada ao

capital, ou seja, a substituição dos operários por máquinas, mas sim a introdução de uma “gerência científica”. Seu intuito era o de retirar a autonomia do trabalhador frente ao processo de trabalho, controlando todos os seus tempos e movimentos. Moraes Neto esclarece-nos quanto à solução de Taylor:

(...) em vez de se retirar a ferramenta das mãos do trabalhador e colocá-la em um mecanismo, ocorre o contrário: mantém-se a ferramenta nas mãos do trabalhador e vai-se, isto sim, dizer a ele como deve utilizar essa ferramenta; ou seja, ao mesmo tempo que se mantém o trabalho vivo como base do processo de trabalho, retira-se toda e qualquer autonomia do trabalhador que está utilizando a ferramenta. Essa é a idéia do taylorismo: é o controle de todos os passos do trabalho vivo, controle de todos os tempos e movimentos do trabalhador, claro que de forma necessariamente despótica. Em poucas palavras, a transformação do homem em máquina, e não a utilização da máquina. Liberta-se o capital da habilidade dos trabalhadores, só que, em vez de fazê-lo introduzindo a máquina, busca-se objetivar o fator subjetivo, o trabalho vivo. (MORAES NETO, 2003, p. 21)

O que percebemos através da citação é que Taylor tentou levar ao extremo a utilização do homem como instrumento de trabalho. Mas mesmo conseguindo aumentar o ritmo da produção e retirar a autonomia do trabalhador, o taylorismo esbarrou num limite muito claro, os mesmos limites apontados por Marx referentes à utilização do trabalho vivo. Moraes Neto nos coloca que, mesmo com o taylorismo, certas atividades, como a do torneiro mecânico, por serem mais qualificadas, não podiam ser “controladas” pelo capital. Além disso, mesmo nos trabalhos desqualificados, nos quais o taylorismo se torna mais eficiente, o ritmo de produção é limitado pelo ritmo e limites físicos dos operários. O capital, portanto, esbarra novamente na barreira orgânica, fato já superado historicamente na passagem da manufatura para a maquinaria.

É do operário que depende toda a produção, cuja rotina ainda é empírica e a “articulação do processo social do trabalho é puramente subjetiva, combinação de trabalhos parciais”, assim como Marx definia ser a divisão manufatureira do trabalho. Temos no taylorismo, portanto, a mesma dificuldade de análise quanto às formas de subsunção que encontramos na manufatura. O trabalhador apresenta-se desqualificado e sem nenhum domínio acerca do processo produtivo. Porém, o processo produtivo não foi objetivado, não houve uma transformação de sua base material, que continua tendo como centro o trabalhador, o que não impede, no entanto, desse processo ser-lhe estranho. Dessa forma, concluímos apenas que o capital não se vê mais “preso” ao saber do trabalhador, porém a solução taylorista apresenta-se como solução “atrasada”, pois ao invés de introduzir a maquinaria, buscou “objetivar o fator subjetivo, o trabalho vivo”. O taylorismo se põe, assim, não como aplicação da maquinaria, mas como desenvolvimento da

manufatura. Como defende Moraes Neto, o taylorismo é uma “reinvenção da manufatura”. Reinvenção que fica mais evidente quando analisamos o fordismo, um desdobramento do taylorismo.

Henry Ford aplica a gerência científica para a produção de carros no início do século XX, criando a linha de montagem, na qual o objeto de trabalho se move sobre uma esteira. Com os trabalhadores fixados em determinado ponto, o objeto de trabalho é levado pela esteira de um trabalhador a outro, e com o objeto a sua frente o trabalhador executa a tarefa que lhe cabe, a qual se resume, muitas vezes, a um único movimento. Cada trabalhador fornece ao trabalhador seguinte sua matéria-prima. Para Ford, o aumento de produtividade surge numa relação direta com o parcelamento das atividades (BRAVERMAN, 1977). Ora, recoloca-se, na fase monopolista do capital, o que Smith havia afirmado com relação à manufatura: aumento da eficiência produtiva em decorrência da divisão manufatureira do trabalho.

Uma importante implicação do fordismo foi o surgimento da produção em massa de produtos que exigiam o processo de montagem, predominantemente bens de consumo duráveis. Para simplificar o processo de parcelamento das atividades Ford padronizou o modelo de automóvel produzido – o Ford Modelo T –, padronizando a usinagem das peças e facilitando a especialização (desqualificação) do trabalho. Produzindo sempre o mesmo produto a produção seguia num ritmo muito mais intenso.

O papel da esteira resolveu um problema da manufatura: o problema do transporte. Marx coloca que:

(...) [o] princípio peculiar da divisão do trabalho causa um isolamento das diferentes fases de produção, que como outros tantos trabalhos parciais artesanais se autonomizam reciprocamente. Estabelecer e manter a conexão entre as funções isoladas requer transporte ininterrupto do artigo de uma mão para outra e de um processo para outro. Do ponto de vista da grande indústria, isso se apresenta como uma limitação característica, custosa e imanente do princípio da manufatura. (MARX, 1983, p. 272)

Para Marx a solução desse limite é a aplicação da maquinaria, mas a solução de Ford foi a introdução da esteira, a qual não responde ao princípio da maquinaria. Moraes Neto esclarece que:

(...) com a introdução da maquinaria, o trabalho vivo submete-se ao trabalho morto, e a qualidade e o ritmo do processo deslocam-se do trabalho humano para a máquina, o que ocorre com a introdução da linha de montagem é bastante diferente. (...) parece que o caminho da esteira, a intensidade do seu trabalho, é alguma coisa imanente à própria esteira, brota da materialidade da esteira; mas não é, pois o ritmo do processo de trabalho não é propriedade técnica da esteira, mas

sim algo a ser posto em discussão a cada momento pelo trabalhador coletivo. O ritmo do processo de trabalho, neste caso, e sempre quando o trabalho vivo permanece a base do processo, é determinado empiricamente, por contratação coletiva, por “queda-de-braço”. (MORAES NETO, 2003, p. 21-22)

Como vemos a aplicação da ciência, no caso da esteira, se resume a adaptar o processo produtivo ao ritmo do trabalhador. Assim como na manufatura, no fordismo “a maquinaria específica (...) permanece o próprio trabalhador coletivo, combinação de muitos trabalhadores parciais”. Moraes Neto (2003, p. 22) conclui: “o fordismo, a linha de montagem, é um desenvolvimento da manufatura e não da maquinaria. A linha de montagem leva ao limite as possibilidades de aumento de produtividade pela via da manufatura, do trabalho parcelar”. No fordismo todo trabalho é desqualificado, mas mais uma vez isso não decorre de um revolucionamento material do processo produtivo. O capital se livra da dependência do saber do trabalhador, mas transformando a forma de produzir sem objetivar o processo de trabalho.

A forma técnica taylorista/fordista predominou por quase todo o século XX, principalmente nas atividades industriais que necessitavam do processo de montagem, bens de consumo duráveis em geral, os quais compunham grande parte da estrutura industrial. Diante disso, percebemos que houve um descaminho da indústria metal-mecânica frente ao desenvolvimento das forças produtivas. Descaminho, pois no século XIX o princípio da maquinaria já se colocava. A máquina é o ápice do processo de desenvolvimento tecnológico do capital e a forma adequada de produção, uma vez que possibilita a subsunção real do trabalho ao capital. Diferentemente da manufatura – que historicamente teve sentido de ser, uma vez que dela se engendrou a própria maquinaria, através do desenvolvimento e especialização das ferramentas – o taylorismo/fordismo surgiu depois da maquinaria já estar colocada como possibilidade a se generalizar. A solução “atrasada” do taylorismo/fordismo para desqualificar o trabalho vivo não nos permite ainda uma conclusão acerca da forma de subsunção que aqui se aplica, se real ou se formal. Obviamente o trabalho desqualificado do taylorismo/fordismo, assim como o do peão da manufatura, não se compara ao trabalho subsumido apenas formalmente na cooperação simples. O domínio do capital e sua independência frente ao saber do trabalhador são muito mais intensos. Mas esse trabalhador não é o mesmo “apendicizado” ou supérfluo da maquinaria, na qual a subsunção é real. Nossa conclusão se restringe, então, apenas na

afirmação de que a desqualificação do trabalhador se tornou um fato no taylorismo/fordismo, mas por um caminho “atrasado” frente à maquinaria.²⁵

Essa nossa dificuldade de análise não se coloca, no entanto, para muitos autores. Uma vez que entender a forma taylorista/fordista como solução “atrasada” frente à maquinaria difere do argumento defendido por autores como Coriat, Linhart, Aglietta e Braverman. Moraes Neto, ao se contrapor a esses autores, explicita a posição destes, para os quais:

(...) o taylorismo e o fordismo, coisas do nosso século, são desdobramentos, aprofundamentos do que Marx havia dito sobre as características do processo de trabalho capitalista. A administração científica, os tempos e movimentos, a cronometragem, o despotismo da fábrica etc., são aprofundamentos, ou até mesmo a realização de alguma coisa que Marx anteviu no século XIX, mas só se efetivou no século XX com a emergência do taylorismo fordismo. (MORAES NETO, 2003, p. 17-18)

Esta passagem de Linhart ilustra bem esta concepção:

O taylorismo encarna assim num programa concreto de reorganização o que meio século antes Karl Marx descrevia como tendência do modo de produção capitalista no que se refere ao processo de trabalho (...). (LINHART, 1977, p. 88)

Veremos no item II.3., que a compreensão do processo de trabalho taylorista/fordista do século XX como representação da grande indústria, levará autores contemporâneos a conclusões diversas na tentativa de entender as transformações do trabalho no final do século XX.

Para concluir esse item resta-nos tratar, ainda que muito rapidamente, do ohnoísmo. O ohnoísmo, ou toyotismo, surgiu no Japão, nas décadas 1950-60. Cabe-nos aqui, apresentar apenas alguns contrapontos do modelo japonês frente ao taylorismo/fordismo.

O taylorismo/fordismo não pôde atender o mercado e as necessidades do Japão. Após a Segunda Guerra Mundial, a produção japonesa era segmentada e flexível, ou seja, não se produzia em massa. O desafio de Taiichi Ohno, engenheiro da Toyota, era produzir com baixo custo – o que só seria possível com a produção em massa – mas de forma flexível, ou seja, produzir produtos diferenciados (CORIAT, 1994). Assim como Ford e Taylor, a solução de Ohno não se baseou na substituição do trabalho vivo por maquinaria,

²⁵ A não definição da subsunção como real ou formal, tanto na manufatura, quanto no taylorismo/fordismo, não inviabiliza nossas considerações acerca do trabalho na atualidade em sua configuração como serviço.

mas numa outra forma organizacional, também lastreada em trabalho vivo (MORAES NETO, 2003).

O ohnoísmo se baseia em dois princípios, como nos indica Coriat, o *just-in-time* e a “auto-ativação”, ambos interligados. A primeira diferença entre o fordismo e o ohnoísmo está no planejamento da produção, a qual deriva do *just-in-time*. No fordismo a produção era planejada de montante a jusante, e no ohnoísmo isso se inverte, ou seja, se ajusta a oferta à demanda. Primeiro deveria haver a encomenda do produto, e depois este seria produzido. E essa relação se mantinha em cada fase da produção, se estendendo também à relação do produtor com o fornecedor de matérias-primas.

Devido, em partes, à restrição de recursos, essa solução ohnoista torna-se sinônimo de eficiência. A partir dela, todo e qualquer problema que surgisse na produção deveria ser detectado e sanado, interrompendo-se a produção. Com isso, diferentemente do fordismo – o qual contava com estoques amortecedores para substituir peças com problemas, ou para dar seqüência à produção caso algum problema fosse detectado em setor específico – o ohnoísmo mantinha o princípio do “estoque zero”. Para que esse resultado fosse possível era necessário um grande controle de qualidade e aperfeiçoamentos contínuos no processo produtivo. Essas duas necessidades demandavam uma maior participação e autonomia do trabalhador, e é isso o que determina o princípio da “auto-ativação”, que como especifica Moraes Neto (2003, p. 104): “(...) se caracteriza fundamentalmente pelo controle autônomo de defeitos por parte dos trabalhadores”. Neste ponto, é importante frisar que a auto-ativação não significa uma maior qualificação do trabalhador, mas apenas que no processo ohnoista, assim como no fordismo, a eficiência do processo produtivo se baseia no trabalho vivo.

Outra diferença entre fordismo e ohnoísmo se dá em função da necessidade deste último em produzir produtos diferenciados. No fordismo todo processo de usinagem, ou seja, fabricação de peças, se dá na relação “um homem” *versus* “uma máquina”²⁶, já no ohnoísmo cada trabalhador torna-se “multifuncional”: o operador polivalente deve operar várias máquinas. Mais uma vez não se trata aqui de uma maior qualificação do trabalhador, mas como coloca Moraes Neto:

Através da operação simultânea de várias máquinas, dotadas de um grau relativamente baixo de automação, de uma forma consistente com a produção em massa, ou seja, realizando tarefas desprovidas de conteúdo, chegamos a

²⁶ Neste caso não se trata da máquina que responde aos princípios colocados por Marx, a qual prescinde da habilidade e movimento do trabalhador, trata-se apenas de uma espécie de “ferramenta”, que nada executa sem o trabalhador.

interessantíssima criação ohnoista do “trabalhador polivalente-desqualificado”, reflexo do fato de que a produção em massa lastreada no trabalho vivo prescinde amplamente de qualificação. (MORAES NETO, 2003, p. 105)

Muito se teria ainda para falar sobre o processo ohnoista de produção, assim como do taylorismo e do fordismo, mas nos retemos a concluir, após essa citação de Moraes Neto, que o ohnoísmo, assim como o taylorismo/fordismo, é lastreado em trabalho vivo desqualificado. Essa citação somada à afirmação de Coriat (1994, p. 55) de que para o ohnoísmo: “(...) a única via aberta era a de racionalização do trabalho apoiada no maior rendimento possível do *trabalho vivo* (...)”, temos o ohnoísmo, assim como o fordismo e taylorismo, como forma técnica de produção lastreada no trabalho vivo desqualificado, sem que possamos definir, no entanto, a subsunção do trabalho como formal, como na cooperação simples, ou real, como na maquinaria.

Após apresentarmos as especificidades das diversas formas de trabalho social, presentes dos primórdios do modo de produção capitalista até grande parte do século XX, se faz agora necessário um entendimento das diversas transformações ocorridas no final do século XX e início do século XXI. Destas transformações resultam nossas indagações acerca da utilização da atividade de serviços na produção de mais-valia. No próximo item perpassaremos por vários autores, os quais se dedicam a entender o atual momento da produção capitalista. Em nossa análise daremos ênfase às formas de subsunção real e formal presentes hoje e debatidas por esses autores.

II.3. “Trabalho imaterial”, “Pós-modernismo” e marxismo no entendimento da produção capitalista no final do Século XX.

A partir das últimas duas décadas do século XX, abriu-se a possibilidade para a indústria metal-mecânica, e à indústria de montagem em geral, tornar-se finalmente automatizada. Através de um processo de automação de base microeletrônica tornou-se possível a produção em massa flexível através da maquinaria, tornando o trabalho vivo imediato supérfluo ou “apendicizado”. O processo de automação na indústria metal-mecânica veio acompanhado de profundas mudanças na política econômica mundial. Referimo-nos aqui ao fim do Estado do Bem-Estar Social, presente principalmente nos países centrais, e ao advento do neoliberalismo (ANDERSON, 1995).

Com o processo de automação encerrou-se a predominância do fordismo/taylorismo no processo de montagem. Os simples movimentos, antes executados por homens, passaram a ser função dos robôs. A definição para robô da *Robotics Industries*

Association (RIA), a qual encontramos em Moraes Neto, parece-nos esclarecedora: “um robô é um manipulador programável multifuncional projetado para mover materiais, peças, ferramentas ou dispositivos especializados através de movimentos programados variáveis a fim de desempenhar uma variedade de tarefas” (MORAES NETO, 2003, p. 34).

As conseqüências do processo de automação e do advento do neoliberalismo foram rapidamente sentidas pela classe trabalhadora. Por um lado, os níveis de desemprego aumentaram drasticamente em todo mundo. Se nas décadas de 1960-70 as taxas de desemprego eram de um dígito nos países desenvolvidos – por exemplo, 1960: Alemanha 1%, França 1,5%, Itália 4,2%, Reino Unido 1,4% e Estados Unidos 5,5% –, no final da década de 1990, atingiram dois dígitos, a saber: em 1998, a taxa de desemprego era 11,2% na Alemanha²⁷, 11,8% na França, 12,2% na Itália, 6,5% no Reino Unido e 4,5% nos Estados Unidos (Dados retirados de Mattos, 2001).

Por outro, observou-se um aumento no emprego nos serviços, no trabalho informal²⁸ e na importância dos empregos mais qualificados na atividade produtiva. Essas mudanças tornaram mais complexo o debate acerca do trabalho, principalmente entre os autores ligados à tradição marxista. A seguir vamos expor alguns aspectos desse debate com intuito de elencarmos elementos para a compreensão do capitalismo hoje, de suas contradições e do papel dos serviços.

II.3.1. A defesa da centralidade do trabalho

As diversas mudanças ocorridas no processo produtivo levaram alguns autores, com destaque André Gorz, a declararem o fim do proletariado industrial.²⁹ Não nos cabe aqui discutir essas teses, mas sim as teses que surgiram na defesa do trabalho como centro das relações sociais, hoje capitalistas, mesmo após o processo de automação. Dentre estes autores, trataremos das teses de Ricardo Antunes, principalmente em seus livros *Adeus ao trabalho* e *Os sentidos do trabalho*.

Iniciamos nossa análise acerca das conclusões de Antunes, apontando a seguinte citação:

Além do *saber* operário, que o fordismo expropriou e transferiu para a esfera da gerência científica, para os níveis de elaboração, a nova fase do capital, da qual o toyotismo é a melhor expressão, retransfere o *savoir-faire* para o trabalho, mas o

²⁷ Já incluem dados da antiga Alemanha Oriental.

²⁸ Em 1982, o percentual da população ocupada no setor informal, nas regiões metropolitanas do Brasil era de 37,7%, em 2002 esse número já atingia 50,48% (IBGE, 2006).

²⁹ Esta idéia é defendida por Gorz em seu livro *Adeus ao Proletariado*, publicado em 1980.

faz visando apropriar-se crescentemente da sua dimensão *intelectual*, das suas capacidades cognitivas, *procurando* envolver mais forte e intensamente a subjetividade operária. Os trabalhos em equipe, os círculos de controle, as sugestões oriundas do chão da fábrica, são recolhidos e apropriados pelo capital, nessa fase de reestruturação produtiva. (...) Como a máquina não pode *suprimir* o trabalho humano, ela necessita de uma maior *interação* entre a subjetividade que trabalha e o novo maquinário inteligente. E, nesse processo, o *envolvimento interativo* aumenta ainda mais o *estranhamento do trabalho*, amplia as formas modernas de *reificação*, distanciando ainda mais a subjetividade do exercício de uma cotidianeidade autêntica e autodeterminada. (ANTUNES, 2002, p. 131)

Analisando a citação temos que Antunes segue por três caminhos: 1) Considera o trabalhador manual do toyotismo como um trabalhador mais qualificado; 2) Considera que com o “maquinário inteligente” o trabalho vivo se afasta cada vez mais do “exercício de uma cotidianeidade autêntica e autodeterminada”, ou seja, do trabalho livre e emancipado; e 3) Aponta um limite para a automação.

Em sua primeira conclusão Antunes considera o modelo japonês como uma forma de aumento na qualificação do trabalho, assim como o quer Coriat. Porém, o “saber-fazer” do toyotismo, como afirma Moraes Neto, resume-se ao “trabalhador-polivalente-desqualificado”, e o princípio da auto-ativação não exige do trabalhador mais do que o saber empírico, desqualificado, de perceber quando algo está fora do padrão ao qual ele foi treinado.

Apesar dessa análise de Antunes se referir ao toyotismo, temos nessa citação o que nos parece um indicativo para a análise da subsunção nos serviços. Como já indicamos, os serviços compreendem atributos e saber imanentemente humanos – seja nos serviços da fábrica ligados à produção material (engenheiro, programador de *software* para as máquinas, *designer* de produto, diretores), seja em serviços fora dela (professor, médico, artista etc.) – o que impossibilita sua subsunção real pelo capital. Hoje essas atividades estão cada vez mais presentes no processo de acumulação do capital, sendo assim, o capital deve “envolver” esses trabalhadores e sua qualificação em sua lógica. É para as atividades de serviços, e não para os trabalhadores do toyotismo, que serve a afirmação de que o capital visa “(...) apropriar-se crescentemente da sua dimensão *intelectual*, das suas capacidades cognitivas, *procurando* envolver mais forte e intensamente a subjetividade operária”. Tratando ainda do toyotismo, Antunes afirma:

A subsunção do ideário do trabalhador àquele veiculada pelo capital, a sujeição do *ser* que *trabalha* ao “espírito” Toyota, à “família” Toyota, é de muito maior intensidade, é *qualitativamente* distinta daquela existente na era do fordismo. Esta era movida por uma lógica mais *despótica*; aquela, a do toyotismo, é mais

consensual, mais envolvente, mais participativa, em verdade mais manipulatória. (ANTUNES, 2000, p. 42)

Para nós, no fordismo a subsunção do trabalho era tão mais intensa quanto mais desqualificado o trabalhador fosse, o que não se altera em relação ao toyotismo. Porém, nas atividades dos serviços, e aqui nos referimos mais as de dentro das fábricas, ou seja, as quais estão vinculadas diretamente a produção material, o capital, não podendo subsumi-las realmente, deve envolvê-las à sua lógica, num “envolvimento cooptado” (ANTUNES, 2000). Realmente o toyotismo exige um maior comprometimento do trabalhador, mas esse comprometimento faz realmente diferença quanto mais qualificada for a atividade. Esse foi o ponto que o ocidente melhor assimilou do toyotismo – e o único que tem relevância após o surgimento da robótica, da microeletrônica e da informatização –, ou seja, o trabalhador deve “vestir a camisa da empresa”, como recomendam os manuais de administração. O fato de o trabalhador qualificado dedicar-se “de corpo e alma” aos objetivos da empresa, não torna seu trabalho subsumido realmente ao capital, há apenas um “frágil” consentimento do trabalhador, o qual se vincula diretamente à subsunção formal, a uma dependência do trabalhador frente ao capital. Essa peculiaridade, esse envolvimento ideológico do trabalhador dos serviços, será também apontada por outros autores dos quais trataremos mais adiante, mas estes o fazem de uma forma mais ampla, se estendendo para fora das fábricas.

Por fim, Antunes, ao confundir toyotismo com trabalho qualificado, apesar de expressar corretamente que o trabalho qualificado exige um maior envolvimento, caracteriza esse envolvimento como uma forma de subordinação, de estranhamento, mais intensa do trabalho frente ao capital:

O estranhamento próprio do toyotismo é aquele dado pelo “envolvimento cooptado”, que possibilita ao capital apropriar-se do saber e do fazer do trabalho. (...) O resultado do processo de trabalho corporificado no produto permanece alheio e estranho ao produtor, preservando, sob todos os aspectos, o fetichismo da mercadoria. (...) no universo a empresa da produção japonesa, vivencia-se um processo de estranhamento do ser social que trabalha, que tendencialmente se aproxima do limite. (ANTUNES, 2000, p. 42)

Para que o estranhamento chegue ao limite, seria necessário, ao contrário do que o autor afirma, um estranhamento não só do produto do trabalho, mas também do processo de trabalho, o que só é possível com a subsunção real, a qual é antítese do trabalho qualificado. Ao envolver o trabalhador qualificado o capital consegue usufruir de seu

savoir-faire, mas não subsume realmente seu trabalho. Após apontarmos esses elementos, vamos à segunda conclusão de Antunes, para isso citamos o seguinte trecho de Marx:

(...) os trabalhos realmente livres, como por exemplo a composição musical, são ao mesmo tempo terrivelmente sérios e exigem o mais intenso dos esforços. O trabalho da produção material só pode adquirir esse caráter (de trabalho realmente livre e emancipado): 1) Se o seu conteúdo se tornar diretamente social; 2) Se se revestir de um caráter científico e surgir diretamente como tempo de trabalho geral. Por outras palavras, se deixar de ser esforço do homem, simples força de trabalho natural no estado bruto tendo sofrido um determinado treinamento, para se tornar a atividade do sujeito que regula todas as forças da natureza no seio do processo de produção. (MARX, 1978a, p. 120)

O que Marx coloca nessa passagem é que são condições para que o trabalho se torne livre: 1) o trabalho deve adquirir forma diretamente social; 2) o trabalho deve se tornar fruto da aplicação consciente das ciências, a qual transforma as forças da natureza em forças produtivas do capital. Como vimos anteriormente, estas também são as condições para que o trabalho seja subsumido realmente pelo capital, ou seja, que o trabalho vivo imediato se torne supérfluo.

Para Antunes ocorre exatamente o contrário, com o “maquinário inteligente” o trabalho se afasta cada vez mais do trabalho livre. No entanto, Antunes (2000, p. 93) afirma: “(...) a automação, a robótica, a microeletrônica, enfim, a chamada revolução tecnológica tem um evidente significado emancipador, *desde que não seja regida pela lógica destrutiva do sistema produtor de mercadorias, mas sim pela sociedade do tempo disponível e da produção de bens socialmente úteis e necessários*”. Antunes, porém, continua seu raciocínio afirmando que é impossível “vivenciar uma *vida absolutamente sem sentido* no trabalho e *cheia de sentido fora dele*”. Entendemos que a afirmação de Marx de nenhuma maneira prevê que um mesmo indivíduo viva em dois mundos, um no qual sua vida é sem sentido e outro no qual é livre para desenvolver-se. Entendemos que Marx indica nessa passagem as condições materiais para que o trabalhador não necessite mais exercer o trabalho desqualificado. Antunes acerta ao afirmar que sob a égide do capital não haverá o pleno desenvolvimento dos indivíduos em seu tempo livre. Porém, este tempo livre, ou tempo de “não-trabalho”, no movimento autocontraditório do capital, pode, por um lado, servir a sua valorização, como entendemos ocorrer hoje, mas por outro, criar contradições que engendrem sua superação, condições para que a humanidade *transcenda* para além do capital. Mas em sua defesa acerca da centralidade do trabalho, Antunes assenta suas bases diretamente, e somente, na luta “anti-capital” travada pela “classe-que-vive-do-trabalho”. Antunes explicita:

Embora *heterogeneizado, complexificado e fragmentado*, as possibilidades de uma efetiva emancipação humana ainda podem encontrar concretude e viabilidade social a partir das revoltas e rebeliões que se originam *centralmente* no mundo do trabalho; um processo de emancipação simultaneamente *do* trabalho e *pelo* trabalho. Esta não *exclui* nem *suprime* outras formas de rebeldia e contestação. Mas, vivendo numa sociedade que produz mercadorias, valores de troca, as revoltas do trabalho têm estatuto de centralidade. (...) Em síntese, a luta da *classe-que-vive-do-trabalho* é central quando se trata de transformações que caminham em sentido contrário à lógica da acumulação do capital e do sistema de produção de mercadorias. (ANTUNES, 2000, p. 94)³⁰

A classe trabalhadora permanece o centro de qualquer ação revolucionária. Entendemos que, como coloca Marx em suas obras de “juventude”, a classe trabalhadora é a única que só perde com o capital e que tem tudo a ganhar com sua superação³¹. Porém, não podemos negar o movimento autocontraditório do capital, o qual Marx nos *Grundrisse* expressa claramente ao tratar dos efeitos da introdução da maquinaria na seguinte citação:

O capital mesmo é a contradição em processo, (pelo fato de) que tende a reduzir a um mínimo o tempo de trabalho, enquanto que, por outro lado, converte o tempo de trabalho em única medida e fonte de riqueza. Diminui, pois, o tempo de trabalho na forma de trabalho necessário, para aumentá-lo na forma de trabalho excedente; põe, portanto, em medida crescente, o trabalho excedente como condição – *question de vie et de mort* – do (trabalho) necessário. Por um lado desperta para a vida todos os poderes da ciência e da natureza, assim como da cooperação e do intercâmbio social, para fazer com que a criação de riqueza seja (relativamente) independente do tempo de trabalho empregado por ela. Por outro lado, mensura com o tempo de trabalho estas gigantescas forças sociais criadas desse modo e as reduz aos limites requeridos para que o valor já criado se conserve como valor. As forças produtivas e as relações sociais – umas e outras, aspectos diversos do desenvolvimento do indivíduo social – aparecem frente ao capital unicamente como meios para produzir, fundando-se em sua base mesquinha. De fato, todavia, constituem as condições materiais para fazer saltar essas bases pelos ares. (MARX, 1978a, p. 229)

Mesmo com a classe trabalhadora como classe revolucionária e o trabalho como centro das relações sociais, o desenvolvimento da produção capitalista apresenta as condições materiais para fazer sua base “saltar pelos ares”, esse é um dos principais aspectos autocontraditórios do capital. A terceira conclusão de Antunes parte de sua defesa

³⁰ Por “classe-que-vive-do-trabalho” Antunes (2002, p. 102) entende: “(...) a classe trabalhadora, [a qual] hoje inclui a totalidade daqueles que vendem sua força de trabalho, tendo como núcleo *central* os trabalhadores *produtivos* (no sentido dado por Marx no *Capítulo VI, Inédito*). Ela não se restringe, portanto, ao *trabalho manual* direto, mas incorpora a *totalidade do trabalho social*, a totalidade do *trabalho coletivo assalariado*”.

³¹ “Quando o proletariado anuncia a *dissolução da ordem social existente* apenas declara o *mistério da sua própria existência*, uma vez que *é a efetiva dissolução* desta ordem. Quando o proletariado exige a *negação da propriedade privada*, apenas estabelece como *princípio da sociedade* o que a sociedade já elevara a *princípio do proletariado* e o que *este* já involuntariamente encarna enquanto resultado negativo da sociedade” (MARX, 2005, p. 156).

política da centralidade da classe-que-vive-do-trabalho. Antunes (2002, p. 122-23) afirma que “(...) a ciência não pode converter-se em ‘principal força produtiva’, em ciência e tecnologia independentes, pois isso *explodiria, faria saltar pelos ares a base material* do sistema de produção do capital, como alertou Marx nos *Grundrisse*”. Mais adiante continua, “(...) mesmo reconhecendo o hiperdimensionamento assumido pela ciência no mundo contemporâneo, o conhecimento social gerado pelo progresso científico tem seu objetivo *restringido* pela lógica da reprodução do capital”. Assim, caso a ciência se torne a principal força produtiva eliminar-se-ia “(...) a relação hoje dominante, onde a produção de valores de uso, está subordinada ao seu valor de troca”. O capital, como afirma Marx, é anárquico. Não se pode dotá-lo de uma *consciência*, através da qual ele elimine sua autocontradição. O que Antunes afirma é que, como o valor de troca é a base do capital, e o mesmo tem como fonte o trabalho vivo, o capital *conscientemente* não vai eliminar o trabalho vivo, tornando a ciência sua principal força produtiva, pois isso o destruiria. Marx já definia: o capital é a “contradição em processo”. Por isso mesmo é ele que engendra as bases materiais para sua destruição. O que não elimina o caráter revolucionário da classe trabalhadora, a qual, mesmo que em menor número, ainda permanece nas fábricas automatizadas, mas não mais na função central da produção e sim apenas como apêndice, realizando pequenas funções de manutenção e supervisão, as quais diretamente não intervêm no processo de trabalho. O trabalhador permanece como trabalhador desqualificado ao lado do processo produtivo, agora executado diretamente pelas máquinas. Além do mais, o crescente “exército industrial de reserva” e os trabalhadores informais e precarizados também perdem com o capital. Essa conclusão polêmica de Antunes surge do seu entendimento do toyotismo como aplicação consciente da ciência, o qual, para o autor, detém um “maquinário inteligente” e mesmo assim tem no trabalho vivo seu centro de produção de valor. Por fim conclui:

A principal mutação no interior do processo de produção de capital na fábrica toyotizada e flexível não se encontra, portanto, na *conversão da ciência em principal força produtiva que substitui e elimina o trabalho no processo de criação de valores, mas sim na interação crescente entre trabalho e ciência, trabalho material e imaterial, elementos fundamentais no mundo produtivo (industrial e de serviços) contemporâneo.* (ANTUNES, 2002, p. 124)

Na citação de Antunes temos caracterizados dois processos diferentes. O primeiro se refere ao toyotismo propriamente dito, ou seja, processo produtivo em que o homem continua o centro da produção material como trabalhador desqualificado. O segundo se refere às mudanças realmente presentes no final do século XX, através das quais a

automação do processo produtivo material veio acompanhada do crescimento de atividades mais intelectualizadas dentro e fora do processo produtivo, o “trabalho imaterial”. Antunes descreve o “trabalho imaterial” como sendo trabalho dotado de maior dimensão intelectual, presente nas atividades industriais mais informatizadas, seja no setor de serviços ou nas comunicações, seja em atividades de pesquisa, criação de *softwares*, *marketing* e publicidade.

O raciocínio de Antunes caminha então na direção de mostrar o “trabalho imaterial *como uma tendência presente no mundo produtivo da empresa capitalista moderna*” (ANTUNES, 2002, p. 130), baseando-se, em grande parte, nos escritos de A. Negri e M. Hardt e M. Lazzarato, dos quais trataremos no próximo item. Por fim, quanto à tese de Antunes acerca da centralidade do trabalho, resta-nos afirmar que este autor em sua análise transporta as características do trabalho imaterial para dentro das fábricas toyotizadas, enxergando em seus trabalhadores desqualificados características de trabalho mais intelectualizado. Apesar de suas contradições temos em seu conceito de “envolvimento cooptado”, o qual por nosso entendimento não se estende ao trabalhador manual, uma forma utilizada pelo capital de tentar “dominar” trabalhos qualificados em seu processo de valorização, uma vez que a não possibilidade de subsunção real lhe acarreta contradições. A seguir apresentamos algumas considerações acerca dos autores do “trabalho imaterial”, os quais assumem conclusões polêmicas em seu entendimento do capitalismo contemporâneo.

II.3.2. Pensamento “Pós-moderno” e “Trabalho imaterial”

A análise apresentada por Antonio Negri, Michel Hardt e Maurizio Lazzarato – autores do chamado “trabalho imaterial” – afirma que o capitalismo hoje vive na pós-modernidade. Esta fase se caracterizaria por ser pós-industrial e pela subjugação de todos os aspectos da sociedade, incluindo as atividades imanentemente humanas, tais como grande parte dos serviços, ao modo de produção capitalista: “[as] relações capitalistas foram ampliadas para subjugar todos os aspectos da produção e reprodução social, o domínio inteiro da vida (...)” (HARDT e NEGRI, 2001, p. 296). Não existiria, portanto nenhum limite para a incorporação de qualquer atividade ao processo produtivo capitalista.

O capital teria alterado sua estrutura de dominação por terem existido, durante toda a segunda metade do século XX, grandes mobilizações sociais, a saber: os movimentos proletários, os movimentos estudantis, a luta feminista etc. Essas manifestações teriam

criado uma consciência proletária que levaria os trabalhadores a negarem os trabalhos desqualificados e escravizadores das fábricas. Os trabalhos aceitos pela classe operária seriam apenas aqueles carregados de conteúdo: trabalho humano criativo, comunicativo, de informação e cooperação social, atividades essas muito presentes no setor de serviços, ou terciário, como se referem esses autores.

A esses trabalhos os autores denominam *trabalho imaterial* e é pela valorização desse trabalho e não mais do trabalho nas fábricas, na indústria, que o capital se mantém: “o papel central previamente ocupado pela força de trabalho de operários de fábrica na produção de mais-valia esta sendo hoje preenchido cada vez mais por força de trabalho intelectual, imaterial e criativa” (HARDT e NEGRI, 2001, p. 47). Estes autores tratam aqui de trabalhos extremamente qualificados. Seria por essa qualificação e atributos do trabalhador que o capital se valorizaria. A qualificação do trabalhador determinaria o “lucro” do capitalista.³²

Essa análise de Negri e seus colegas torna-se polêmica ao afirmarem que o capital precisou adaptar-se às exigências do proletariado, o que fica claro nas seguintes citações:

As únicas configurações de capital capazes de prosperar no novo mundo são as que se adaptarem à nova composição de força do trabalho imaterial, cooperativa, comunicativa e afetiva. (HARDT e NEGRI, 2001, p. 297)

A cooperação social do trabalho social, na atividade terciária, manifesta uma independência frente a qual a função empreendedora [do capitalista] se adapta (...). (LAZZARATO e NEGRI, 2001, p. 31)

Para estes autores a atividade de serviços não se desenvolve como resultado do próprio movimento de acumulação capitalista, mas como uma exigência da classe operária. Surge como algo exterior ao modo de produção capitalista, porém internalizada para sobrevivência do capital como forma social.

³² Esse fato tornar-se-á importante para nossas considerações acerca do trabalho docente no Capítulo III (item III.3). Para isso cabe-nos um breve comentário acerca de lucro e mais-valia. Lucro, assim como renda da terra e juros, é uma forma através da qual a mais-valia produzida é apropriada pelo capitalista. Marx, no Livro Terceiro de *O Capital*, nos mostra que um capitalista cuja empresa produz um determinado *quantum* de mais-valia, não irá, necessariamente se apropriar desse mesmo *quantum* de mais-valia na forma de lucro. Isso se dá no processo global de valorização de capital, através do qual a composição orgânica de capital de uma empresa determina quanto de mais-valia esta produz, mas é a transformação de valor em preço, quando a mais-valia produzida ainda é mais-valia social, que determinará o lucro da empresa. O entendimento desse processo extremamente complexo torna imprescindível uma discussão acerca das formas de apropriação de mais-valia, do papel dos serviços neste processo e da polêmica acerca da transformação de valor em preço. Discussão a qual não nos atrevemos a fazer. Afirmamos apenas que, como indicamos em nosso Capítulo I, os serviços valorizam capital, valor apropriado na forma de lucro pelo capitalista, e em nossa análise no Capítulo III, a valorização se dá através da exploração do trabalho docente, e esse mais-valor é apropriado pelo capitalista da educação na forma de lucro.

Ao tratarem do processo de subsunção formal e real de Marx, utilizam o termo “subordinação”. A substituição desse termo possibilita aos autores criarem uma análise de subsunção real e formal diferente da de Marx. Para esses autores, a subordinação formal estava presente em todo o período taylorista/fordista e era dada pelo regime disciplinar, o qual transformava toda a sociedade em uma “fábrica”, ou “sociedade-fábrica”, como o querem. A subordinação formal, diferente da subsunção formal a qual se refere Marx, não trata da relação do trabalho, ou do processo de trabalho, frente ao capital, mas de todo o conjunto da sociedade que trabalha, frente ao capital. Por essa definição a “subordinação formal” do “trabalho” ao capital, se realizaria de forma expansiva e externa. Assim, o capital cada vez mais podia se expandir para as “colônias” (países periféricos), externalizando para esses países suas contradições: “os processos de subordinação formal estão, portanto, intrinsecamente ligados à extensão do domínio da produção e dos mercados capitalistas”. Já no processo de “subordinação real” o capital não pode mais se expandir para outros mercados e a disciplina se torna insuficiente. Diante disso: “a transição da subordinação formal para a subordinação real precisa ser explicada por meio das práticas de forças subjetivas em atividade” (HARDT e NEGRI, 2001, p. 276). Em sua análise defendem, então, que mais uma vez as subjetividades dos trabalhadores se impõem frente ao capital:

Em suma, a disciplinaridade levada ao extremo, imposta pela taylorização global dos processos de trabalho, não pode determinar de fato a necessidade de uma nova forma de comando, a não ser pela expressão de ativas subjetividades sociais. A globalização dos mercados, longe de ser simplesmente o fruto abominável da organização capitalista, foi, na realidade, o resultado dos desejos e demandas da força de trabalho taylorista, fordiana e disciplinada no mundo inteiro. Nesse sentido, os processos de subordinação formal previram e levaram a maturidade a subordinação real, não porque esta última fosse produto da primeira (como o próprio Marx parecia acreditar), mas porque, na primeira, estavam construídas as condições de libertação e luta que só a última poderia controlar. (HARDT e NEGRI, p. 276-77)

A “subordinação real” é, então, intensa, pois pressupõe o controle de todas as esferas da vida pelo capital. E nesse ponto os autores entendem que ocorre a transformação das relações sociais e de produção, pois embora o controle seja do capital, a lógica da produção é ditada pelas subjetividades. Dessa imposição das subjetividades frente ao capital surge a idéia de que as relações sociais hoje não são mais capitalistas. Mas da idéia de “revolução passiva”, a qual surge dessas conclusões, não vamos tratar neste trabalho.

Como vimos no primeiro item deste capítulo, a subsunção real só é possível quando o capital passa a não mais depender do saber humano na produção imediata, objetivando o

processo de trabalho, ou seja, quando há o revolucionamento do processo de produção real, dos elementos objetivos, e não dos elementos subjetivos do processo de produção. Já para esses autores, não é esse o ponto, pois já não estão considerando o trabalho na fábrica, mas sim os trabalhadores dos serviços, o trabalho imaterial, e não observam nenhum limite ao colocar todos, e toda a sociedade como “subordinada realmente” ao capital. Embora essas atividades imateriais, ou seja, *trabalho concreto* qualificado e imanentemente humano, não sejam subsumidas realmente pelo capital, como o querem, hoje elas são apropriadas para a produção de valor, como corretamente esses autores apontam. E aqui sim, cabe o termo subordinação do trabalho ao capital. Mas um processo de subordinação da qualificação dos trabalhadores à lógica de valorização do capital, que se manifesta apenas como subsunção formal do trabalho ao capital. Pois, como vimos, a subsunção real só ocorre quando o capital prescinde do saber do trabalhador, e no “trabalho imaterial” de Negri o saber do trabalhador é o determinante da valorização do capital.

André Gorz é outro autor que – com algumas diferenças das conclusões acima apresentadas – defende a tese de que nos encontramos na pós-modernidade. Em seu livro *O imaterial*, o autor descreve a acumulação capitalista atual como que fundada sobre a produção dita imaterial, ou seja, não mais nos trabalhos dentro das fábricas, mas nas atividades que envolvem conhecimento, informação, comunicação, enfim, atividades de serviços:

O capitalismo moderno, centrado sobre a valorização de grandes massas de capital fixo material, é cada vez mais rapidamente substituído por um capitalismo pós-moderno centrado na valorização de um capital dito imaterial, qualificado também de “capital humano”, “capital conhecimento” ou “capital inteligência”. Essa mutação se faz acompanhar de novas metamorfoses do trabalho. (...) O trabalho de produção material, mensurável em unidades de produtos por unidades de tempo, é substituído pelo trabalho dito imaterial, ao qual os padrões clássicos de medida não mais podem se aplicar. (GORZ, 2005, p. 15)

Para Gorz o capital se alimenta da valorização do trabalho imaterial, não há nenhum limite para a incorporação de todas as atividades ao modo de produção capitalista. Porém existe um limite para a subsunção total da vida de cada indivíduo ao capital. Esse limite se encontra na própria natureza da atividade, a qual por ser humana e envolver conhecimento, ao ser exercida colabora para a produção do próprio homem como ser humano em constante aprimoramento individual. Não existindo uma separação entre a atividade exercida e a vida pessoal do trabalhador, este pode “recusar a imersão total no trabalho”. Esse limite se materializa na própria relação contratual entre capitalista e trabalhador:

Todas as grandes firmas sabem, (...), no quadro de uma relação salarial, que é impossível obter de seus colaboradores um envolvimento total, uma identificação sem reservas a todas as suas tarefas. Pelo fato de ser contratual, a relação salarial reconhece a diferença e até mesmo a separação das partes contratantes, e de seus interesses respectivos. Ela possui um caráter emancipador por limitar os direitos dos empregadores, e as obrigações dos assalariados, à fronteira que há entre a esfera do trabalho e a da vida pessoal, privada. (GORZ, 2005, p. 22)

Esse limite apontado por Gorz, no entanto, não impossibilitaria o capital de se valorizar através das atividades ditas imateriais. O modo de produção capitalista se perpetuaria sem qualquer problema. O trabalhador venderia sua força de trabalho (imaterial), e fora da jornada de trabalho teria uma vida pessoal independente de seu vínculo com o capitalista, mesmo que a atividade profissional desenvolvida por ele se caracterize por atributos que fazem parte de sua vida pessoal e que colaborem para seu desenvolvimento como indivíduo. A subjetividade humana se imporia frente ao capital, assim como para Negri, Hardt e Lazzarato. Outro ponto em comum entre os autores é a idéia de que não existe nenhuma contradição entre a valorização do capital através de trabalhos que só podem ser subsumidos formalmente e a forma adequada de trabalho ao modo de produção especificamente capitalista, para a qual o trabalho deve ser subsumido realmente ao capital.

Dois autores que trataremos no próximo item, Eleutério Prado e Sérgio Lessa, colocam “em xeque” as conclusões da pós-modernidade em suas obras, portanto não nos dedicaremos a essa tarefa. Cabe-nos, porém, um breve comentário baseados, em parte, nessas obras. Ao nosso entender esses autores, os quais têm suas teses alicerçadas no “trabalho imaterial”, consideram a natureza do trabalho enquanto trabalho concreto, ou seja, trabalho que produz valores de uso, e não do trabalho abstrato, trabalho que valoriza capital. Ao definirem trabalho material e trabalho imaterial, é da natureza concreta desses trabalhos que estes autores tratam. Como apontamos no capítulo anterior, para Marx essa é uma análise fetichizada, pois não encara a essência da produção, apenas a aparência. A seguinte citação de Marx, já colocada em outro momento, nos parece esclarecedora:

Quando falamos da mercadoria como materialização do trabalho – no sentido de seu valor de troca –, trata-se apenas de uma simples maneira de ser ideal, isto é, meramente social de mercadoria, e nada tem a ver com sua realidade corpórea; concebe-se a mercadoria como determinada quantidade de trabalho social ou de dinheiro. É possível que o trabalho concreto de que resulta, nela não deixe vestígio. (MARX, 1980, p. 151)

Não importa o resultado do trabalho concreto, pois o que interessa à valorização do capital é o trabalho abstrato, cujo resultado é valor + sobrevalor, valorização do valor,

senão seria apenas processo de trabalho e não processo de valorização. Além de esses autores conceberem trabalho imaterial pelo seu resultado, o qual não deixa vestígios, analisam o trabalho por suas características físicas, ou seja, se é mental, manual, cognitivo e não pelo seu caráter social, a saber: se serve, ou não, e como, à valorização do capital. Apesar disso, não podemos ignorar que estes autores trouxeram para o debate questões interessantes, entre as quais, de como o trabalho qualificado, hoje presente nos serviços, tem grande importância à valorização do capital. Só lhes faltou encarar as contradições, ou seja, como se mensura valor quando o trabalho é qualificado e como o capital pode subsumir esse trabalho, uma vez que não pode expropriar e apropriar-se do saber desse trabalhador. Como bem indicado por eles, apropriando-se do saber o capital já está, através do que acreditamos ser um envolvimento ideológico desses trabalhadores, num processo de subsunção formal. Entretanto, o capital não expropria o trabalhador desse saber, objetivando o processo produtivo e tornado-o supérfluo, desqualificado e alheio ao processo de produção, ou seja, adequando o processo de valorização à sua lógica.

II.3.3. As contradições do capital: trabalho e desmedida do valor

Eleutério Prado faz importantes reflexões acerca do papel dos serviços em sua crítica às idéias do trabalho imaterial. Sua principal preocupação é com as contradições presentes na utilização dos serviços como atividade que valoriza capital, mas que neste processo torna imprescindíveis os aspectos qualitativos da atividade. Primeiramente expõe que, apesar da existência de uma mercadoria independer de sua forma material ou imaterial, há uma inadequação desta, na forma imaterial, para a reprodução do capital. Essa inadequação decorre de que para a natureza do capital a medida do tempo de trabalho é essencial, uma vez que se valoriza na medida em que se apropria do sobretabalho do operário, do trabalho excedente. Um serviço, o qual não se materializa em um objeto, não pode ser quantificado, e seu valor de troca passa a depender também de características qualitativas:

A distinção entre trabalho que produz valores de uso materiais ou imateriais pode ser importante para entender um problema que surge na expressão da contradição interna à mercadoria entre valor e valor de uso por meio da contradição externa a ela entre valor de uso e valor de troca. De início, na exposição de Marx, o valor é um *quantum* de tempo de trabalho abstrato; a forma do valor ou valor de troca estabelece uma relação de medida entre valores de uso distintos. Assim, toda a riqueza no modo de produção capitalista, ou seja, toda mercadoria, tem de poder ser medida pelo tempo de trabalho socialmente necessário à sua produção. Entretanto, se uma parte importante do trabalho social torna-se trabalho espiritual,

intelectual, moral ou artístico, do processo de trabalho e do processo de produção resultam valores de uso que não podem ser quantificados, para efeito de troca, apenas com base no tempo de trabalho. Em consequência, os valores de troca passarão a depender também dos diferenciais de qualidade postos pelo trabalho durante o tempo de trabalho. (PRADO, 2005, p. 51-52)

Essa talvez seja uma das mais importantes questões na análise das atividades de serviços, quando utilizadas na valorização do capital. Porém, não há como fazer uma análise da produção de valor, ou seja, da produção imediata, sem uma análise do processo global de valorização do capital. Para isso seria necessário abordarmos o capital comercial e a atual dinâmica do capital financeiro, importantíssima no processo de acumulação do capital, pois é através de sua dinâmica que ocorre a apropriação da mais-valia social. E tudo isso extrapolaria em demasia os objetivos de um trabalho como o nosso. Cabe-nos apenas indicar que, para nós, o limite para a valorização do capital, utilizando atividades como dos serviços, se mantém na impossibilidade de subsunção real do trabalho qualificado. Portanto, desse autor analisaremos apenas suas conclusões acerca das formas de subsunção. Vale apenas citar mais uma afirmação do autor acerca da inadequação dos serviços: “(...) isto não se constitui em boa razão nem para rejeitar o trabalho como categoria sociológica chave nem para modificar a teoria do valor de Marx, mesmo porque essa teoria prevê a própria vicissitude do valor numa fase avançada de desenvolvimento do capitalismo (...)” (PRADO, 2005, p. 52).

Assim como Ruy Fausto, Prado considera a grande indústria, indicada por Marx, como materializada no fordismo. Essa interpretação de Fausto o leva a classificar o período posterior ao fordismo, como sendo o momento “pós-grande indústria”. Como nos esclarece Moraes Neto, Fausto classifica o Marx de *O Capital*, como um “homem de seu tempo”, o qual descrevia no capítulo da “Maquinaria e Grande Indústria” o que via e o que se manifestou desde o final do século XIX, adentrando pelo século XX na roupagem do taylorismo/fordismo. Já o Marx dos *Grundrisse* teria previsto o que se concretizaria apenas no final do século XX: a pós-grande indústria. Dessa análise, Moraes Neto (2005) faz sua crítica. Para nós resta-nos apontar que essa visão levou Fausto a criar uma nova forma de subsunção, a qual estaria presente nos dias de hoje: a “subsunção formal/intelectual”. No período manufatureiro, a subsunção seria apenas formal; no fordismo, grande indústria para Fausto, a subsunção seria real, e na pós-grande indústria a subsunção voltaria a se tornar apenas formal, mas teria um caráter intelectual, diferente da manufatura:

(...) na primeira fase, a manufatura, a subordinação³³ é apenas formal, ela não existe no processo material de produção (...). Na segunda fase, a grande indústria [fordismo], onde ocorre a primeira posição adequada na forma da matéria, se tem a subsunção real, isto é, formal e material. Com a pós-grande indústria *desaparece a subordinação material*, e é nesse sentido e só nesse sentido que se retoma a primeira situação. (FAUSTO, 1989, p. 60)

No capítulo terceiro (item III.2.), desenvolveremos a idéia de que algo é real apenas quando forma/aparência coincidem, se igualam, ao conteúdo/matéria/essência, por agora ficamos apenas com alguns aspectos da citação. Nela apontamos a conclusão de Fausto ao analisar o fordismo como processo de subsunção real. Como já indicamos em outro momento, no fordismo o processo de trabalho ainda é executado pelo trabalho vivo, mas esse trabalhador não mais domina o processo produtivo, mesmo que esse processo não tenha sido objetivado. Fausto, no entanto, uma vez que considera o fordismo como grande indústria, não tem nenhuma dificuldade em caracterizar esse trabalho como subsumido realmente ao capital. Para nossa análise, porém, essa dificuldade se coloca pois temos no fordismo um desenvolvimento da manufatura, a qual se apresenta como transição da cooperação simples para a maquinaria, e é nesta última, na qual, de fato, podemos afirmar que há subsunção real do trabalho ao capital. Antes de analisarmos a terceira forma de subsunção, apontaremos algumas considerações. Moraes Neto, ao analisar o papel dos serviços no processo produtivo, afirma:

(...) por trás das máquinas têxteis da Revolução Industrial sempre houve um “serviço” de projeto de engenharia; por trás da revolução siderúrgica da virada do século XIX para o século XX houve “serviços” de projeto para a geração dos famosos fornos Siemens-Martin, por exemplo; por trás da produção industrial sempre houve “serviço” daquilo que muito mais tarde ficaria conhecido como Engenharia de Produção; por trás do Ford Modelo T houve um “serviço” de projeto de produto, etc... Afinal, se o capitalismo, desde seus primeiros passos, tornou a produção uma “aplicação tecnológica da ciência”, inexoravelmente teve que introjetar, no interior da atividade industrial, uma importante atividade de serviço. (MORAES NETO, 2006, p. 46)

No processo de subsunção real elucidado no item 1 deste capítulo, o trabalho que se subsume ao capital, é o trabalho imediato, ou seja, aquele que diretamente transforma as mercadorias. Os diversos serviços por trás desse trabalho continuam apenas como trabalho subsumido formalmente no capital. No entanto, quando se elimina toda e qualquer qualificação dos trabalhadores do interior do processo produtivo imediato, ou seja, do “chão de fábrica”, tornando-os supérfluos quando há a objetivação do processo de trabalho,

³³ Em nota de rodapé, nesta mesma passagem, Fausto explicita que o termo “subsunção” é mais adequado que “subordinação”, “(...) porque nele se investe também o sentido lógico do processo”. Porém, em várias passagens do texto insiste em utilizar “subordinação”.

o trabalho dos serviços, antes por trás do trabalho manual, se aproximam do processo imediato de produção:

Com o desenvolvimento da *subsunção real do trabalho ao capital* e do *modo de produção especificamente capitalista*, não é mais o trabalhador individual e sim cada vez mais uma *capacidade de trabalho socialmente combinada* que se converte em *agente real* do processo de trabalho em seu conjunto (...) – temos que mais e mais *funções da capacidade de trabalho* se incluem no conceito de *trabalho produtivo* imediato, e seus agentes no conceito de *trabalhadores produtivos*, diretamente explorados pelo capital e *subordinados* em geral ao seu processo de valorização e de produção. (MARX, 1978b, p. 78-79)

Pela citação de Marx entendemos que o trabalho que se aproxima do processo imediato é o trabalho coletivo, o qual carrega atributos muito diferentes do trabalho subsumido realmente. O trabalho coletivo carrega consigo uma qualificação que não estava presente no trabalho manual. E essa qualificação o impede de ser subsumido realmente pelo capital.

Prado (2005, p. 59) afirma que: “(...) o período da grande indústria abrange, grosso modo, apenas os primeiros dois terços do século XX e que, a partir de então, o capitalismo entrou num período em que assoma a pós-grande indústria, ou seja, o modo de produção em que a principal força produtiva é a inteligência coletiva”. A inteligência coletiva aqui explicitada, para nós reflete a “capacidade de trabalho socialmente combinada”, a qual envolveria os trabalhos mais qualificados dos serviços. Até aqui entendemos, assim como Fausto e Prado, essa forma de trabalho como subsumida apenas formalmente ao capital. Quanto à caracterização dessa forma de subsunção formal, como formal e intelectual, citamos Prado:

(...) na pós-grande indústria, o domínio dos processos naturais e artificiais que a ciência possibilita estão agora incorporados em algoritmos ou programas de computador, que são instalados dentro ou ao lado do corpo de máquinas. (...) Em consequência da própria natureza do processo produtivo, que se vai livrando pouco a pouco dos trabalhadores, o trabalho que o vigia – sem com ele se imiscuir – volta a ganhar um momento subjetivo. Pois, passa a pôr em prática durante o tempo de trabalho aqueles conhecimentos que são adquiridos fora do tempo de trabalho. (...) O tempo de trabalho é agora, entretanto, um tempo qualitativamente diferenciado que não pode ser controlado apenas pelo relógio. Em razão mesmo dessa mudança do modo de trabalhar, o capital tem de passar a comandar não apenas o tempo de trabalho, mas também o tempo de não-trabalho, que se torna menos livre. Já na fase fordista da grande indústria, o capital passara a controlar o trabalhador também enquanto consumidor, desenvolvendo a chamada indústria cultural. Agora, ele tem de passar a controlar o trabalhador não apenas como trabalhador e consumidor, mas também como político, religioso, profissional, etc., de um modo que tende a ser total. (PRADO, 2005, p. 63)

Pela citação temos que para Prado tanto a desmedida de valor, quanto a caracterização da subsunção formal como subsunção formal/intelectual, decorrem da utilização por parte do capital dos atributos immanentemente humanos do trabalhador, sua qualificação. Essa utilização necessita de um controle exatamente porque o capital não consegue aqui se livrar do trabalho vivo, subsumi-lo realmente. Esse controle toma, a nosso ver, características de “manipulação ideológica”. O raciocínio de Prado e Fausto nos parece acertado na medida em que encaram a necessidade do capital de expandir seu domínio e valorizar-se utilizando atividades antes de importância menor, como os serviços. Porém, não estenderíamos o conceito de subsunção a essa necessidade de controle ideológico dos trabalhadores. Em nosso entendimento, o que se subsume ao capital é o trabalho e não o trabalhador ou a sociedade. Estes últimos podem estar subordinados à sua lógica, mas não subsumidos.

Como vimos, para Antunes trabalho qualificado exigia um “envolvimento cooptado”, porém este autor em nenhum momento coloca o tempo livre desse trabalhador também como “cooptado”. Para nós a análise de Antunes se aplica muito bem ao analisarmos o trabalho dentro do processo produtivo, quando este se torna qualificado. Neste ponto temos que o conceito de “envolvimento cooptado” aparece como um indicativo para se resolver o problema da “insubordinação do trabalhador”, como se referia Ure. Diferentemente de Prado e Fausto, para os quais não só o tempo de trabalho serve ao capital, e aí ele também deveria ser “envolvido”, uma vez que só poderia ser subsumido formalmente, mas também o tempo de não-trabalho, ampliando assim o conceito de Antunes. Porém, ao estender o termo subsunção para fora da fábrica, ou para qualquer atividade que não se caracterize como processo de valorização do capital, poderíamos incorrer no erro de afirmar que toda a vida humana serve ao capital, mas como afirma Lessa, do qual trataremos a seguir, a humanidade é muito mais que o capital.

Sérgio Lessa, crítico da idéia de pós-modernidade, afirma que com o desenvolvimento da produção capitalista o capital amplia a produção de mais-valia às atividades que não transformam diretamente a natureza, tais como os serviços:

Ao atingir o capitalismo maduro, (...) [há uma] capacidade cada vez maior de a sociedade liberar uma crescente quantidade de força de trabalho para outras atividades que não a transformação da natureza: o crescimento do setor de serviços e das atividades preparatórias dos atos de trabalho é a sua expressão mais direta. Por ocorrer sob a égide do capitalismo, esse crescimento das atividades que não são trabalho intercâmbio orgânico com a natureza vai sendo paulatinamente apropriado pelo processo de autovalorização do capital que, desse modo, converte uma

quantidade cada vez maior de atividades humanas em fonte de mais-valia. (LESSA, 2005, p. 58)

Apesar da incorporação crescente de atividades humanas ao modo de produção capitalista, o capital jamais incorporará todas as atividades humanas a sua reprodução, como esclarece Lessa:

Assim como o ser humano é muito mais que trabalho abstrato do qual é portador, as relações sociais são muito mais que o processo de autovalorização do capital. (...) depois de meados do século XIX, tornou-se cada vez mais evidente como as necessidades e possibilidades historicamente produzidas pelos homens estão em contradição antagônica com as necessidades e possibilidades produzidas pela autovalorização do capital. (...) Neste contexto o ponto de vista do capital pode ser muitas coisas, mas nunca pode ser o ponto de vista da humanidade como tal. (LESSA, 2005, p. 60-61)

Não há identidade absoluta possível entre capital e humanidade, não há também qualquer possibilidade da absoluta absorção de todos os atos de trabalho ao trabalho abstrato. (LESSA, 2005, p. 82)

Com a subsunção real do trabalho ao capital na atividade produtiva imediata, o capital utiliza cada vez mais atividades qualificadas, como nos serviços, para se valorizar, mesmo que essas se encontrem fora das fábricas e não resultem em nenhum produto. Atividades como da educação, das artes, da saúde entre inúmeras outras, cada vez mais são utilizadas para valorizar capital. Porém, embora essas atividades atendam ao capital – e que seus trabalhadores sejam manipulados ideologicamente por ele, de forma que todo o conhecimento adquirido fora do tempo de trabalho seja utilizado e direcionado para a valorização do capital – essas atividades jamais serão subsumidas realmente. Ao afirmarmos isso tão categoricamente nos baseamos principalmente nas conclusões de Lessa, de que “não há identidade absoluta possível entre capital e humanidade”.

No próximo capítulo, abordaremos uma atividade dos serviços, existente fora da fábrica, e que nos parece contribuir de forma determinante para o entendimento da impossibilidade de subsunção real dos serviços ao capital: o trabalho docente. Porém, num segundo momento, utilizaremos dos conceitos de “envolvimento cooptado” e de “manipulação ideológica”, apresentados neste item, para indicar uma possível forma do capital “enfrentar” as contradições encontradas na utilização do trabalho imanentemente humano em seu processo de valorização.

CAPÍTULO III

O TRABALHO DOCENTE E O ENSINO SUPERIOR CAPITALISTA

Neste último capítulo de nosso texto, voltar-nos-emos ao nosso objeto específico: o trabalho docente no Ensino Superior Capitalista.³⁴ Nos capítulos anteriores discutimos o trabalho produtivo e improdutivo e a complexidade da atividade de serviços na produção de mais-valia. Diante do debate atual sobre o tema, vimos a necessidade de nos concentrar em uma atividade específica.

Para a escolha da atividade a ser estudada, resolvemos não só considerar um serviço típico, ou seja, uma atividade cujo resultado cessa ao fim da execução, mas uma atividade que carregue atributos imanentemente humanos e que seja de grande importância. Escolhemos o trabalho docente.

O trabalho docente, no entanto, se apresenta em vários níveis: educação fundamental, média e superior. Além disso, pode ser exercido em instituições públicas ou privadas. Como a análise a ser feita é de uma atividade que valorize capital, a escolha deve ser do trabalho exercido em instituição privada. A educação superior foi escolhida devido ao enorme crescimento dessa atividade no setor privado nas últimas duas décadas, entre 1980 e 2005 o número de matrículas no ensino superior privado aumentou em 268,4%, elevando sua participação no total de matrículas do Brasil de 64,3% em 1980 – índice que diminuiu para 58,4% em 1994³⁵ – para 73,2% em 2005 (INEP/MEC). No próximo item apontaremos os principais aspectos e a contextualização histórica da mercantilização do ensino superior no Brasil, no qual há o predomínio das Instituições de Ensino Superior Capitalistas.

III.1. Alguns aspectos da mercantilização da educação superior no Brasil

No Brasil o ensino superior privado desempenhou, no decorrer de sua história, três papéis distintos, cada qual em um período. O primeiro período corresponde ao intervalo

³⁴ A designação usual Instituição de Ensino Superior (IES) Privada não faz distinção entre a função que essa atividade exerce na reprodução do capital, ou seja, se é apenas de educar utilizando recursos de natureza privada, ou se procura utilizar o valor de uso *educação* para valorizar capital. Existem, no entanto, muitas IES de natureza privada que não possuem a valorização do capital como objetivo; um bom exemplo são as PUCs, como também, várias Fundações. Por esse motivo, objetivando restringir as IES que analisaremos como sendo apenas as que valorizam capital, as designaremos por Instituições de Ensino Superior Capitalista.

³⁵ Devido à crise no setor, a qual foi sanada pelas legislações da década de 1990 e 2000, como apontaremos no próximo item.

1889-1960, no qual o crescimento do ensino superior privado se caracterizava predominantemente pela disputa ideológica entre elites laicas e católicas. No segundo período, 1960-1980, o ensino superior privado torna-se predominante e se volta para a formação profissional, mais técnica, com intuito de atender às demandas do mercado de trabalho. O terceiro período, que se inicia em 1980, corresponde ao coroamento da mercantilização do ensino superior privado no Brasil, cujo objetivo imediato torna-se a valorização de capital.

Certamente esses períodos não são homogêneos e envolvem inúmeros aspectos que aqui não serão abordados, porém isso não prejudicará as conclusões de nosso trabalho, pois um aprofundamento nas mediações de cada período não se faz necessária. Para a delimitação histórica dos papéis do ensino superior privado utilizamo-nos de dois recursos: a) Análise de textos que tratam sobre o tema, principalmente para os períodos anteriores a 1980;³⁶ e b) Para o período posterior a 1980 analisamos dados estatísticos oficiais e a legislação pertinente, além de sermos guiados por teses acerca do tema.³⁷

Para nossa análise nos concentraremos no terceiro período, o qual se caracteriza como coroamento da utilização da atividade de educar como mercadoria e com fim imediato de criar mais-valia. É necessário, no entanto, conhecermos as características que marcaram cada período da educação superior no Brasil. A história do ensino superior privado e seu desenvolvimento no Brasil nos permitirão apreender as especificidades do período posterior a 1980, justificando a importância de sua análise para o desenvolvimento de nossas conclusões.

III.2.1. Primeiro período (1889-1960): disputa entre elites católicas e laicas pelo controle do Ensino Superior no Brasil

A educação superior no Brasil só teve início em 1808, com a vinda da Família Real, a qual transferiu para a colônia a sede da Coroa Portuguesa.³⁸ De 1808 até a proclamação da República (1889), esse ensino se resumia às escolas superiores isoladas, as quais se dedicavam à formação de profissionais liberais. Neste período o controle da educação superior era exclusividade da coroa.

O primeiro importante período que destacamos inicia-se com a República em 1889. Ele se estende até 1960 e é marcado pela disputa entre elites laicas e católicas pelo controle

³⁶ Foram utilizadas principalmente as teses de Helena Sampaio e Lalo Minto.

³⁷ Principalmente as análises de Demerval Saviani.

³⁸ No Brasil essa educação é tardia se comparado com os países da América Hispânica, dentre eles destacamos o caso do México, que em 1553 já contava com sua primeira universidade.

do ensino superior no Brasil. Como veremos, o papel do ensino superior privado é marcado por interesses políticos e ideológicos muito mais do que econômicos.

A Constituição da República de 1891 abre a possibilidade do ensino superior ser oferecido pela iniciativa privada. Apesar dessa abertura até 1900 havia apenas 24 escolas superiores isoladas. Há, contudo, um grande salto na década de 1920: em 1930 já eram 133 as Instituições de Ensino Superior (IES), destas muitas eram privadas. Inicia-se aí o papel da Igreja no ensino superior privado. No período Imperial a Igreja era uma instituição do Estado brasileiro, porém, com a República o movimento por um ensino laico cresce, opondo-se aos interesses da Igreja (CARVALHO, 1999). A tentativa de conciliação entre elite laica e católica vem com o governo Vargas, que oferece à Igreja a introdução do ensino religioso no ensino básico, o que, no entanto, se mostrou insuficiente para as ambições da Igreja. Então em 1931 a reforma educacional consolida o ensino privado no Brasil, reafirmando o que a Constituição Federal de 1891 já possibilitava. Sampaio esclarece: “foi nesse cenário maior de disputa pelo controle do ensino superior entre elites laicas e católicas, sob a moldura legal centralizadora – como a legislação de 1931 – que se consolidou o ensino superior privado no país” (SAMPAIO, 2000, p. 46).

Em 1933 já havia 265 IES no Brasil, das quais 43,7% das matrículas correspondiam às IES Privadas, em 1945 as IES Privadas já englobavam 48% do total de matrículas no ensino superior.³⁹ O período que se segue, de 1945 a 1960, é marcado pelo crescimento no número de universidades, até 1944 eram apenas três universidades, todas públicas⁴⁰. A Igreja toma a frente das IES Privadas na criação de universidades, em 1960 havia dez universidades privadas no Brasil: nove católicas e uma presbiteriana. Até 1960 a expansão do ensino superior no Brasil se dava por disputas no campo político, porém no período que se segue o econômico passa a predominar.

III.2.2. Segundo período (1961-1980): ensino cada vez mais técnico e soberania do Ensino Laico e Privado

O segundo período inicia-se em 1961 com a Lei nº 4.024/61 ou Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e se consolida em 1968, com a Reforma Universitária,

³⁹ Não haviam estatísticas oficiais do ensino superior no Brasil antes de 1933. Dados de Sampaio (2000).

⁴⁰ Dentre estas, temos a Universidade do Rio de Janeiro (denominada posteriormente Universidade do Brasil e hoje Universidade Federal do Rio de Janeiro), fundada em 1920. Em 1934 foi criada a Universidade de São Paulo (USP) e em 1935 a Universidade do Distrito Federal (UDF), na cidade do Rio de Janeiro, a qual fechou em 1939 (a esse respeito ver VICENZI, L. J. B., s/d, disponível em <http://www.prossiga.br/anisioteixeira/fran/artigos/federal.html>. Acesso em 22/02/2007). Em 1944, surgia a primeira Universidade Privada, a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

já na Ditadura Militar. Este período é marcado por um crescimento acentuado no número de matrículas nas IES Privadas.⁴¹ A legislação deste período é marcada por um “consenso privatizante” em que as IES Privadas assumiam dois papéis: 1) atender a crescente demanda pelo ensino superior no país; e 2) formação direcionada para o mercado de trabalho, abandonando o antigo modelo de universidade – baseado no ensino amplo de disciplinas “duras” e para produção de conhecimento – para implantar o modelo de ensino “americanizado” baseado na Teoria do “Capital Humano”, a qual estabelecia uma correlação entre aprimoramento dos trabalhadores, através da educação, e produtividade.⁴²

O processo de reformulação do ensino foi uma vitória do ensino privado sobre o público. Minto afirma:

A Ditadura Militar semeou o terreno do ensino privado, facilitando sua expansão e fazendo deste um período muito importante para o setor. Não porque antes o ensino superior privado fosse insignificante em termos quantitativos – ao contrário –, mas porque foi com o golpe que se iniciou um novo período na história educacional brasileira em que a contra-reforma da universidade [Reforma Universitária de 1968] viria selar de vez a intenção de nossas elites em eliminar o caráter crítico da universidade, da produção autônoma de conhecimento, enfim da já parca função pública da universidade, consolidando para esse ensino um modelo pautado, geralmente, no molde das antigas escolas superiores [do período Imperial]. (MINTO, 2006, p. 114)

A partir de 1960 espalharam-se pelo Brasil inúmeras faculdades isoladas em pequenos municípios do interior. Estas instituições contavam com apenas um ou dois cursos e assim se mantiveram até 1980. A expansão das IES Privadas neste período não mais buscava princípios ideológicos e de controle, sua motivação agora era econômica, mas não no sentido de valorizar capital, mas de proporcionar ao mercado profissionais qualificados (fator humano=capital) com intuito de aumentar a produtividade do capital.⁴³

De 1961 a 1980 as IES criadas, em sua grande maioria de origem laica, buscavam uma expansão que era feita em detrimento da qualidade do ensino. Esse fato pode ser ilustrado pelo depoimento de Anísio Teixeira, um dos maiores críticos do rumo tomado pelo ensino superior no Brasil. Esse depoimento foi feito em 08/05/1968 junto à Comissão

⁴¹ Em 1965 as matrículas em IES Privadas correspondiam à 43,8% do total, em 1980 já eram 63,3%. No intervalo de 1960-1980 as matrículas no setor privado cresceram 843,7%, enquanto o crescimento total, somando públicas e privadas, foi de 480,3%. (SAMPAIO, 2000)

⁴² O debate sobre a Teoria do “Capital Humano” ainda está presente em vários autores, dentre estes destacamos Gaudêncio Frigotto. Esta teoria nasceu nos EUA e seu principal expoente foi Theodore W. Schultz, muito conhecido pelas obras: *O valor econômico da educação*, de 1963 e *O capital humano: investimentos em educação e pesquisa*, de 1971.

⁴³ O livro *A produtividade da escola improdutiva* de Gaudêncio Frigotto, se desenrola no sentido de apontar o porquê, mesmo não valorizando capital, a educação é fundamental ao capitalismo. Nesse sentido, o papel das IES Privadas entre 1960 e 1980 é de grande relevância.

Parlamentar de Inquérito da Câmara dos Deputados; ele se referia às Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras que surgiram na década anterior:

São hoje 133 [1967]. Quer dizer, há, portanto, 34 anos, um fundador de uma faculdade de filosofia, ciências e letras, como o Governador de São Paulo, julgava que não podia fazê-lo sem trazer uma equipe de 18 professores estrangeiros. No mesmo ano, o governador do Distrito Federal criou uma faculdade de filosofia, ciências e letras, uma faculdade de economia etc. e lá também os seus administradores acharam que precisavam de 16 professores europeus para dar início à escola. Hoje, há 133 no Brasil e se constituem em municípios que não chegam a ter 50 mil habitantes, e com professorado local. (TEIXEIRA *apud* SAMPAIO, 2000, p. 54).

Como fica-nos explícito o interesse na criação de novas IES era o de transmitir conhecimento e não de produzi-lo. Esse período (1961-1980) é marcado por: a) abandono do ensino superior como forma de se produzir conhecimento; b) oferta de um ensino cada vez mais técnico; c) redução da participação do Estado no ensino superior; e d) predomínio das IES Privadas. A combinação desses elementos, com destaque aos dois últimos, caracterizam um diferencial do Brasil na educação superior; na Europa Ocidental, por exemplo, no final da década de 1990 apenas 10% dos alunos estavam em IES Privadas. Apesar dessa diferença assustadora que mostra a quase inexistência de iniciativa estatal para o ensino superior no Brasil, a mercantilização da educação só vai se consolidar no período seguinte, que se inicia em 1980.

III.2.2. Terceiro período (1980-atual): a mercantilização da educação – o Ensino Superior na valorização de capital.

A década de 1980 iniciou-se com uma queda na demanda pelo ensino superior. Entre 1975 e 1980 as matrículas do setor privado cresceram 200%, nos cinco anos seguintes esse número foi negativo e entre 1990 a 1994 não chegou a atingir 1% (dados de SAMPAIO, 2000). Foi a partir desse momento que ocorreram mudanças na estrutura do setor privado no ensino superior, mudanças que visavam manter os rendimentos. Dentre essas mudanças estão práticas que aproximam as IES Privadas de qualquer outra empresa em um ambiente competitivo⁴⁴. Sampaio (2000, p. 88) ilustra: “esse cenário de competitividade foi inaugurado em meados dos anos 80 e jamais se havia apresentado de forma tão intensa para o setor privado de ensino superior no país”. Quanto às mudanças

⁴⁴ Dessas práticas podemos citar: a diversificação de produto (fragmentação das carreiras para criação de novos cursos nas IES); a interiorização da atividade produtiva (IES migrando para o interior no Sudeste); desconcentração regional (IES migrando para regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste).

realizadas pelo setor a autora complementa: “são mudanças de intervenção da iniciativa privada numa situação de declínio de sua clientela; traduzem, portanto, estratégias do setor privado em se amoldar ao mercado de ensino superior”.

Este período inicia-se com a crise no setor privado, porém, ao observarmos o crescimento do setor entre 1980 e 2005 (Tabelas 3 e 4) percebemos que as medidas tomadas tiveram enorme sucesso. De 1980 até 2005, o número de IES Privadas aumentou 183,6%, enquanto as públicas cresceram apenas 15,5%. Já o número de matrículas mais que triplicou, em 1980 eram 885 mil alunos e em 2005 eram mais de três milhões nas IES Privadas. Essa evolução não seria possível sem a participação do Estado através da Constituição Federal de 1988, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996 e Decretos de 1997.

TABELA 3

<i>Número de Instituições de Ensino Superior Brasil: 1980-2005</i>						
Ano	Públicas	Evolução	Privadas	Evolução	Total	Evolução
1980	200	100,0	682	100,0	882	100,0
1985	233	116,5	626	91,8	859	97,4
1990	222	111,0	696	102,1	918	104,1
1995	210	105,0	684	100,3	894	100,3
2000	176	88,0	1.004	147,2	1.180	133,8
2005	231	115,5	1.934	283,6	2.165	245,5

Fonte: INEP/MEC. Elaboração própria.

TABELA 4

<i>Número de Matrículas no Ensino Superior Brasil: 1980-2005</i>						
Ano	Pública	Evolução	Privada	Evolução	Total	Evolução
1980	492.232	100,0	885.054	100,0	1.377.286	100,0
1985	556.680	113,1	810.929	91,6	1.367.609	99,3
1990	578.625	117,6	961.455	108,6	1.540.080	111,8
1995	700.540	142,3	1.059.163	119,7	1.759.703	127,8
2000	887.026	180,2	1.807.219	204,2	2.694.245	195,6
2005	1.192.189	242,2	3.260.967	368,4	4.453.156	323,3

Fonte: INEP/MEC. Elaboração própria.

Diante da queda na demanda a primeira medida tomada pelas IES Privadas foi a desconcentração regional. Esse processo se deu principalmente em direção à região Centro-Oeste (1980: 22 IES Privadas; 1994: 50 IES Privadas) e à região Norte (1980: 2 IES Privadas; 1994: 11 IES Privadas). Outra medida foi a criação acelerada de novos

cursos, ampliando o leque de carreiras oferecidas, e a interiorização das IES Privadas, principalmente nas regiões em que já existiam muitas IES, como é o caso do Estado de São Paulo (Tabela 5).

TABELA 5

<i>Número de IES Privadas, criadas ou que ampliaram sua oferta de cursos no período 1985-1996, por região e localização geográfica</i>					
Região	Estabelecimentos criados entre 1985 e 1996		Estabelecimentos em ampliação (criados antes de 1985)		Total
	Capital	Interior	Capital	Interior	
Brasil	47	60	48	71	226
Norte	5	0	1	1	7
Nordeste	8	6	8	0	22
Sudeste	16	34	29	52	131
Sul	7	9	3	16	35
Centro-Oeste	11	11	7	2	31

Fonte: Elaborado por Sampaio (2000) com base em dados do *Catálogo geral das IES associadas à ABMES*. Brasília, 1997.

A ampliação de cursos oferecidos levou ao aumento do número de carreiras oferecidas e na fragmentação dessas carreiras. A carreira de Engenharia foi fragmentada em 21 carreiras diferentes; o curso de Administração se desdobrou em dezesseis carreiras; na área de Comunicação foram criados 52 cursos, envolvendo oito carreiras diferentes; e nas áreas de ciências da saúde foram criados 72 cursos em nove carreiras diferentes. Essas informações se referem exclusivamente ao período 1985-1996 (dados de SAMPAIO, 2000).

A primeira brecha na legislação brasileira que favoreceu as IES Privadas veio com a Constituição Federal de 1988 (CF/1988). Na sessão destinada à educação temos seis artigos voltados para o ensino superior (Anexo 1). Para nossa análise destacamos o Artigo 207, o qual garante autonomia para universidades. No que tange aos aspectos didático-científicos, essa autonomia possibilita que Universidades criem e fechem cursos sem autorização do governo, embora os cursos abertos tenham que ser reconhecidos e avaliados posteriormente à sua criação. Essa possibilidade era extremamente atraente para as IES Privadas, uma vez que poderiam fechar cursos menos freqüentados e abrir outros que fossem mais atrativos, sem terem que passar pela burocracia do Estado, a qual é extremamente lenta. Saviani esclarece-nos:

Essas escolas isoladas (...) organizando-se predominantemente como empresas lucrativas, não se interessavam em se transformar em universidades pois a margem de manobra e arbítrio das mantenedoras, isto é, dos donos dessas empresas, era muito maior sob o regime de instituições isoladas. Essa situação se alterou com a Constituição de 1988 que, ao dar *status* de norma constitucional à autonomia

universitária provocou uma corrida daquelas instituições para se transformar em universidades na esperança de que, por essa forma, sua ampla margem de manobra e seu arbítrio ilimitado se tornariam invioláveis, já que revestidos do caráter de direito institucional. (SAVIANI, 1998, p. 25)

Esse fato torna-se mais evidente ao observarmos os dados da Tabela 6. Os dados indicam que o número de universidades privadas saltou entre 1985 e 1998 (de 20 para 76 universidades privadas). Numa comparação com as IES Públicas, temos que em 1988 existiam 83 universidades no Brasil, sendo 2/3 públicas. Em 1998 já havia 76 universidades privadas, contra 77 públicas (INEP/MEC).

TABELA 6

***Número de IES Privadas, organizadas em Institutos Isolados e Universidades
Brasil - 1980 a 1995***

Organização Acadêmica	1980	1985	1990	1995	1998
Faculdades Isoladas	643	548	582	520	595
<i>Evolução</i>	<i>100,0</i>	<i>85,2</i>	<i>90,5</i>	<i>80,9</i>	<i>92,5</i>
Universidades	20	20	40	63	76
<i>Evolução</i>	<i>100,0</i>	<i>100,0</i>	<i>200,0</i>	<i>315,0</i>	<i>380,0</i>

Fonte: INEP/MEC. Elaboração própria

Apesar de terem sido criadas várias universidades privadas, a CF/1988 exigia ensino/pesquisa/extensão. Para manter esse “tripé” era necessário grande investimento em corpo docente, o qual deveria respeitar uma porcentagem de titulação mínima de mestres e doutores, além de um mínimo de docentes em regime de 40 horas de trabalho, exigências que aumentavam significativamente os custos.⁴⁵

Em 1996 é criada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) – Lei nº 9.394, de 16 de dezembro de 1996 (Anexo 2). Esta lei dá mais esclarecimentos quanto às diretrizes da CF/1988, porém deixa de detalhar inúmeras questões que somente serão esclarecidas em decretos e portarias posteriores. Este fato abriu possibilidade para aprovação de inúmeros decretos, portarias e resoluções polêmicas, que por estarem fragmentados em vários textos eram mais rapidamente aprovados e sempre favorecendo o setor privado. Saviani nos relata um fato interessante. Desde a CF/1988, existiram quatro propostas para LDB, a terceira delas, elaborada por Darcy Ribeiro, previa que as universidades deveriam ter em seu quadro docente uma maioria de mestres e doutores, e especificava diversos outros itens, os quais dela foram retirados na sua quarta versão. Esta

⁴⁵ Esse mínimo hoje totaliza 33% de mestres e doutores nas universidades, sendo que do total docente 33% devem estar no regime de dedicação exclusiva (40 horas), dedicando-se a, no máximo, 20 semanais para o ensino, e as horas restantes à pesquisa e à extensão (MEC, 2006).

quarta versão é a que compõe a LDB de 1996. Porém essa versão mantinha a exigência à composição docente sugerida por Darcy Ribeiro. Isso se modifica, no entanto, devido à intervenção de um “empresário da educação”:

A se depreender da manifestação de João Carlos Di Gênio, proprietário da Rede de Cursos e Colégios “Objetivo” e da “Universidade Paulista” (UNIP), o texto aprovado no Senado correspondeu inteiramente às expectativas dos empresários do ensino. Com efeito, antes da aprovação ele havia declarado que a lei era ótima, tendo apenas um defeito: a exigência de que as escolas de nível superior, para se constituírem como universidades, deveriam ter a maioria do corpo docente constituída de mestres e doutores. Para ele essa exigência era irrealista, já que dificilmente alcançável pelas universidades particulares. No dia da votação final ele esteve no Senado, na condição de reitor da Universidade Paulista, fazendo *lobby* em favor das escolas particulares, e conseguiu que o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) subscrevesse sua proposta retirando a exigência dos títulos de mestre ou doutor e substituindo-os por curso de especialização. O senador baiano apresentou essa proposta na forma de emenda que resultou aprovada. Com isso o único defeito foi sanado e, aos olhos dos interesses privados, a lei resultou perfeita. (SAVIANI, 1998, p. 161-62)

A maioria das legislações criadas para especificar tudo o que não continha na LDB, surgiu já em 1997. Dentre elas destacamos o Decreto nº 2.207 de 15 de abril. Esse decreto cria os centros universitários, ou “universidades do consumo” (como defende Saviani). Esses centros, assim como as universidades, têm a possibilidade de criar e fechar cursos sem autorização do MEC, mas não têm os “inconvenientes” gerados pelas exigências às universidades quanto à pesquisa e à extensão, como explicitaremos mais adiante. Outro importante decreto no período foi o Decreto nº 2.306 de 19 de Agosto. Pela primeira vez a legislação brasileira possibilitou a existência de IES Privadas *com fins lucrativos*.⁴⁶

De 1980 até 1997, embora o objetivo da maioria das IES Privadas pudesse ser o lucro, estas não eram regulamentadas como empresas propriamente capitalistas. Se configurando como fundações filantrópicas ou comunitárias, recebiam isenção de impostos, como Imposto de Renda de Pessoa Jurídica, por exemplo, mas eram obrigadas a reinvestir todo valor recebido, através das mensalidades, na própria instituição. Com o Decreto nº 2.306 as IES Privadas puderam se tornar instituições de “dependência administrativa” particular com fins lucrativos. As que optaram por isso passaram a responder à legislação pertinente a qualquer outra empresa capitalista. Desmascarou-se, assim, a essência capitalistas das IES Privadas. A educação tornava-se mercadoria perante a lei. Como apontaremos mais adiante, sendo agora legisladas pelo Código Civil, embora

⁴⁶ Hoje esses dois decretos foram substituídos pelo Decreto nº 5.773 de 09 de maio de 2006, mantendo a regulamentação dos centros universitários e da existência de IES com fins lucrativos (Anexo 3).

regulamentadas pelo MEC, essas IES assumidamente Capitalistas puderam abrir seu capital em bolsa de valores.⁴⁷

Já o impacto do Decreto nº 2.207/1997 pode ser observado pelo número de centros universitários criados e quase paralisação na criação de novas universidades privadas (Tabela 7). Nos primeiros dois anos do decreto foram criados 39 centros universitários ⁴⁸, e em cinco anos esse número quase triplicou. Porém, de 1999 até 2005, foram criadas apenas mais quatro universidades privadas. Já o setor público em nada se beneficiou com este aspecto do decreto, pois em seis anos criou apenas três centros universitários. Podemos concluir que este aspecto do decreto serviu apenas para beneficiar as IES Capitalistas. Os centros universitários não têm a obrigação de exercer pesquisa e extensão, se caracterizando como universidades puramente de ensino. Disso decorre que não são obrigados a manterem cursos de Pós-Graduação, oferecer cursos em pelo menos três áreas de conhecimento e podem manter um número mínimo inferior de mestres e doutores (20% contra os 33% das universidades), assim como docentes em regime de dedicação exclusiva, 40 horas, (20% frente aos 33% das universidades).

TABELA 7

*Número de Instituições de Ensino Superior por Organização Acadêmica
Brasil 1999-2002-2005*

Organização Acadêmica	Públicas			Privadas		
	1999	2002	2005	1999	2002	2005
Centros Tecnológicos	16	31	53	0	22	131
Faculdades Isoladas	102	80	81	711	1.160	1.493
Faculdades Integradas	2	3	4	72	102	113
Centros Universitários	0	3	3	39	74	111
Universidades	72	78	90	83	84	86
Total	192	195	231	905	1.442	1.934

Fonte: INEP/MEC. Elaboração própria

O depoimento de dois dos maiores empresários da educação brasileiros quanto à criação dos centros universitários são reveladores. João Uchôa Cavalcante, fundador e dono da Estácio de Sá, Rio de Janeiro, diz em entrevista a Folha de S. Paulo: “Depois que

⁴⁷ Em 2004 havia 755 IES Privadas com fins lucrativos, mas o interessante é que grande parte das maiores universidades privadas do Brasil, ainda são fundações sem fins lucrativos, como é o caso das duas maiores IES Privadas do Brasil, a UNIP e a Estácio de Sá (esta última apenas até 2006, pois em 2007 criou a Estácio de Sá Participações). O fato de não assumirem o seu interesse no lucro não altera seu caráter capitalista, pois na essência da produção capitalista, investir o ganho na própria empresa é fundamental no movimento de acumulação de capital, tem-se assim a reprodução ampliada do capital, como desenvolveu Marx em *O capital*.

⁴⁸ As estatísticas do ano 1998 agregam centros universitários e faculdades integradas, dificultando a análise.

o governo criou a figura do centro universitário, ninguém mais quis abrir universidade. Porque (...) não precisa fazer pesquisa e nem precisa ter um terço dos professores em tempo integral, como a universidade. (...) eu não me interessei (...) e nem acho que seja uma pessoa muito interessada pela educação. (...) Eu estou interessado no Brasil? Não, não estou interessado no Brasil. Na cidadania? Também não. Na solidariedade? Também não. Estou interessado na Estácio de Sá” (MINTO, 2006, p. 263). O já citado proprietário da UNIP, João Carlos Di Gênio afirma: “pesquisa é inutilidade pomposa, é uma perda de tempo federal” (MINTO, 2006, p. 263).

O papel do Estado na mercantilização do ensino superior no Brasil, como apontamos, foi de extrema importância. Dentre suas medidas, resta-nos citar ainda o ProUni, através do qual o governo isenta impostos de IES Capitalistas em troca de bolsas para estudantes carentes, o que não representa mais do que um subsídio do governo ao ensino privado com fins lucrativos, uma vez que as IES Privadas filantrópicas e comunitárias, já recebiam essas isenções.⁴⁹

Quanto às legislações da década de 1990 temos, em suma, que a consequência desse movimento para a educação foi o incentivo à privatização do ensino, principalmente médio e superior, deixando para o Estado um papel secundário de simples regulador (MINTO, 2006; SANFELICE, 2003 e SAVIANI, 1998). Dentre as medidas que se manifestaram através da LDB de 1996 e Decretos de 1997, temos: a) a possibilidade dos centros universitários, que têm a autonomia das universidades (concedida após a Constituição de 1988) para criação de cursos, mas cumprem menos exigências em relação à formação dos docentes, pesquisa etc.; b) a possibilidade de existência de IES com fins lucrativos, as quais deveriam obedecer, a partir de então, a legislação de mercado como qualquer outra empresa; c) cursos à distância. Temos ainda outras inúmeras leis, diretrizes e resoluções que possibilitaram a existência e sobrevivência de quase duas mil IES Privadas no Brasil em 2005. (INEP/MEC)

Ademais da importância do Estado, a dinâmica do capital investido na educação não encontrou mais impedimentos do que nos outros setores quando se trata da

⁴⁹ O ProUni foi criado pela Lei nº 11.096 de 13 de janeiro de 2005. Não nos detalharemos sobre as consequências dessa lei, pois sua complexidade vai além dos objetivos desse trabalho. Para um maior entendimento citamos Roberto Leher, o qual em entrevista à *Revista Carta Capital* de 17 de outubro de 2007 afirma: “O ProUni se moldou para atender a essa expansão do setor empresarial na educação. Em 2001, a tendência do setor privado era de encolhimento, pois não havia mais público de classe média para consumir a mercadoria. Mas, desde então, o que vemos é uma forte expansão do setor privado, estimulado no governo Fernando Henrique e agora se alimentando das bolsas do programa”.

concentração, centralização e hoje financeirização. Um exemplo claro é a Anhanguera Educacional S.A.

Através da fusão de várias IES Privadas, visando “(...) dar maior racionalização à estrutura organizacional(...)” criou-se uma “(...) única empresa educacional – uma sociedade anônima – nos moldes previstos no atual Código Civil Brasileiro”, como declara Antonio Carbonari Netto, no *site* da Universidade⁵⁰. A seguir, continua seu discurso declarando os benefícios dessa fusão:

A racionalização e re-estruturação de vários órgãos e serviços já trouxeram uma melhor economia de escala, eliminando duplicidade de funções e de setores. Obtêm-se em contrapartida, a liberdade e responsabilidade de uma organização empresarial, com amplas vantagens na governança corporativa, com possibilidades de parcerias, fusões e incorporações inter-organizacionais, além de oportunidades de melhoria da qualidade e da competitividade.

Neste discurso empresarial não vemos nada que diferencie a exploração da educação na valorização do capital em relação a qualquer outra atividade produtiva. Desde que abriu seu capital em março de 2007 na Bolsa de Valores de São Paulo, a empresa captou 512 milhões de reais, e através de novas aquisições e fusões seu patrimônio se valorizou de 1,7 bilhão para 3 bilhões de reais, como indica a *Revista Carta Capital*, no artigo “O Ensino vai a Bolsa” de 17 de outubro de 2007. Outras IES Privadas não ficaram para trás e também abriram seu capital: a Estácio de Sá, através da Estácio de Sá Participações S.A., já faturou 447 milhões de reais e a Kroton Educacional 478,8 milhões.

Diante da mercantilização mais do que explícita do Ensino Superior no Brasil, como fica a atividade docente? Quais são as especificidades desse trabalho na valorização do capital? No próximo item apresentaremos as principais características do trabalho docente.

III.2. Especificidades do trabalho docente e sua subsunção ao capital

Pelas análises apresentadas no primeiro capítulo desse texto, vimos que a atividade do professor pode ser desenvolvida como atividade produtiva, ou seja, que produz mais-valia. No item anterior comprovamos que no Brasil a utilização capitalista dessa atividade é feita em larga escala. Diferente dos inúmeros serviços que sempre existiram dentro do processo produtivo na valorização do capital, o trabalho docente só foi utilizado mais intensamente na produção de mais-valia nas últimas décadas. Essa utilização capitalista foi

⁵⁰ Disponível em: <http://www.unianhanguera.edu.br/institucional/marca.php>. Acesso em: 08/05/2007.

construída sistematicamente ao longo de décadas, sobretudo, desde 1980 no Brasil, e o coroamento deste processo ocorreu após a segunda metade dos anos 1990. A utilização da atividade docente para a valorização do capital decorre de um amplo movimento do capital. Lessa nos coloca que, com o movimento do capital em diminuir cada vez mais sua base de valorização no trabalho imediato – intercâmbio do homem com a natureza –, houve um aumento na utilização de trabalhos que não se caracterizam como trabalho que transforma a natureza em objetos úteis ao homem para valorizar capital. Como apontamos em outro momento Lessa (2005, p. 58) afirma que: “ao atingir o capitalismo maduro, (...) [há uma] capacidade cada vez maior de a sociedade liberar uma crescente quantidade de força de trabalho para outras atividades que não a transformação da natureza: o crescimento do setor de serviços e das atividades preparatórias dos atos de trabalho é a sua expressão mais direta. Por ocorrer sob a égide do capitalismo, esse crescimento das atividades que não são trabalho intercâmbio orgânico com a natureza vai sendo paulatinamente apropriado pelo processo de autovalorização do capital que, desse modo, converte uma quantidade cada vez maior de atividades humanas em fonte de mais-valia”. Dentre estes temos a utilização do trabalho docente.

O trabalho docente tem a função imediata de transmitir aos alunos os conhecimentos humanos universais, constituídos num processo histórico e social no decorrer do desenvolvimento da humanidade (DUARTE, 2006). A maneira como esse conhecimento é transmitido se caracteriza por um momento de interação professor/aluno, através da aula. Maria Izaura Cação define:

(...) não se pode considerar a aula, simplesmente, como produto da educação escolar, uma vez que a sua realização pressupõe, não a passividade, mas a participação ativa do educando, fato que se constitui em aspecto determinante da própria natureza do processo pedagógico. A aula configura-se, assim, apenas como uma atividade “ou o próprio processo através do qual se buscam determinados resultados” (PARO, 1987,⁵¹ p. 144): a aprendizagem. (...) Neste ato, o aluno apropria-se de um saber que nele se incorpora, permanecendo algo para além do processo de produção. (CAÇÃO, 2001, p. 172)

Além disso, Cação defende que a subsunção apenas formal do trabalho docente seria o limite apresentado por Marx à sua utilização capitalista: “(...) na perspectiva de que o trabalho docente, por sua natureza e especificidade, não se aplicaria senão de forma limitada ao modo de produção capitalista, sendo-lhe impossível sofrer completo processo de objetivação, controle e parcelarização, adotamos, como categoria de análise, a

⁵¹ PARO, V. H. **Administração escolar: introdução crítica**. 2ª Ed. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Autores Associados, 1987.

subsunção formal do trabalho docente ao capital, no sentido *específico* conferido por Marx a esse conceito (...). Apesar de suas conclusões serem semelhantes as nossas, seu objeto de estudo é o professor do ensino público paulista. O trabalhador público não se enquadra como trabalhador produtivo, e por não vender sua força de trabalho a um capitalista, torna-se problemático, portanto, afirmar que este professor é subsumido ao capital. Porém as características apontadas pela autora quanto ao trabalho docente colaboram com nossa análise.

Na educação superior, o trabalho docente pode tomar uma função ainda mais ampla que a do ensino quando se trata de produzir novos conhecimentos, através das atividades de pesquisa, e de divulgar esses novos conhecimentos para a sociedade, através das atividades de extensão (SAVIANI, 1986). Para que isso seja possível é necessário que o professor detenha esse conhecimento universal, um saber que lhe possibilite executar sua atividade.

A atividade de ensino, por si só, já exige um saber do professor. Segundo afirma Saviani (1986, p. 58), o saber “é força produtiva, é um meio de produção”. Para Saviani é exatamente esse meio de produção que o capitalista não consegue retirar do professor. Como atividade que não se extingue após a execução, o meio de produção, o produto do trabalho e o processo produtivo se fundem em um só momento. Saviani afirma ainda que, enquanto o professor detém esse saber, seu trabalho não lhe será indiferente, não será objetivado, ou seja, não será “trabalho tornado um objeto independente dos sujeitos que o realizam” (SAVIANI, 1986, p. 57). E aqui, não se trata só do resultado, mas do próprio processo de produção, o qual para ser objetivado deve tornar o processo produtivo estranho ao trabalhador. O papel do saber para a atividade docente extrapola o papel de um mero instrumento de trabalho, como esclarece Cação:

O saber não desempenha um papel que se restringe a mera instrumentalização dos métodos e técnicas de ensino e aprendizagem, ainda que possa ser visto como *instrumento* de elaboração de um novo produto: a aprendizagem. Extrapola-o, incorpora-se ao produto final, como matéria-prima, presente no ato mesmo de produção do processo educacional, prolongando-se para além dele, incorporando-se ao novo produto: aquilo que o aluno introjetou, analisou e modificou de acordo com suas características pessoais e histórico de vida: a sua aprendizagem. Na produção pedagógica o saber caracteriza-se como um dos elementos centrais do processo de trabalho, não podendo alienar-se ou ser separado do processo de produção, além de concepção do trabalho a ser executado, ele é o próprio objeto de trabalho docente. (CAÇÃO, 2006, p. 12)

Como vimos no capítulo anterior, com a *subsunção real* do trabalho ao capital o processo produtivo torna-se indiferente ao trabalhador, o enfrenta como coisa, como algo

externo e independente dele. A desqualificação do trabalho na subsunção real é extrema a ponto do trabalhador nem ao menos intervir diretamente no processo produtivo. Para o trabalho docente, no entanto, não se aplica nem a desqualificação do trabalho manual presente no taylorismo. Uma vez que, como indica a citação, o saber do professor vai muito além da concepção, trata-se do próprio objeto de trabalho. Esse fato se comprova quando nos deparamos com a “pedagogia tecnicista”.

Saviani nos fala da “pedagogia tecnicista”, através da qual se tentou aplicar nas universidades o planejamento, o controle técnico dos conteúdos pedagógicos de forma a torná-los independentes do professor. A pedagogia tecnicista se colocou como uma das facetas da Teoria do "Capital Humano", presente no segundo período (1960-1980) que indicamos no item anterior, através da qual se tentava trazer a realidade da empresa para dentro da escola, uma vez que o ensino se direcionava para o mercado de trabalho. Nas concepções da época, um conteúdo técnico poderia ser aplicado por uma metodologia técnica (FRIGOTTO, 1993). Saviani nos esclarece:

(...) o anseio da pedagogia tecnicista é garantir a eficiência e a produtividade do processo pedagógico independentemente dos trabalhadores da educação. A eficiência do ensino seria garantida pela racionalização, pelo planejamento do processo sob controle de técnicos supostamente habilitados, passando os professores a plano secundário, isto é, subordinando-os à organização “racional” dos meios. (SAVIANI, 1986, p. 82)

Os anseios da pedagogia tecnicista nada mais eram do que a tentativa de se implantar dentro das escolas o taylorismo, a técnica predominante na época, o qual, como vimos, se caracteriza pela gerência científica, através da qual é retirada qualquer autonomia do trabalhador frente ao processo produtivo. Se pudermos comparar o trabalho docente com o trabalho manual na atividade produtiva, o professor seria como o trabalhador dos primórdios do modo de produção capitalista na cooperação simples, dotado de *skill*. Se fosse possível retirar seu saber e o deixar apenas executando a tarefa – como ocorreu com o trabalho artesão quando surgiram as manufaturas – ele se tornaria “menos intratável”, nas palavras de Ure, o que possibilitaria maior controle do capital sobre o trabalho, mesmo que o capital continuasse dependente da execução. E foi isso que a pedagogia tecnicista, através das práticas tayloristas, tentou fazer: desqualificar o professor.

Essa pedagogia foi aplicada no Brasil a partir de 1969, e fracassou na década de 1980. Segundo Saviani, o motivo do fracasso é a impossibilidade de se objetivar o trabalho na educação, ou seja, subordinar o professor ao processo produtivo, tornando-o estranho a ele. Na tentativa de subsumir o trabalho docente ao capital não se consegue nem ao menos

“taylorizar” esse tipo de trabalho, o que nos comprova que a qualificação do trabalho docente torna-se, assim, imprescindível para o processo educacional.

A tentativa de desqualificar o trabalho docente, através da pedagogia tecnicista, foi percebida pelos professores, “ainda que intuitivamente”. E dela ainda resultaram a descontinuidade, o caos, a irracionalidade e a desorganização, “exatamente o contrário do que se pretendia”. (SAVIANI, 1986). Cação, ao criticar a idéia de que a pedagogia tecnicista conseguiu parcelar e fragmentar o trabalho docente – idéia defendida por muitos autores⁵² – afirma:

O controle sobre o trabalho do professor, a perda de autonomia pedagógica, a fragmentação do trabalho docente não se passam de modo tranqüilo e sem embates no sistema de ensino brasileiro, pois os professores têm lutado para não perder a autonomia, para não serem controlados, assim como têm buscado formas para superarem a fragmentação do trabalho. De igual modo, as características que assume o processo de parcelarização e fragmentação do trabalho docente não pode ser equiparado ao processo ocorrido com o trabalho fabril, devido à própria natureza do trabalho docente, por suas características específicas (...). (CAÇÃO, 2001, p. 179)

Devido às características específicas do trabalho docente percebemos aqui uma importante diferença entre o trabalho docente e o trabalho manual nas atividades produtivas. O trabalho do artesão pôde ser parcelado e controlado pelo capital, já o do professor não. Este teve de permanecer como trabalho complexo, o qual não se pode caracterizar como a soma de muitos trabalhos simples. A tentativa de separar a concepção da execução do trabalho docente falhou, e como explicita Cação: “por suas características e natureza, o trabalho pedagógico exige certa autonomia do docente no que tange a metodologia, conteúdos e materiais compatíveis com cada grupo-classe. Por numerosas sejam as normas curriculares, diretrizes e as decisões dos docentes pouco afetem a adoção e realização de uma política educacional, não é possível, à escola, planejar-se e construir seu projeto político-pedagógico ou os currículos de curso sem a participação efetiva dos professores. A tarefa do planejamento continua sendo uma das competências inalienáveis do docente” (CAÇÃO, 2006, p. 8-9).

⁵² Dentre eles citamos: SÁ, N. P. O aprofundamento das relações capitalistas no interior da escola. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, nº 57, mai. 1986. (p. 20-9); SANTOS, O. J. Organização do processo de trabalho docente: uma análise crítica. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, nº 10, dez. 1989. (p. 26-30); e mais recentemente MIRANDA (2006), a qual conclui que atualmente a subsunção do trabalho docente é real, ou “proto-real” já que o capital *ainda* não “demanda a subsunção real” do professor. Essa conclusão parte do princípio de que, com a precarização do trabalho docente, esta atividade teria tomado as características do trabalho parcelar das fábricas desqualificando o professor.

Mesmo que um professor tenha assumido um cargo administrativo, que o retire da sala de aula e o coloque no planejamento curricular, essa sua atividade não se pode comparar a de um gerente no fordismo, pois sua função não retira a autonomia dos professores, seus colegas, em sala de aula. E isso se dá devido ao caráter individual dessa função, como define Cação (2006, p. 11): “(...) diferentemente da fábrica, na escola reúnem-se e atuam professores de diferentes áreas, de diferentes formações e ramos de conhecimento, o que (...) não permite a formação do coletivo que a fábrica agrupa”. E mais adiante a autora conclui: “o trabalho desenvolvido em sala de aula continuava sendo um trabalho solitário, individual, quase impermeável ao controle externo” (p. 13), “(...) não é necessária a reunião dos trabalhadores [professores] para que a totalidade do trabalho seja executada” (p. 14)

Aqui nos cabe um comentário acerca do processo de subsunção no processo produtivo da fábrica. O trabalho do artesão se caracterizava por duas fases simultâneas: a concepção e a execução. A execução exigia-lhe a delicadeza dos movimentos, a precisão, a habilidade manual. A concepção era o momento que envolvia a criatividade, mas também noção precisa de dimensões, medidas, texturas, percepção do material a ser utilizado. A execução, com o desenvolvimento das forças produtivas do capital, pôde ser retirada do homem e transmitida para a máquina. Da concepção, os *softwares* puderam assumir o papel de selecionar materiais, determinar dimensões e medidas do produto, no entanto, são programados pelo trabalho vivo e exigem conhecimento imanentemente humano, assim como a criatividade, a qual é executada no processo produtivo de transformação da natureza pelo trabalho vivo, como o é hoje a função dos *designers*. Trabalhos imanentemente humanos, mesmo na fábrica, continuam subsumidos apenas formalmente. Já no trabalho docente, *todo* processo produtivo se caracteriza por ser imanentemente humano.

Ao complementar seu raciocínio acerca do fracasso da pedagogia tecnicista Saviani afirma que o limite apontado por Marx para a utilização dos serviços na produção capitalista também se manifesta na impossibilidade de se separar produção e consumo, no caso da aula ela é produzida e consumida simultaneamente. Tratava-se aí de uma análise baseada no resultado do processo produtivo. Se esse trabalho resulta em algo material, o produto será consumido após a execução da atividade, já quando o resultado não é material, o consumo é simultâneo à execução. Como apontamos no primeiro capítulo desse trabalho, essa divisão é fetichizada. Como já indicamos, Marx esclarece:

Quando falamos da mercadoria como materialização do trabalho – no sentido de seu valor de troca –, trata-se apenas de uma simples maneira de ser ideal, isto é, meramente social de mercadoria, e nada tem a ver com sua realidade corpórea; concebe-se a mercadoria como determinada quantidade de trabalho social ou de dinheiro. É possível que o trabalho concreto de que resulta, nela não deixe vestígio. (MARX, 1980, p. 151)

O que significa que a distinção entre trabalho material e não-material em nada influencia na função social da atividade. A questão dos serviços serem inadequados ao capital não pode, portanto, se manifestar em seu resultado, mas sim em sua especificidade, ou seja, possuir características immanentemente humanas. Além do mais, as atividades dos serviços podem materializar-se ou não num produto, e mesmo assim continuarem inadequadas ao capital, como é o caso dos trabalhadores dos serviços dentro das fábricas, os quais direcionam suas funções à produção material. Para Saviani, tratar da diferenciação entre trabalho produtivo e improdutivo na educação é inadequada, preferindo contrapor trabalho material e não-material, como indicam os seguintes trechos:

Parece-me, pois, que tentar compreender o significado do trabalho em educação pela via da polarização entre trabalho produtivo e improdutivo é laborar um equívoco. Trata-se, aí, de uma polarização inadequada porque nós poderemos ter trabalho em educação que gera mais-valia como um trabalho que não gera mais-valia. (SAVIANI, 1986, p. 79)

Parece-me que a contraposição correta seria entre trabalho material e trabalho não material. No caso desta distinção o que se pode constatar é que a produção não material não está vinculada ao modo de produção capitalista. (SAVIANI, 1986, p. 80)

A escolha de Saviani se vincula diretamente à sua tentativa de unificar a “classe” dos trabalhadores da educação: “a distinção entre produção material e produção não material permite situar o conjunto dos professores no âmbito da produção não material (...). Com isso se torna possível unificar a luta dos professores a partir da especificidade do trabalho pedagógico (...). E isso em toda e qualquer instituição de ensino, seja ela mantida pelo setor público ou privado” (SAVIANI, 1986, p. 86). Ao se tratar da luta política por condições adequadas ao exercício da atividade docente, as observações de Saviani são pertinentes. Porém, este autor, ao se basear nas diferenças entre trabalho material e não-material para caracterizar o trabalho docente, identifica nesta separação o limite para a adequação da atividade docente à produção capitalista.

Em nossa análise temos que o limite encontrado no trabalho do professor, não está na impossibilidade de se separar a produção do consumo, característica do trabalho não-material. Mas porque a atividade em si carrega atributos humanos, os quais não puderam

ser objetivados, nem mesmo no caso do trabalho não-material cujo resultado é material, como indicamos ser o trabalho do *designer*. Podemos ilustrar nossa afirmação com o trabalho de *telemarketing*. Esta atividade não resulta em nenhum produto, ou seja, é não-material. Porém pôde ser desqualificada. Seus trabalhadores não têm autonomia na sua atividade, todas as falas e até o tom e os tempos de fala são determinados pela empresa capitalista que os contrata; a eles só resta executar. Essa atividade de serviços pôde ser desqualificada exatamente por não envolver atributos imanentemente humanos. Ao contrário do trabalho docente.

Saviani exemplifica sua posição afirmando que esta separação entre produção e consumo na educação se dá apenas em algumas esferas e de forma limitada, como, por exemplo, nos “pacotes pedagógicos”: “(...) nesse caso uma aula pode ser produzida e convertida em pacote (cassete) que pode ser adquirido como mercadoria”. Porém isso não pode ser generalizado: “tal tendência não pode se generalizar simplesmente porque ela entra em contradição com a natureza própria do fenômeno educativo” (SAVIANI, 1986, p. 82). O saber docente não se resume a um momento de concepção, e disso tratamos ao apontar a especificidade da aula, mas reafirmamos que se trata de uma interação professor/aluno, sem a qual o processo educativo não pode se manifestar.

Diante da especificidade do trabalho docente, da imprescindibilidade de seu saber ao processo produtivo educacional, cabe-nos agora apresentar nosso argumento acerca da impossibilidade de subsunção real do trabalho docente ao capital. Em nosso entendimento, essa impossibilidade pode ser explicitada pelos próprios conceitos de “real” e “formal”. Marx na obra *Crítica da filosofia do direito de Hegel*, ao descrever democracia como algo real afirma: “Democracia é conteúdo e forma”, já a monarquia “deve ser apenas forma, mas ela falsifica o conteúdo” (MARX, 2005, p. 49). Mais adiante Marx complementa:

Na monarquia o todo, o povo, é subsumido a um de seus modos de existência, a constituição política; na democracia, a *constituição mesma* aparece somente como *uma* determinação e, de fato, como autodeterminação do povo. Na monarquia temos o povo da constituição; na democracia, a constituição do povo. (...) Em todos os Estados que diferem da democracia o que domina é o *Estado*, a *lei*, a *constituição*, sem que ele domine realmente, quer dizer, **sem que ele penetre materialmente o conteúdo das restantes esferas não políticas**. (grifo nosso) (MARX, 2005, p. 50-51)

Algo para ser real deve coincidir conteúdo e forma, essência e aparência. A democracia, por ser real, teve de “penetrar materialmente o conteúdo”. O mesmo se dá quando há subsunção real, o processo material de produção deve se modificar. Como indica Marx:

Na subsunção real ao capital (...) desenvolvem-se as forças produtivas sociais do trabalho e, graças ao trabalho em grande escala, chega-se à aplicação da ciência e da maquinaria à produção imediata. Por um lado, **o modo de produção capitalista, que agora se estrutura como um modo de produção *sui generis*, origina uma forma modificada de produção material.** Por outro lado, essa modificação da forma material constitui a base para o desenvolvimento da relação capitalista, cuja forma adequada corresponde, por consequência, a determinado grau de desenvolvimento alcançado pelas forças produtivas do trabalho. (grifo nosso) (MARX, 1985, p. 105)

Na produção capitalista de bens materiais, quando a subsunção era apenas formal, a produção já era capitalista, mas na essência *quem dominava* o processo produtivo, como no caso da cooperação simples, *era o homem*. Porém, quando a subsunção se torna real e o modo de produção torna-se especificamente capitalista, a produção imediata é executada pela máquina, trabalho social objetivado, não mais pelo homem, agora desqualificado e até mesmo supérfluo, como ocorre na grande indústria com a aplicação da maquinaria. A forma é capitalista e quem produz é o próprio capital, aparência e essência coincidem.

Ao analisar o trabalho docente sob essa perspectiva, percebemos que esse tipo de trabalho será apenas, e exclusivamente, subsumido formalmente, quando se trata do processo de ensino e de aprendizagem. Isso ocorre pois a essência da aula e da produção de conhecimento é o saber, e o saber é um atributo imanentemente humano. A subsunção real do professor ao capital tornaria o capital detentor desse saber, desqualificando o trabalhador e contrapondo esse saber ao próprio homem, como trabalho objetivado. Porém, nem o saber pode ser objetivado nem o capital pode ser detentor desse saber, pois se o fosse o capital igualaria sua forma à essência humana, e como afirma Sérgio Lessa (2005, p. 82): “Não há identidade absoluta possível entre capital e humanidade”.

Podemos assim afirmar que tanto o trabalho docente, quanto qualquer outra atividade que envolva atributos imanentemente humanos, jamais serão subsumidos realmente pelo capital.

Na produção capitalista o que interessa ao capital é exatamente a desqualificação do trabalho. Porém, atributos humanos muitas vezes se tornam indispensáveis para o processo global de produção capitalista. Tanto para a produção da mais-valia, quanto para sua realização. Criatividade, comunicação, informação são cada vez mais indispensáveis, como indica Negri. No processo produtivo material, a qualificação em certos setores se torna indispensável. Muitos são hoje os trabalhos na área de economia que tratam da estratégia de grandes empresas em subcontratar empresas menores em diversos países para que essas realizem as atividades de produção propriamente dita (material). Assim as grandes

empresas mantêm em suas plantas apenas atividades qualificadas, tais quais: *marketing, designer, P&D*; como é o caso da Benetton no ramo têxtil (LAZZARATO e NEGRI, 2001). Aqui, desqualificar o trabalhador significaria perder lucratividade, pois esta está ligada diretamente à qualificação. Cabe-nos agora as questões: essa análise serve para a qualificação do professor? O lucro da IES Capitalista está diretamente ligado a qualificação do trabalho docente? No próximo item vamos apontar alguns elementos que nos esclareçam sobre essas questões, apresentando a especificidade do trabalho docente nas IES Capitalistas.

III.3. Considerações acerca do trabalho docente nas IES Capitalistas

“A faculdade privada é uma empresa que vende diplomas. O aluno é o consumidor interessado e o professor é aquele que atrapalha a transação”. (Frase pichada em banheiro de Universidade)

Num “mundo ideal”, voltado para o bem-estar da sociedade e para o desenvolvimento do homem, toda Instituição de Ensino Superior teria como preocupação central a qualidade do ensino que oferece. Dessa maneira, professores qualificados e em constante aprimoramento profissional seriam indispensáveis. Ao mesmo tempo, os alunos preocupados em usufruir ao máximo os conhecimentos a que tivessem acesso seriam exigentes quanto à qualidade do ensino recebido. Neste “mundo ideal” certamente não haveria espaço para a valorização do capital. Então vamos vislumbrar o mundo capitalista. Um consumidor que necessite de um objeto, uma geladeira, por exemplo, vai a uma loja e adquire esse valor de uso, o qual pode apresentar-se com mais ou menos recursos, mas independente do preço que o consumidor puder pagar, este levará para casa um objeto que cumprirá o seu valor de uso, conservar e gelar os alimentos. Como já apontamos em nosso texto, por trás da fabricação de qualquer valor de uso existe um serviço. Para a fabricação e venda da geladeira tivemos o trabalho do engenheiro que projetou o motor, do *designer* que desenhou o modelo, entre outros. A qualificação desses trabalhadores foi de extrema importância na valorização do capital investido na fabricação de geladeiras. Se qualquer um deles não cumprisse sua função, o qual se caracteriza por atributos imanentemente humanos, a geladeira não funcionaria ou não seria vendida. Essa qualificação presente na valorização do capital é exatamente aquela elucidada por Negri, sem a qual o capital não se valorizaria. E este tipo de trabalho qualificado não pode ser subsumido realmente pelo

capital, ao mesmo tempo em que o capital necessita dessa qualificação para se valorizar. Será que essa lógica se aplica à valorização do capital investido no ensino superior? Será que a qualificação do docente é imprescindível à valorização do capital? E vamos mais além, se trata aqui da venda e compra de ensino, aprendizado, educação? O que o aluno vai comprar ao procurar uma IES Capitalista? E o que o capitalista da educação quer vender? Certamente não se trata da oferta de ensino e da aquisição de aprendizado como no “mundo ideal”. Com base em nossas leituras e no contato direto que tivemos com professores e alunos de várias IES Capitalistas⁵³, apontamos aqui algumas considerações, as quais não podem ser conclusivas, uma vez que não há muitas informações objetivas a respeito. Nossas considerações caminham por duas vertentes:

- 1) O ensino e a aprendizagem não são o principal interesse das IES Capitalistas e de grande parte de seus alunos, trata-se da compra e venda de diplomas e não de ensino e aprendizado. Dessa forma a precarização do trabalho docente se dá em detrimento à qualidade do ensino, sem que isso diminua os ganhos do capitalista; e
- 2) Apontamos a hipótese de que os atuais métodos pedagógicos, com base nas concepções pós-modernas e neoliberais, minam o saber docente, de forma sutil e devastadora, envolvendo ideologicamente o professor.

Como apontamos em outro momento, o que interessa ao capitalista é a extração de mais-valia. Observamos no desenvolvimento das formas sociais de trabalho, a partir do período manufatureiro, que o capital buscou na desqualificação do trabalho o aumento da sua valorização, de forma que, cada vez mais, pôde dominar seu próprio processo de valorização. Isso, pois o saber impossibilitava a subsunção real do trabalho, além de tornar o trabalhador “voluntarioso” e cujos caprichos prejudicam o processo de produção, como afirmava Ure. Dessa forma, o interesse do capitalista se direciona à desqualificação do trabalhador. No nosso caso, desqualificação do professor. Respondendo a questão de que se a qualidade do trabalho docente influencia positivamente na valorização do capital investido na educação – assim como a qualificação dos serviços na fábrica se relaciona

⁵³ Para nossa pesquisa visitamos algumas IES Privadas, principalmente no interior de SP (regiões de Araraquara e Campinas), conversando, em entrevistas informais, com vários professores e alunos, e em alguns casos até com diretores, pró-reitores e fundadores de algumas dessas instituições. Por esse nosso contato ser informal, não explicitaremos as IES nem a identidade dos entrevistados.

positivamente com a valorização do capital industrial – a resposta é NÃO. Ou ao menos, muito pouco.

Ao analisarmos o aluno ingressante nas IES Privadas, temos que em sua grande maioria estes se formaram em escolas públicas (SAMPAIO, 2000). O ensino público, fundamental e médio, sofreu durante todo período da ditadura, adentrando aos dias de hoje, um processo de precarização, atingindo atualmente níveis baixíssimos de qualidade e de aprendizado.⁵⁴ Já o docente que atua nas IES Privadas sofreu durante a década de 1990 o impacto direto da nova legislação educacional, embora a mesma se refira predominantemente aos aspectos burocráticos e administrativos, os quais não influenciam diretamente o conteúdo das aulas. Apontamos a afirmação de Cação acerca dos impactos da tentativa de controle do capital frente ao trabalho docente:

Por mais que haja instâncias controladoras do trabalho pedagógico, por meio de diversos órgãos do sistema educativo e pela criação de especialistas de ensino, esse controle mostrou-se mais voltado a aspectos burocráticos e quantitativos do processo de ensino-aprendizagem. Não buscava controlar, diretamente, o saber veiculado durante o processo, o conteúdo intelectual, meio e fim do processo de transmissão e assimilação, mas os aspectos estatísticos dele resultante. O trabalho desenvolvido em sala de aula continuava sendo um trabalho solitário, individual, quase impermeável ao controle externo. (CAÇÃO, 2006, p. 13)

Apesar do conteúdo das salas de aula não terem sido impactados diretamente pela legislação, temos na criação dos centros universitários um indício da precarização do trabalho docente. Como vimos, nessa forma de organização acadêmica não há a necessidade da pesquisa e da extensão. O capital encontrou aí uma brecha para aumentar sua exploração do trabalho docente.⁵⁵ O professor agora irá dedicar seu tempo na IES Capitalista exclusivamente para o ensino. Com raras exceções as IES Capitalistas nada ganham com a pesquisa.⁵⁶ Dessa forma, mantendo um mínimo de 20% dos seus docentes em regime de dedicação exclusiva (40 horas), a IES Capitalista pode contratar todos os

⁵⁴ Autores como Newton Duarte nos colocam que não é de interesse das classes dominantes que a classe trabalhadora tenha acesso aos conhecimentos universais e dessa maneira, o processo de esvaziamento de conteúdos do ensino direcionado aos extratos mais pobres da sociedade é um fato natural.

⁵⁵ Para faculdades integradas e faculdades isoladas as exigências de titulação, pesquisa e extensão praticamente inexistem, possibilitando uma precarização ainda mais intensa do trabalho docente. Porém, essas formas de organização acadêmica enfrentam uma maior burocracia para abrir e fechar cursos, o que resulta numa liberdade menor para ajustar a oferta de cursos à demanda, tornando-se, de certa forma, inadequadas à acumulação de capital.

⁵⁶ Como já apontamos em outro momento, na opinião de um dos maiores empresários da educação: “pesquisa é inutilidade pomposa, é uma perda de tempo federal”.

demais professores em regime de horas-aula⁵⁷. Esse regime é um dos principais pontos de precarização do trabalho docente.

Com a pequena exigência de titulação e nenhuma exigência na qualidade de formação do professor por parte dos órgãos reguladores (MEC), achamos pertinente, no caso do trabalho horista, a afirmação de Miranda (2006, p. 5): “o professor possui uma dupla autonomia, que se expressa, por um lado, pela autonomia de exercer sua criatividade *sem tempo* para planejamento dada à intensificação de sua jornada e por outro lado, a autonomia de planejar aulas com sua *baixa qualificação*, de fato”.

O professor horista da IES Capitalista, predominantemente especialistas e mestres⁵⁸, *normalmente* dá aula todos os dias da semana para poder se manter. Ele se transforma assim, num mero reprodutor de conhecimento, pois não tem tempo para se dedicar ao seu aprimoramento, ao estudo, muito menos à busca de qualificação, através de programas de mestrados e doutorados, pois dentro dessas IES cabem apenas 20% de docentes titulados.

Tem-se assim, que o professor que hoje permanece nas IES Capitalistas, mesmo que por ela passem docentes cuja formação seja em IES Públicas, é o professor cuja formação é deficiente, advinda exatamente de IES Privadas. Além do mais, trabalhando como horista, além de não lhe sobrar tempo para pesquisa e aprimoramento individual, muitas vezes este docente não tem tempo nem para preparar aulas. Outro agravante, que decorre exatamente da existência dos centros universitários, é que a lógica dos cursos nas IES Capitalistas deve responder à demanda. Cursos que não tem demanda devem ser fechados, dessa forma o professor constantemente se vê sem emprego para o ano seguinte, pois os cursos em que ministra aula podem não mais existir.

Outro aspecto que observamos nas IES Capitalistas se refere às burocracias que o professor deve se adequar. Em grande parte dessas IES, é o professor que diariamente digita, no banco de dados da instituição, todo o conteúdo ministrado em aula e as faltas dos alunos. Essa atividade, que nada tem a ver com o trabalho docente, consome o professor, reduzindo ainda mais o tempo de estudo.

Ao mesmo tempo, o aluno formado nas escolas públicas não tem meios para avaliar o ensino que recebe nas IES Capitalistas, e muitas vezes seu interesse como consumidor é

⁵⁷ Em 2005, 60% dos professores das IES Privadas eram horistas, 24% trabalhavam em regime de parcial (20 horas semanais) e apenas 16% em regime integral (INEP/MEC).

⁵⁸ Em 2005, apenas 12% dos docentes das IES Privadas eram doutores. Nas IES Públicas esse número é de 40%. Mas se formos considerar somente as Universidades Estaduais Paulistas temos que o percentual de doutores é de 90%. (INEP/MEC)

o de adquirir o diploma de ensino superior, e não conhecimento. A qualificação dos professores poderia servir de atrativo para os alunos, ou para determinar uma mensalidade mais alta, o que nada seria além de uma estratégia empresarial como tantas outras. Mas normalmente o aluno se interessa pela IES nas quais os cursos são mais baratos, independente da qualidade oferecida.⁵⁹ Assim, na média, a proporção entre professores mais ou menos qualificados numa instituição não se dá em função da qualidade do produto final, mas às exigências burocráticas dos órgãos de regulação, no caso o MEC. E concluindo a questão apontada acima, a qualidade do ensino oferecido não interfere na valorização do capital da empresa da educação, diferentemente do trabalhador qualificado dos serviços, como elucidava Negri, o qual era imprescindível para os ganhos da empresa.

Outro aspecto que pudemos comprovar é a falta de liberdade do docente em avaliar seus alunos. Com o lema de “aluno como receita e professor como despesa”, muitas IES Capitalistas criam critérios de avaliação, além do calendário dessas avaliações, que resultam num nível de aprovação muito superior ao que corresponderia realmente ao aprendizado do aluno. Além do mais, a formação deficiente desse aluno antes de seu ingresso na IES restringe os conteúdos que o professor poderia aplicar, uma vez que o docente tem que garantir a aprovação do aluno.

Essa perversa aliança entre IES Capitalistas que não se interessam em ensinar e alunos que não se interessam em aprender, pois o que compram é o diploma, impacta diretamente no trabalho docente. Nesse caso, as questões colocadas acerca da subsunção do trabalho docente pelo capital não se tornam mais uma barreira intransponível para a valorização do capital no “tráfego de conhecimentos”. O que interessa ao capital é a venda de diplomas e não o que o saber docente pode oferecer: conhecimento e aprendizado. Dessa forma, a qualificação do professor torna-se dispensável, embora seu conhecimento não tenha sido expropriado e posto em função do capital, como ocorreu com o trabalho

⁵⁹ Em uma IES Privada que visitamos ocorreu um fato interessante: em 2006, o curso de pedagogia contava com cerca de oitenta alunos por sala e a IES cobrava uma mensalidade razoavelmente alta para os padrões (acima de R\$ 300,00). O curso contava com vários doutores, cuja formação e pós-graduação eram em IES Públicas, além de serem contratados em regime de dedicação exclusiva (40 horas), o que de certa forma fazia imaginar um ensino com um mínimo de qualidade. Porém, em 2007 a região recebeu a oferta de cursos de pedagogia à distância, que sem dúvida oferecem um ensino pior. A mensalidade desses cursos à distância era inferior a R\$ 150,00. O resultado foi que neste ano a IES Privada em questão recebeu menos da metade dos alunos que nos anos anteriores. E muitos dos que lá cursavam pedagogia abandonaram seus cursos presenciais para os concluírem à distância. Já que mencionamos o ensino à distância (EAD), cabe um breve comentário. Ao nosso entender os EAD são a forma mais fácil de vender diplomas, sem a intervenção inconveniente dos professores, porém não forma os alunos e não os prepara, não podendo ser portanto entendido como uma forma de educação superior, pois nem ao menos transmite conhecimento. Mas esse não é nosso tema, e cabe lembrar o comentário de Saviani acerca dos pacotes pedagógicos, cujo princípio é o mesmo do EAD, os quais, segundo o autor, pela própria natureza do trabalho pedagógico, não podem se generalizar.

manual. O professor qualificado numa IES Capitalista é dispensável, porém estes ainda estão presentes como trabalhadores dos empresários da educação. E como o que interessa é a desqualificação e não a qualificação do trabalhador, quanto mais qualificado este for, mais inadequado à IES Capitalista. Para essa instituição interessa apenas pelo o trabalho docente enquanto forma, ou seja, enquanto a venda do diploma puder se consumir somente após um período mínimo de aulas, para as quais, o professor é indispensável. Normalmente, o conteúdo quanto menor, melhor para a IES Capitalista e para o interesse do aluno consumidor.

Existem professores nas IES Capitalistas cujo comprometimento com o trabalho docente é mínimo, ou seja, tanto faz estarem vendendo sua força de trabalho para o empresário da educação ou para o proprietário da fábrica de sapatos. Nestes casos, não são seus atributos enquanto professor que o fazem inadequado para a valorização do capital, mas o simples fato de serem trabalho vivo. Mas estes, assim como nos serviços na fábrica, o capital pode tentar um “envolvimento cooptado”, ou seja, fazê-lo “vestir a camisa da empresa”. O mesmo não pode ocorrer com muitos professores, cujo trabalho não se compromete com a IES, mas com o conhecimento e sua transmissão. Dentre os professores que encontramos nas IES Capitalistas, quanto melhor a sua formação, ou seu envolvimento com a atividade docente, mais inquietos e insatisfeitos estes estão com os limites que o capital lhes impõe, assim como “o Poeta” da nossa epígrafe. Isso torna o professor “voluntarioso” e aumenta sua insubordinação frente ao capital. Temos aqui o problema colocado por Andrew Ure.

Além disso, o saber docente, mesmo não sendo necessário realmente à IES Capitalista, o é formalmente. Ainda que superficialmente, o MEC exige conteúdos especializados para cada curso. E no atendimento dessa exigência, mesmo que o conteúdo em si não seja repassado aos alunos, a IES Capitalista não conta com um trabalhador intercambiável. Diante disso, temos a hipótese de que, nos dias atuais, se configura uma forma sutil e devastadora de esvaziamento do conhecimento. Disso faremos alguns apontamentos, os quais pretendemos desenvolver em outros trabalhos.

Na obra *O Capital*, Marx nos mostra como o capital tenta a todo o momento minimizar a sua dependência da classe operária. Na trilogia sobre cooperação, manufatura e grande indústria, o autor nos deixa claro o caminho percorrido pelo desenvolvimento das forças produtivas para minimizar essa dependência. Longe de considerarmos o capital como um “ser racional”, o qual planeja de forma sistemática como se livrar dos trabalhadores, o que por si só já é uma contradição, sabemos que são a luta de classes e a

concorrência intercapitalista que impulsionam o desenvolvimento das forças produtivas, as quais são apropriadas pelo capital. Sendo assim, o papel de resistência ou de envolvimento com a ideologia dominante por parte da classe trabalhadora deve ser considerado sempre como determinante para os rumos do capitalismo.

Quando colocados como produtores de mais-valia, os professores vêem-se como centro da valorização do capital do empresário da educação superior. Dessa maneira, o papel do professor frente à exploração de seu trabalho para a produção de mais-valia é de extrema importância para se compreender os rumos que essa forma de valorização de capital irá seguir.

Como o saber é dispensável para a valorização do capital nas IES Capitalistas, o domínio desse saber por parte do professor traz vários problemas para o capital, como a insubordinação apontada por Andrew Ure, além do que, como formalmente o saber docente é necessário, o professor não é intercambiável. Frente a esses entraves para o capital, temos que é necessário entender as práticas pedagógicas atuais – determinadas e estruturadas com intervenção das agências mundiais (MINTO, 2006; SANFELICE, 2003), as quais servem ao interesse dominante da classe dominante, a burguesia – e como estas possibilitam a valorização do capital utilizando-se da mercantilização do ensino superior, o qual se torna cada vez mais atrativo de novos investimentos, inclusive estrangeiros (FSP, 2006).

Para o entendimento das práticas pedagógicas atuais entendemos que a influência dos pressupostos pós-modernos⁶⁰ na educação seja um indicativo de como o saber do professor do ensino superior precariza-se de maneira quase sutil, trata-se de uma *manipulação ideológica*. Esta se dá, objetivamente, pela substituição do conteúdo por método, do conhecimento universal por elementos do cotidiano, das relações sociais materiais historicamente determinadas por uma infinidade de elementos subjetivos fragmentados. Esse processo fica claro quando temos os princípios da pós-modernidade explicitados. Pereira entende que no mundo pós-moderno são necessários:

Um questionamento dos princípios e pressupostos do pensamento ocidental estabelecidos e desenvolvidos a partir do iluminismo; desconfiança das metanarrativas, isto é, das explicações abrangentes e totalizantes, fechadas e excludentes; desconfiança do poder da razão para sozinha realizar o projeto de emancipação proposto na modernidade; desconfiança das reduções da complexidade; questionamento da hegemonia do método racional como único

⁶⁰ Vale ressaltar que quando se fala do pensamento pós-moderno ou de pós-modernidade, são inúmeros os elementos para o debate. Dentre os textos que debatem criticamente as idéias pós-modernas citamos: Wood (1999), Lombardi (2003), Sanfelice (2003), Moraes (2003) e Frederico (1997).

método para a construção do conhecimento válido; o surgimento de múltiplos enfoques sobre o fenômeno; conhecimento visto como construção social, historicamente determinado. (PEREIRA, 2003, p. 135)

Um pós-moderno da educação (como quase todos os que publicam na Editora Artmed), Kincheloe, defende, entre outros aspectos: a) o fim de uma “epistemologia da verdade única” na educação; b) da possibilidade da razão como método, por ter sido “minada por aqueles no poder que falam com a autoridade da ciência”; c) a importância da subjetividade “como resultado de forças culturais de raça, classe, gênero e local”, a qual deve ser considerada como elemento para o aprendizado (KINCHELOE, 1997).

É preciso então entender se, quando essas práticas se tornam os elementos centrais do ensino e da pesquisa, a formação do professor – para que este atenda essas exigências – tornar-se frágil, pois o que até agora era erudito e essencial se torna desnecessário. Se isso se confirmar, o capital retiraria conteúdo do saber docente, com consentimento do professor, livrando-se assim de uma contradição na utilização do trabalho docente: a insubordinação do trabalhador, “massificando” o seu saber, uma vez que somente o cotidiano interpretado individualmente por cada subjetividade seria o único conhecimento importante, tornando, assim, o professor intercambiável.

Se esses elementos se aliarem à concepção de universidade como formadora de “recursos humanos”, aproximando-a das necessidades do mercado, assim como defendia a Teoria do “Capital Humano”, a qual, segundo Sanfelice (2003), é ainda atual, torna-se ainda menos necessário um professor com amplos conhecimentos. E segundo Fonseca, como também para muitos dos que discursam no mundo empresarial, neste período de “informatização e comunicação”, o que o mercado necessita é de profissionais que estejam preparados para as mudanças e saibam rapidamente se adaptar a elas. Aplica-se então a “educabilidade cognitiva”, a pedagogia tão em moda do “aprender a aprender”, apropriada por neoliberais e pós-modernos (DUARTE, 2006). Fonseca defende:

A escola ou qualquer outro centro de formação profissional (CFP), sendo as verdadeiras casas da inteligência, devem ser os centros geradores de pensadores e os centros por excelência de desenvolvimento de recursos humanos (RH). Como centros de desenvolvimento do potencial humano, eles devem ser concebidos como os centros de treino cognitivo para a adaptação à mudança. Na sua essência, a escola e os CFP são os locais preferenciais para ensinar a pensar, os centros privilegiados de experiências intelectuais. Eis o desafio do futuro. (FONSECA, 1998, p. 311)

Com essas práticas como condutoras das reformas curriculares nas mais diversas IES Capitalistas, faz-se necessário compreender até que ponto os cursos esvaziados de

conteúdo tornam-se “armas” dos empresários da educação para transformar professores em trabalhadores intercambiáveis, sem que isso afete o “bom” andamento de suas IES. O que certamente facilitaria o aumento do ganho capitalista, a valorização do capital.

Aqui temos uma hipótese de como o capital pode, de certa forma, controlar o trabalho docente, determinando que saber é “saber esvaziado”, que conteúdo é aparência e que método é conhecimento. Comprovar essa hipótese demanda outro trabalho e maiores aprofundamentos na área de educação, mas para os objetivos aos quais nos propomos ficam esses apontamentos.

Concluimos, então, que a subsunção formal do trabalho docente se aplica, de fato, quando o objetivo é o ensino e o aprendizado. Nesse processo o saber torna-se indispensável. Porém, quando se trata da venda de diplomas, explorando o trabalho docente na valorização do capital, não se tem um processo de ensino e aprendizado, tornando o saber docente dispensável. Neste caso, como observamos nas IES Capitalistas, mais do que a impossibilidade da subsunção real (a qual se aplica apenas quando o saber é determinante na valorização do capital), a barreira para se valorizar o capital nas empresas que traficam conhecimento manifesta-se na qualificação do professor, por esse se tornar “voluntarioso” e não ser intercambiável. Diferentemente das empresas capitalistas, nas quais atualmente a qualificação do trabalhador é elemento imprescindível para o produto final e para a valorização do capital, nas IES Capitalistas o trabalho docente importa apenas enquanto exigência formal dos órgãos reguladores, portanto, quanto menos qualificado o professor for, melhor para a IES Capitalista. Porém, não se aplica ainda nas IES Capitalistas a subsunção real do trabalho docente, como ocorre na grande indústria com a aplicação da maquinaria. O que percebemos é um trabalhador desqualificado e quiçá, em breve, intercambiável. Mas o seu trabalho não foi objetivado. Isso coloca o trabalho docente nas IES Capitalistas na transição entre a subsunção formal e a subsunção real. Uma vez que não se trata da subsunção formal presente no trabalho qualificado nos serviços ou no trabalho da cooperação simples, nem da subsunção real do trabalho presente na grande indústria, na qual o processo produtivo foi objetivado, tornando o trabalhador um apêndice, ou até mesmo supérfluo na produção imediata.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante o século XX e adentrando pelo século XXI, o capital sofreu uma mutação no seu processo de valorização. Essa mutação, no entanto, não significou nenhuma transformação em sua essência, pois o trabalho vivo excedente, apropriado pelo capital, segue como única fonte de valor. O que se viu nas últimas décadas foi um “esvaziamento” das fábricas, alargando as fileiras do “exército industrial de reserva”; e uma utilização intensa do trabalho mais qualificado, principalmente nas atividades de serviços para valorizar capital.

O modo de produção capitalista se inicia com a subsumção formal do trabalho ao capital. O capitalista burguês detém a propriedade dos meios de produção e de subsistência do trabalhador, o qual a este vende sua força de trabalho, produzindo mercadorias que lhe são alienadas. A produção só se torna, porém, essencialmente capitalista quando o processo produtivo se transforma materialmente, ajustando-se, tornando-se específico à produção capitalista. O trabalho é então subsumido realmente pelo capital, e o trabalhador, expropriado de seus meios de produção, e agora do saber para a execução do processo produtivo, torna-se supérfluo. Esse processo se efetiva dentro das fábricas capitalistas através do processo de automação, que substitui o trabalho vivo imediato por máquinas.

Com a subsumção real do trabalho, trabalhos mais qualificados, antes distantes do processo de valorização do capital, agora se tornam diretamente produtivos. Dentre esses trabalhos temos os serviços de dentro das próprias fábricas, como os trabalhos do engenheiro, do programador, do *designer*, do especialista no setor de P&D, entre outros trabalhos qualificados. Fora das fábricas há um crescimento relativo da utilização de atividades como ensino, saúde, artes, e serviços em geral, na valorização do capital.

O trabalho qualificado não pode, no entanto, ser subsumido realmente pelo capital, pois o trabalhador detém o saber acerca do processo produtivo, que permanece distante do domínio do capital, tornando essa forma de trabalho inadequada à natureza capitalista. Na produção material todo o saber que envolvia a habilidade manual, a precisão de movimentos e até mesmo a força, foi retirado do trabalhador, possibilitando que esses trabalhos fossem subsumidos realmente pelo capital. O saber do trabalhador dos serviços envolve atributos humanos, como a criatividade e a comunicação, os quais são imanentes ao homem. O capital pode subsumir formalmente essas formas de trabalho, colocando sob seu domínio esses trabalhadores e direcionando seu saber para sua valorização, seja em

trabalhos cujo resultado é material (como na fábrica), seja naqueles cujo resultado é imaterial (como no ensino). Já a subsunção real pressupõe o domínio do processo produtivo por parte do capital, e não só, também a expropriação do saber do trabalhador, tornando-o supérfluo à produção.

O capital conseguiu extinguir a qualificação do trabalho manual, substituindo os trabalhadores por máquinas e subsumindo o trabalho formalmente e materialmente. Porém, a qualificação dos serviços é saber e atributos imanentemente humanos. Para tornar essa produção independente do homem o capital precisaria criar uma “máquina” dotada de inteligência, sentimentos, criatividade, sensibilidade, intuição, enfim, teria que igualar essa máquina ao homem. Essa suposição fictícia, explorada amplamente pelo cinema, não se aplica ao mundo real. O que nos faz concluir que por mais ampla que seja a utilização dos serviços para a valorização do capital, essa utilização encontra um limite bem claro, uma barreira. Barreira que consiste no próprio homem como ser genérico. Mesmo que alienado dessa sua natureza o homem jamais terá uma identidade absoluta com o capital, em outras palavras, o capital jamais poderá subsumir o trabalho imanentemente humano, pois ele não é o homem, e trabalho é muito mais que trabalho abstrato.

O trabalho docente serviu-nos para ilustrar essa conclusão. Porém, com a mercantilização do ensino superior no Brasil, atingindo hoje duas mil instituições, três milhões e meio de alunos e 200 mil professores, a qualificação do trabalho docente torna-se dispensável para a valorização do capital do empresário da educação. Mesmo assim, o saber docente ainda se apresenta como uma barreira para a valorização do capital, na medida em que o professor se apresenta “voluntarioso”, aumentando sua insubordinação ao capital. Saber que pode ser “esvaziado” sem que a lucratividade da empresa seja ameaçada. O que, no entanto, não altera a conclusão de que a subsunção real é o limite para a valorização do capital, quando se trata da utilização de atividades imanentemente humanas neste processo de valorização. Nas IES Capitalistas não se trata da utilização do saber humano para a valorização do capital, mas apenas da venda do diploma, para a qual o trabalho docente é mera exigência formal. O que não se aplica às empresas capitalistas para as quais o saber e a qualificação do trabalhador são indispensáveis.

Resta-nos saber, por fim, até que ponto o trabalho imanentemente humano se efetuará apenas enquanto trabalho abstrato, ou seja, valorizando capital. Ou se haverá um momento em que a humanidade tornar-se-á plena, eliminando as amarras que o capital lança ao pleno desenvolvimento do homem. Nossa práxis é pela vitória da humanidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDERSON, P. Balanço do Neoliberalismo. In: SADER, E. (Org.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. São Paulo: Paz e Terra, 1995.
- ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 7ª Ed. Campinas, SP: UNICAMP; São Paulo: Cortez, 2000.
- ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. 6ª Ed. São Paulo: Boitempo, 2002
- BELL, D. **O advento da sociedade pós-industrial: uma tentativa de previsão social**. São Paulo: Cultrix, 1979.
- BELLUZZO, L. G. M. (1980) **Valor e capitalismo: um ensaio sobre a economia política**. 3ª Ed. Campinas, SP: UNICAMP/IE, 1998.
- BRAVERMAN, H. **Trabalho e capital monopolista**. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.
- BRASIL (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**.
- BRASIL (1996). **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. MEC. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/sesu/>. Acesso em 17/03/2006.
- BRASIL (2006). **Decreto nº 5.773 de 09 de maio de 2006**. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/sesu/>. Acesso em 17/03/2006.
- CAÇÃO, M. I. **Jornada de trabalho docente: delineamento histórico da organização do trabalho no magistério público paulista**. Tese (Doutorado). Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP: 2001.
- CAÇÃO, M. I. Trabalho docente e proletarização: a polêmica continua. **Anais: Marxismo: concepção e método**. II Encontro nacional de educação e marxismo (EBEM), Curitiba, 2006.
- CARVALHO, J. M. **Pontos e bordados**. Belo Horizonte: UFMG, 1999.
- CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. Volume 1. 2ª Ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CORIAT, B. **Pensar pelo avesso: o modelo japonês de trabalho e organização**. Rio de Janeiro: Revan; UFRJ, 1994.
- DUARTE, N. **Vigotski e o “aprender a aprender”**: crítica às apropriações neoliberais e pós-modernas da teoria vigotskiana. 4º Ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2006.
- FAUSTO, R. **Marx: lógica e política**. Tomo 2. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- FAUSTO, R. A “Pós-grande indústria” nos *Grundrisse* (e para além deles). **Lua Nova**, São Paulo, nº 19, nov. 1989. (p. 47-60)
- FONSECA, V. **Aprender a aprender: a educação cognitiva**. Porto alegre: Artmed, 1998.

- FREDERICO, C. Razão e desrazão: a lógica das coisas e a pós-modernidade. **Revista quadrimestral de Serviço Social**, ano XVIII, nº 55, nov. 1997. (p. 175-87)
- FRIGOTTO, G. **A produtividade da escola improdutiva**. 4ª Ed. São Paulo: Cortez, 1993.
- FSP, Com lucro em queda, universidades mudam. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 5 fev., Dinheiro, p. B7, 2006.
- GORZ, A. **O imaterial: conhecimento, valor e capital**. São Paulo: Annablume, 2005.
- HARDT, M. e NEGRI, A. **Império**. 3ª Ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2001.
- IBGE. Pesquisa mensal de emprego. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em 10/08/2006.
- INEP/MEC. **Evolução do ensino superior: 1980-1998** / INEP. Brasília: O Instituto, 1999.
- INEP/MEC. **Sinopse estatística do ensino superior: 1999 a 2005** / INEP. Brasília: O Instituto, 2000, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006.
- KINCHELOE, J. L. **A formação do professor como compromisso político: mapeando o pós-moderno**. Porto Alegre: Artmed, 1997.
- KON, A. **A produção terciária: o caso paulista**. São Paulo: Nobel, 1992.
- KON, A. *Service industries and service economy*. **Textos para Discussão**, São Paulo, FGV, nº 63, dez. 1996.
- KON, A. O debate teórico sobre a indústria de serviços no século XX. In: _____ *et alli*. (Org.). **Pesquisas em economia industrial, trabalho e tecnologia**. São Paulo: [S.n.], 2004.
- LAZZARATO, M. e NEGRI, A. **Trabalho imaterial: formas de via e produção de subjetividade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- LESSA, S. **Para além de Marx? Crítica da teoria do trabalho imaterial**. São Paulo: Xamã, 2005.
- LINHART, R. **Lênin, os camponeses e Taylor**. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1977.
- LOMBARDI, J. C. (Org.). **Globalização, pós-modernidade e educação: história, filosofia e temas transversais**. 2ª Ed. Campinas, SP: Autores Associados; HISTEDBR; Caçador, SC: UnC, 2003
- MALTHUS, T. (1820) **Princípios de economia política e considerações sobre sua aplicação e prática**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- MARX, K. *Elementos fundametales para la critica de la Economia Política (Grundrisse), 1857-1858*. México: Siglo XXI, 1978a.
- MARX, K. *El capital, libro I, capítulo VI, (inédito)*. 6ª Ed. México: Siglo XXI, 1978b.
- MARX, K. (1861-3) **Teorias da mais-valia: história crítica do pensamento econômico**. Volume 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.
- MARX, K. (1867) **O Capital: crítica da economia política**. Livro primeiro, Tomo 1. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

MARX, K. (1867) **O Capital**: crítica da economia política. Livro primeiro, Tomo 2. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

MARX, K. (1933) **Capítulo VI, Inédito de O Capital**: resultados do processo de produção imediata. São Paulo: Moraes, 1985.

MARX, K. (1857-8) **Formações econômicas pré-capitalistas**. 6ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

MARX, K. **Manuscritos Econômicos-Filosóficos de 1844**. Lisboa: Avante, 1993.

MARX, K. (1843) **Crítica da filosofia do direito de Hegel**. São Paulo: Boitempo, 2005

MARX, K. e ENGELS, F. (1845-6) **A ideologia alemã: I - Feuerbach**. 8ª Ed. São Paulo: Hucitec, 1991.

MATTOS, F. A. M. **Transformações nos mercados de trabalho nos países capitalistas desenvolvidos a partir da retomada da hegemonia americana**. Tese (Doutorado). Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2001.

MEC. (2006) **Avaliação externa de Instituições de Ensino Superior**: diretrizes e instrumento. Brasília: fev. 2006. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/sesu/>. Acesso em 17/03/2006.

MÉSZÁROS, I. (1970) **A teoria da alienação em Marx**. São Paulo: Boitempo, 2006.

MINTO, L. W. **As reformas do ensino superior no Brasil**: o público e o privado em questão. Campinas, SP: Autores Associados, 2006.

MIRANDA, K. A natureza do trabalho docente na acumulação flexível. **Anais**. IV Colóquio Marx e Engels – Centro de Estudos Marxistas (CEMARX), Campinas, SP: 2006.

MORAES, M. C. M. de. Recuo da teoria. *In*: _____. (Org.). **Iluminismo às avessas**: produção de conhecimento e políticas de formação docente. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

MORAES NETO, B. R. A organização do trabalho sob o capitalismo e a “Redoma de Vidro”. **Revista Administração de Empresas**, Rio de Janeiro, FGV, v. 27, nº 4, out./dez. 1987. (p. 19-30)

MORAES NETO, B. R. **Século XX e trabalho industrial**: taylorismo/fordismo, ohnoísmo e automação em debate. São Paulo: Xamã, 2003.

MORAES NETO, B. R. Observações sobre os *Grundrisse* e a História dos processos de trabalho. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, Rio de Janeiro, nº 16, jun. 2005. (p. 7-31)

MORAES NETO, B. R. Pós-fordismo e trabalho em Antonio Negri: um comentário. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, Rio de Janeiro, nº 18, jun. 2006. (p. 39-61)

OLIVEIRA, F. (1972) **Crítica a razão dualista**. São Paulo: Boitempo, 2003.

PEREIRA, E. M. A. A universidade nos paradigmas da modernidade e da pós-modernidade. *In*: LOMBARDI, J. C. (Org.). **Temas de pesquisa em educação**. Campinas, SP: Autores Associados; HISTEDBR; Caçador, SC: UnC, 2003.

- PETTY, W. (1662) **Obras econômicas**. São Paulo: Nova cultural, 1996.
- PRADO, E. **Desmedida do valor: crítica a pós-grande indústria**. São Paulo: Xamã, 2005.
- QUESNAY, F. (1757) **Análise do Quadro Econômico**. São Paulo: Nova Cultural, 1996.
- RICARDO, D. (1817) **Princípios de economia política e tributação**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- RICARDO, D. (1820) **Notas aos princípios de economia política de Malthus**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- ROLL, E. **História das doutrinas econômicas**. São Paulo: Comp. Ed. Nacional, 1962.
- SAMPAIO, H. **O Ensino Superior no Brasil: o setor privado**. São Paulo: Hucitec; FAPESP, 2000.
- SANFELICE, J. L. Pós-modernidade, globalização e educação. *In*: LOMBARDI, J. C. (Org.). **Globalização, pós-modernidade e educação: história, filosofia e temas transversais**. 2ª Ed. Campinas, SP: Autores Associados; HISTEDBR; Caçador, SC: UnC, 2003
- SAVIANI, D. **Ensino público e algumas falas sobre universidade**. 3ª Ed. São Paulo: Cortez; Autores Associados, 1986.
- SAVIANI, D. **A nova lei da educação: trajetória, limites e perspectivas**. 4ª Ed. Campinas, SP: Autores Associados, 1998.
- SEADE: SEP. Convênio SEADE-DIEESE. Pesquisa de emprego e desemprego. Disponível em: <http://www.seade.gov.br/cgi-bin/titabpv98/tab.htm?tbl/PED/tbl000>. Acesso em: 22/01/2006.
- SMITH, A. (1776) **Investigação sobre a natureza e as causas da riqueza das nações**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- WOOD, E. M. e FOSTER, J. B. (Orgs.). **Em defesa da história: marxismo e pós-modernismo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

ANEXOS

Anexo 1: Constituição Federal de 1988 – Diretrizes para Ensino Superior

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;

III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;

IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;

V - valorização dos profissionais do ensino, garantido, na forma da lei, plano de carreira para o magistério público, com piso salarial profissional e ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, assegurado regime jurídico único para todas as instituições mantidas pela União;

VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei;

VII - garantia de padrão de qualidade.

Art. 207. As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Art. 209. O ensino é livre à iniciativa privada, atendidas as seguintes condições:

I - cumprimento das normas gerais da educação nacional;

II - autorização e avaliação de qualidade pelo poder público.

Art. 212. A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

§ 3.º A distribuição dos recursos públicos assegurará prioridade ao atendimento das necessidades do ensino obrigatório, nos termos do plano nacional de educação.

Art. 213. Os recursos públicos serão destinados às escolas públicas, podendo ser dirigidos a escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas, definidas em lei, que:

I - comprovem finalidade não lucrativa e apliquem seus excedentes financeiros em educação;

II - assegurem a destinação de seu patrimônio a outra escola comunitária, filantrópica ou confessional, ou ao poder público, no caso de encerramento de suas atividades.

§ 1.º Os recursos de que trata este artigo poderão ser destinados a bolsas de estudo para o ensino fundamental e médio, na forma da lei, para os que demonstrarem

insuficiência de recursos, quando houver falta de vagas e cursos regulares da rede pública na localidade da residência do educando, ficando o poder público obrigado a investir prioritariamente na expansão de sua rede na localidade.

§ 2.º As atividades universitárias de pesquisa e extensão poderão receber apoio financeiro do poder público.

Art. 214. A lei estabelecerá o plano nacional de educação, de duração plurianual, visando à articulação e ao desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis e à integração das ações do poder público que conduzam à:

I - erradicação do analfabetismo;

II - universalização do atendimento escolar;

III - melhoria da qualidade do ensino;

IV - formação para o trabalho;

V - promoção humanística, científica e tecnológica do País.

Anexo 2: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/1996)

Art. 7º O ensino é livre à iniciativa privada, atendidas as seguintes condições:

I - cumprimento das normas gerais da educação nacional e do respectivo sistema de ensino;

II - autorização de funcionamento e avaliação de qualidade pelo Poder Público;

III - capacidade de autofinanciamento, ressalvado o previsto no art. 213 da Constituição Federal.

Art. 20. As instituições privadas de ensino se enquadrarão nas seguintes categorias:

I - particulares em sentido estrito, assim entendidas as que são instituídas e mantidas por uma ou mais pessoas físicas ou jurídicas de direito privado que não apresentem as características dos incisos abaixo;

II – comunitárias, assim entendidas as que são instituídas por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas, inclusive cooperativas de pais, professores e alunos, que incluam em sua entidade mantenedora representantes da comunidade

III - confessionais, assim entendidas as que são instituídas por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas que atendem a orientação confessional e ideologia específicas e ao disposto no inciso anterior;

IV - filantrópicas, na forma da lei.

Art. 45. A educação superior será ministrada em instituições de ensino superior, públicas ou privadas, com variados graus de abrangência ou especialização.

Art. 46. A autorização e o reconhecimento de cursos, bem como o credenciamento de instituições de educação superior, terão prazos limitados, sendo renovados, periodicamente, após processo regular de avaliação.

§ 1º Após um prazo para saneamento de deficiências eventualmente identificadas pela avaliação a que se refere este artigo, haverá reavaliação, que poderá resultar, conforme o caso, em desativação de cursos e habilitações, em intervenção na instituição, em suspensão temporária de prerrogativas da autonomia, ou em descredenciamento.

Art. 52. As universidades são instituições pluridisciplinares de formação dos quadros profissionais de nível superior, de pesquisa, de extensão e de domínio e cultivo do saber humano, que se caracterizam por:

I - produção intelectual institucionalizada mediante o estudo sistemático dos temas e problemas mais relevantes, tanto do ponto de vista científico e cultural, quanto regional e nacional;

II - um terço do corpo docente, pelo menos, com titulação acadêmica de mestrado ou doutorado;

III - um terço do corpo docente em regime de tempo integral.

Parágrafo único. É facultada a criação de universidades especializadas por campo do saber.

Art. 53. No exercício de sua autonomia, são asseguradas às universidades, sem prejuízo de outras, as seguintes atribuições:

I - criar, organizar e extinguir, em sua sede, cursos e programas de educação superior previstos nesta Lei, obedecendo às normas gerais da União e, quando for o caso, do respectivo sistema de ensino;

II - fixar os currículos dos seus cursos e programas, observadas as diretrizes gerais pertinentes;

III - estabelecer planos, programas e projetos de pesquisa científica, produção artística e atividades de extensão;

IV - fixar o número de vagas de acordo com a capacidade institucional e as exigências do seu meio;

V - elaborar e reformar os seus estatutos e regimentos em consonância com as normas gerais atinentes;

VI - conferir graus, diplomas e outros títulos;

VII - firmar contratos, acordos e convênios;

VIII - aprovar e executar planos, programas e projetos de investimentos referentes a obras, serviços e aquisições em geral, bem como administrar rendimentos conforme dispositivos institucionais;

IX - administrar os rendimentos e deles dispor na forma prevista no ato de constituição, nas leis e nos respectivos estatutos;

X - receber subvenções, doações, heranças, legados e cooperação financeira resultante de convênios com entidades públicas e privadas.

Parágrafo único. Para garantir a autonomia didático-científica das universidades, caberá aos seus colegiados de ensino e pesquisa decidir, dentro dos recursos orçamentários disponíveis, sobre:

I - criação, expansão, modificação e extinção de cursos;

II - ampliação e diminuição de vagas;

III - elaboração da programação dos cursos;

IV - programação das pesquisas e das atividades de extensão;

V - contratação e dispensa de professores;

VI - planos de carreira docente.

Anexo 3: Decreto 5.773 de 09 de maio de 2006

Art. 9º A educação superior é livre à iniciativa privada, observadas as normas gerais da educação nacional e mediante autorização e avaliação de qualidade pelo Poder Público.

Art. 12. As instituições de educação superior, de acordo com sua organização e respectivas prerrogativas acadêmicas, serão credenciadas como:

- I - faculdades;
- II - centros universitários; e
- III - universidades.

Art. 13. O início do funcionamento de instituição de educação superior é condicionado à edição prévia de ato de credenciamento pelo Ministério da Educação.

§ 1º A instituição será credenciada originalmente como faculdade.

§ 2º O credenciamento como universidade ou centro universitário, com as conseqüentes prerrogativas de autonomia, depende do credenciamento específico de instituição já credenciada, em funcionamento regular e com padrão satisfatório de qualidade.

§ 3º O indeferimento do pedido de credenciamento como universidade ou centro universitário não impede o credenciamento subsidiário como centro universitário ou faculdade, cumpridos os requisitos previstos em lei.

Art. 15. O pedido de credenciamento deverá ser instruído com os seguintes documentos:

I - da mantenedora:

a) atos constitutivos, devidamente registrados no órgão competente, que atestem sua existência e capacidade jurídica, na forma da legislação civil;

b) comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda - CNPJ/MF;

c) comprovante de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal, quando for o caso;

d) certidões de regularidade fiscal perante as Fazendas Federal, Estadual e Municipal;

e) certidões de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS;

f) demonstração de patrimônio para manter a instituição;

g) para as entidades sem fins lucrativos, demonstração de aplicação dos seus excedentes financeiros para os fins da instituição mantida; não remuneração ou concessão de vantagens ou benefícios a seus instituidores, dirigentes, sócios, conselheiros, ou equivalentes e, em caso de encerramento de suas atividades, destinação de seu patrimônio a outra instituição congênere ou ao Poder Público, promovendo, se necessário, a alteração estatutária correspondente; e

h) para as entidades com fins lucrativos, apresentação de demonstrações financeiras atestadas por profissionais competentes;

Art. 24. As universidades poderão pedir credenciamento de curso ou campus fora de sede em Município diverso da abrangência geográfica do ato de credenciamento, desde que no mesmo Estado.

§ 1º O curso ou campus fora de sede integrará o conjunto da universidade e não gozará de prerrogativas de autonomia.

§ 2º O pedido de credenciamento de curso ou campus fora de sede se processará como aditamento ao ato de credenciamento, aplicando-se, no que couber, as disposições processuais que regem o pedido de credenciamento.

Art. 27. A oferta de cursos superiores em faculdade ou instituição equiparada, nos termos deste Decreto, depende de autorização do Ministério da Educação.

§ 1º O disposto nesta Subseção aplica-se aos cursos de graduação e seqüenciais.

§ 2º Os cursos e programas oferecidos por instituições de pesquisa científica e tecnológica submetem-se ao disposto neste Decreto.

Art. 28. As universidades e centros universitários, nos limites de sua autonomia, observado o disposto nos §§ 2º e 3º deste artigo, independem de autorização para funcionamento de curso superior, devendo informar à Secretaria competente os cursos abertos para fins de supervisão, avaliação e posterior reconhecimento, no prazo de sessenta dias.

§ 1º Aplica-se o disposto no caput a novas turmas, cursos congêneres e toda alteração que importe aumento no número de estudantes da instituição ou modificação das condições constantes do ato de credenciamento.

§ 2º A criação de cursos de graduação em direito e em medicina, odontologia e psicologia, inclusive em universidades e centros universitários, deverá ser submetida, respectivamente, à manifestação do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil ou do Conselho Nacional de Saúde.

§ 3º O prazo para a manifestação prevista no § 2º é de sessenta dias, prorrogável por igual período, a requerimento do Conselho interessado.